

# LINGUAGEM E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE CHOMSKY

LEONARDO BORGES REIS

LINGUAGEM E POLÍTICA NO  
PENSAMENTO DE CHOMSKY

Conselho Editorial Acadêmico  
Responsável pela publicação desta obra

Dr. Reinaldo Sampaio Pereira  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Cláudia Broens  
Dr. Ricardo Pereira Tassinari  
Dr<sup>ª</sup> Clélia Aparecida Martins

LEONARDO BORGES REIS

LINGUAGEM E POLÍTICA  
NO PENSAMENTO DE  
CHOMSKY

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editora*

© 2013 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

R311L

Reis, Leonardo Borges

Linguagem e política no pensamento de Chomsky [recurso eletrônico] /  
Leonardo Borges Reis. – 1. ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.  
recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-7983-432-5 (recurso eletrônico)

1. Chomsky, Noam, 1928-. 2. Linguística. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

13-06412

CDD: 401.41

CDU: 81'42

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

*Ao meu pai Ronaldo Iraquitã, in memoriam.*



# SUMÁRIO

Lista de abreviações 9

Introdução 11

PARTE I – DA NATUREZA DO CONHECIMENTO  
LINGUÍSTICO 19

1. Da taxonomia à explicação 21
2. A teoria padrão 61
3. Linguística cartesiana e naturalização 77
4. O problema de Platão 99
5. Gramática universal e condições sobre regras 111

PARTE II – SOBRE LINGUAGEM, NATUREZA HUMANA E  
LIBERDADE 125

6. A teoria da aquisição da linguagem 127
7. Linguagem e natureza humana 139
8. Linguagem e liberdade 167

Considerações finais 203

Referências bibliográficas 207



## LISTA DE ABREVIações

ATS	Aspects of the Theory of Syntax
DE	Descrição estrutural
EA	Estruturalismo americano
EC	Estrutura cognitiva
EP	Estrutura profunda
ES	Estrutura superficial
GG	Gramática gerativa
GL	Gramática da língua
GU	Gramática universal
LC	Linguística cartesiana
LSLT	The Logical Structure of Linguistic Theory
SS	Syntactic Structures



# INTRODUÇÃO

*As coisas acontecem no mundo devido  
aos esforços de pessoas dedicadas e  
corajosas, de cujo nome ninguém ouviu  
falar, e que não passam para a história.*

Noam Chomsky

Estudar o pensamento do americano Avram Noam Chomsky (1928) significa defrontar-se com um vasto e profundo campo intelectual. Ao longo de sua intensa carreira, Chomsky publicou mais de oitenta livros, assim como um grande número de artigos (praticamente mais de um milhar). Aos 86 anos de idade, Chomsky continua ativo e, como alguém o descreveu: “*a rebel without a pause*”. Sua produção, afinal, parece não ter alcançado um limite, visto que as urgências políticas de nossa época encontram em Chomsky um dedicado analista. Basta proceder a um simples acesso a seu *site* oficial para que se verifique com que entusiasmo e coerência aumenta constantemente o montante dessa produção. Seus temas de interesse percorrem uma ampla área de disciplinas: Linguística, Política, Filosofia, Ciências Cognitivas, Psicologia, Educação etc.

Chomsky se tornou professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) aos 29 anos de idade e, desde então, pôde dedicar-se integralmente à pesquisa e ao ensino. Seus cursos no MIT

ajudaram a formar nomes hoje reconhecidos, entre os quais temos os de Jerry A. Fodor, Jerrold J. Katz, Steven Pinker, entre outros. Diante desse quadro, não seria difícil entender a razão pela qual seus livros são traduzidos e reimpressos em diversas línguas, assim como o motivo de encontrarmos sua agenda de palestras e entrevistas lotada pelos próximos três anos. Não obstante toda essa intensa atividade, Chomsky costuma reservar cerca de vinte horas semanais para responder às correspondências que lhe são enviadas. Circunspeto e coeso, raramente menciona sua vida particular, já que rejeita com veemência qualquer culto de caráter personalista. Tendo uma concepção engajada do mundo, está sempre a enfatizar que “as coisas acontecem no mundo devido aos esforços de pessoas dedicadas e corajosas, de cujo nome ninguém ouviu falar, e que não passam para a história” (Chomsky, apud Barsky, 2005, p.18).

Chomsky ficou conhecido internacionalmente como um distinto ativista da nova esquerda americana em decorrência, sobretudo, de sua postura de resistência à política externa de seu país. Com maior propriedade, pode-se dizer que a Guerra do Vietnã encarnou o cenário em que despontou o ativismo político chomskiano. Porém, muito antes desse episódio, o jovem Chomsky – criado sob a influência do movimento operário americano dos anos 1930 – se viu desde muito cedo arrebatado pela ideia de que as sociedades libertárias “podiam funcionar e atender às necessidades do indivíduo e da coletividade” (Barsky, 2005, p.42). Os eventos relacionados à Revolução Espanhola, unidos à posição ocupada pelos anarquistas nesse conflito, fizeram-no refletir, já na década de 1940, quando adolescente, sobre as semelhanças entre o programa fascista e o Ocidente democrático.

Podemos dizer que suas análises sociais e políticas ainda mostram um viés libertário. Os rumos adotados nas políticas intervencionistas do império americano levaram o linguista a concentrar sua atenção sobre os meios de comunicação de massa. Produziu-se daí um substancial conjunto de comentários a respeito da construção das “verdades oficiais”. No referido ativismo encontramos

uma árdua defesa do anti-intelectualismo. Seus textos políticos, dessa maneira, são abalizados por uma clareza e simplicidade excepcionais. Segundo o que Chomsky tem reiterado por todos esses anos, os padrões que subjazem aos fenômenos mais importantes da vida econômica, social, política, não são muito difíceis de distinguir, embora se façam muitos esforços para ocultar os fatos. Sua confiança no papel dos intelectuais passa pela necessidade moral e pelo compromisso desses em reagir aos “sistemas de doutrinação”.

Por outro lado, sabe-se que, já nos anos 1960, Chomsky se tornou um “revolucionário” na ciência linguística. Junto ao trabalho de ativismo social, Noam foi responsável por uma das mais notáveis criações da Linguística teórica do século XX: a gramática gerativa. Com essa teoria foi introduzida a ideia de que a linguagem humana se assenta sobre a manifestação de estruturas abstratas universais, que tornam possível a aprendizagem de sistemas particulares de línguas. A manifestação da linguagem dependeria, dessa forma, do estímulo do contexto linguístico e do emprego de estruturas universais, subjacentes aos humanos. Dado esse quadro, notamos que, mesmo com o enorme desenvolvimento e alcance de suas ideias, o conjunto do pensamento de Chomsky permanece imerso sob relações aparentemente enigmáticas (Kignt, 2004). Referimo-nos aqui às ligações entre a sua teoria da linguagem e sua obra política. Normalmente, as referências encontradas sobre Chomsky oscilam entre dois territórios de fronteiras supostamente intransponíveis: de um lado, encontra-se o político, e, do outro, o linguista.

Um primeiro olhar sobre a produção intelectual de Chomsky, portanto, revela a magnitude e ambivalência dessa obra. Tal amplitude oferece até mesmo ao investigador mais treinado sérias dificuldades. Porém, mesmo com a clivagem entre a obra de ativismo e de ciência da linguagem (cf. Chomsky, 2007b), um olhar mais aguçado pode vir a identificar breves incursões do autor no campo de uma teoria social (cf. Chomsky, 2006c). Teoria baseada num mo-

delo de natureza humana. Esse movimento terá uma rápida, mas profunda relação com a análise da linguagem. Em algumas obras como *Linguagem e política*, *Problemas do conhecimento e da liberdade*, *Linguagem e responsabilidade*, entre outras, faz-se alusão à possibilidade de construção de uma análise política (chamada de análise genérica) inspirada em um conceito de natureza humana. A estrutura do conceito de natureza humana, como se pretende demonstrar, encontra sua ancoragem, segundo o próprio linguista, numa investigação de fatos presentes na linguagem. Se observarmos a questão desse ponto, podemos falar, portanto, numa reciprocidade entre política e teoria da linguagem.

Mesmo com a manifestação dessas relações mútuas, há certa dificuldade em encontrar intérpretes que tentem considerar as questões que envolvem os estudos da linguagem e seus aspectos políticos.<sup>1</sup> Entre as razões desse descaso podemos nomear a própria dificuldade que o tema impõe. Chomsky, como veremos, tece seus comentários entre linguagem e política e, nunca diretamente, entre a linguística técnica e a política. Ao mesmo tempo, pode-se indicar como causa dessa nebulosidade a relativa escassez de pesquisas que tentem detalhar o procedimento filosófico de Chomsky no estudo da linguagem (do ponto de vista de aspectos mais gerais). Reside aí, a nosso modo de ver, a importância de abordagens filosóficas dessa obra.

Tendo em vista a citada clivagem entre política e linguagem, pretendemos, com este livro, apontar os elementos articuladores dos temas em questão. Para realizar tal empresa, procuramos acentuar, precisamente, a condição epistemológica elaborada pelo autor para a congruência dos temas em questão. É válido lembrar que a obra do linguista apresenta um contorno extremamente heterogêneo e, por essa razão, não ambicionamos que nossa leitura demarque um

---

1. Segundo Barsky (2005, p.18), “embora seu trabalho linguístico tenha sido razoavelmente bem coberto (a despeito das fragilidades de muitos estudos históricos), há uma quantidade pequena de comentários disponíveis sobre a formação política de Chomsky e sua contribuição para a teoria política”.

ponto final sobre o assunto. Não temos, aliás, condições de chegar a um arbitramento que indique, por exemplo, um “sistema” (no sentido hegeliano) nas ideias de Chomsky. Por esse motivo, conforme veremos, o enfoque da clivagem entre linguagem e política se assenta sobre reflexões condicionais.

Veremos que não há um sistema de ideias em Chomsky, envolvendo a natureza humana (suporte da política) e a linguagem, por conta, em primeiro lugar, do caráter das disciplinas e, em segundo, pelo fato de não existir uma representação final (ou científica) e acabada de toda a verdade possível para a natureza humana, visto que o próprio caráter do programa de investigação de Chomsky “é singularmente incompatível com todo tipo de dogmatismo” (Otero, 1984, p.19).

Notaremos um sugestivo interesse do linguista na ampla investigação dos sistemas cognitivos humanos, devido, principalmente, àquela reflexão sobre a natureza humana que brota, por conseguinte, de uma generalização epistemológica no campo da linguagem. Convém, então, notar a existência de uma estrutura de procedimentos e interesses, segundo a divisão do próprio Chomsky, que se revela em duas frentes: o problema de Platão e o problema de Orwell. Ao problema de Platão cabe “descobrir princípios explicativos, por vezes ocultos e abstratos, que possam dar sentido a fenômenos que, à superfície, parecem caóticos, discordantes e carecendo de qualquer padrão de significado” (Chomsky, 1994, p.18). Temos aqui o referido problema epistemológico, que tem por matéria o uso e a aprendizagem da linguagem. Já o estudo do problema de Orwell é uma questão de reunião de evidências e de exemplos para ilustrar aquilo que poderia ser inequívoco para qualquer observador racional, pois “o poder e o privilégio” são perfeitamente analisáveis para a mente regular (Chomsky, 1994). O problema de Platão, como se vê, está para a linguagem assim como o problema de Orwell está para a análise política.

A disposição dessas frentes de trabalho não indica, porém, como poderia ser entendido, uma ordem de preponderância lógica de uma sequência sobre a outra. Mas, conforme o que pretendemos

apresentar ao leitor – na segunda parte do livro –, se quisermos compreender com maior amplitude conceitos, como os de poder ou justiça, que organizam os juízos de Chomsky, dentro da massa de referências da qual se compõe o problema de Orwell, teremos que fazer conexão com o conceito de natureza humana. Ora, esse conceito é gestado, praticamente, em virtude de concepções presentes na teoria da linguagem. A respeito disso, a obra de Chomsky parece deixar claro: o problema de Orwell, que se enraíza na atuação do ativista e conferencista, não poderia estar completamente isolado do restante da obra. Nesse processo, o conceito de natureza humana é central para a sustentação de parte considerável dos juízos políticos usados por Chomsky.

Se o conceito de natureza humana não é, contudo, absorvido rigidamente pela ciência, mas apenas dá curso a uma apresentação racional e adequada da realidade, isso não impede que o problema de Orwell esteja na ordem do dia. Sob os temas do ativismo, segundo Chomsky, reside a condição primária e real para a subsistência de quaisquer projetos intelectuais mais profundos:

o problema de Platão é profundo e intelectualmente excitante; o problema de Orwell pelo contrário, parece-me sê-lo muito menos. Mas, a menos que consigamos chegar a compreender o problema de Orwell, a reconhecer o seu significado na nossa própria vida social e cultural e a ultrapassá-lo, são poucas as possibilidades de a espécie humana sobreviver o tempo suficiente para descobrir a resposta ao problema de Platão ou a outros que desafiem o intelecto e a imaginação. (Chomsky, 1994, p.19)

Diante da força reivindicatória do problema de Orwell, não deixa de nos parecer esclarecedor que Chomsky tenha adotado nos últimos anos uma tendência surpreendente em suas obras sobre linguística teórica. Paralelamente aos ensaios com áridas discussões teóricas no campo linguístico, Chomsky tem inserido em seus livros capítulos políticos, sobre os mais diversos assuntos, tais

como a escalada nuclear dos Estados Unidos, as políticas do império para os países de periferia etc.<sup>2</sup>

Tendo em vista o breve conjunto aqui apresentado, estruturamos este livro na direção da elucidação dos aspectos epistemológicos da linguística de Chomsky, para, então, reconstruir paulatinamente os conceitos políticos gerais daí oriundos. Dessa maneira, o presente livro divide-se em duas partes, cada uma delas desenvolvida em tópicos. A primeira parte versa sobre a revolução linguística de Chomsky, na qual se procura entender a natureza do conhecimento linguístico. Na segunda parte do livro demonstraremos como o conceito de natureza humana encontra-se vinculado à argumentação da teoria da linguagem, permitindo, ao final, o alicerce do prédio político de Chomsky. Por conta desse objetivo, não poderemos oferecer maiores esclarecimentos sobre a imensa obra política de Chomsky, que contém um amplo número de análises, muitas vezes circunstanciais. Porém, esperamos indicar ao leitor algumas ideias centrais que compõem tais análises. Principalmente no que diz respeito aos recorrentes conceitos de poder, natureza humana e liberdade.

Optamos por não traduzir as obras de referência que já tenham versão em língua portuguesa e, para as obras cuja tradução continua inédita, fizemos nossa própria versão em língua portuguesa dos trechos citados.

---

2. Podemos citar, por exemplo, publicações como *Sobre a natureza da linguagem*, *O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso* e *Problemas sobre o conhecimento e a liberdade*, que incluem debates estritamente políticos em capítulos separados, geralmente ao final dos debates linguísticos.



**PARTE I**  
**DA NATUREZA DO**  
**CONHECIMENTO LINGUÍSTICO**



# 1

## DA TAXONOMIA À EXPLICAÇÃO

A palavra “revolução”,<sup>1</sup> adotada por comentadores para descrever o impacto causado pelas contribuições de Avram Noam Chomsky, pode nos inquietar, sugerindo um exagero. Porém, descartada a primeira impressão, a adoção do termo não parece sem fundamento. Uma caracterização tão aguda desse pensamento, como se verá, refere-se fundamentalmente à inovação promovida por Chomsky na Linguística do século XX. Tal novidade se estabeleceu, segundo historiadores da Linguística (Ruwet, 2001), nomeadamente na passagem de um modelo de descrição ao de explicação dos fenômenos da linguagem. Enquanto as teorias estruturalistas<sup>2</sup> assumiram, em geral, posições aparentemente descri-

- 
1. A palavra “revolução” é adotada por diversos comentadores, por exemplo: Otero (1984), Lyons (1970), Gardner (2003) e Searle (1981).
  2. Nossas referências ao estruturalismo se concentram, sobretudo, na vertente norte-americana (estruturalismo americano – EA), representada sobretudo pela figura de Leonard Bloomfield (1887-1949). De certa maneira, Bloomfield e sua “escola” definiram, até meados dos anos 1950, as linhas gerais da disciplina linguística. Para Bloomfield, a tarefa elementar da Linguística estava na descrição das línguas através do recolhimento de um *corpus representativo*, e o instrumental para a coleta dessas informações seria fornecido pelos “procedimentos de descoberta”. Ver, a esse respeito, Bloomfield (1957).

tivistas, Chomsky introduz em 1957, com seu livro *Syntactic Structures* (SS), a ideia de que muitos dos fenômenos linguísticos existentes poderiam ser explicados a partir de princípios gerais. A fronteira central do então nascente projeto investigativo “revolucionário” definiu-se, sobremaneira, pela admissão ousada de um modelo de ciência hipotético-dedutivo.

O conjunto do pensamento chomskiano – divisor de águas na moderna Linguística teórica – é simultaneamente acompanhado por reflexões filosóficas e políticas adjacentes. Entretanto, essas reflexões não possuem congruência par a par com o trabalho desenvolvido pelos estudos da estrutura da linguagem. Parte considerável do trabalho teórico político de Chomsky baseia-se em uma revitalização de posições clássicas sobre a natureza humana, no sentido cartesiano. O arcabouço dessa construção, todavia, é fruto de peculiares cogitações efetuadas pelo linguista a partir de modelos da linguagem. Pode-se dizer que sua teoria política (tal como a noção de natureza humana que lhe é inseparável) está modelada até certo nível por profundas sugestões oriundas dos estudos da linguagem. Para o leitor acostumado a uma interpretação mais ou menos técnica dessa obra, como no caso dos linguistas, fonólogos etc., tal aspecto do pensamento chomskiano pode até mesmo parecer suspeito. Para outros, esse tópico talvez soe apenas como um eco longínquo.

Logo, como se notará, a discussão sobre a natureza humana somente se deixa entrever nos trabalhos linguísticos, dada a condição aparentemente desarticulada da exposição. De outro lado, a análise política de Chomsky, que se caracterizou, sobretudo, pela denúncia da política expansionista do império americano, foi muitas vezes tomada pela nova esquerda (em seus vários matizes) como um bloco, separado das reflexões sobre a linguagem. O exame crítico que lhe rendeu, e que ainda hoje lhe rende a atenção do público, baseia-se comumente na coleta de informações e ardis de uma vasta fonte de documentos. Entre estes encontram-se relatórios estratégicos da política externa dos EUA; declarações oficiais de aparelhos da inteligência, notícias da imprensa, relatórios de organismos

multilaterais etc. Pode-se classificar a massa de provas e críticas produzidas nesse âmbito, como uma investigação sobre as “Razões de Estado”.

Pretendemos, com este livro, demonstrar a existência de um relativo suporte de afinidades entre a obra política de Chomsky e sua investigação da linguagem. Segundo o que pensamos, tal hipótese de trabalho não está desprovida de fundamento. Porém, devemos tomar a questão com prudência. Afinal, a hipótese esbarra na própria negativa de Chomsky, concernente à ligação entre seus trabalhos de política e da estrutura da linguagem. Uma leitura desarmada pode tomar essa negação como símbolo enfático da separação dos temas. Veremos, contudo, que existem condições específicas para o parentesco entre os temas. A explicação para a negação está no estudo técnico proporcionado pela concepção da estrutura da linguagem. A compreensão técnica da linguagem é distinta da reflexão sobre a linguagem. Essa última locação é a mais adequada para se extrair ligações com os problemas humanos, bem como para as questões de ordem política.

De outro lado, há certa escassez de referências às conjunções presentes na filosofia política chomskiana.<sup>3</sup> Tal carência, porém, não indica que haja, necessariamente, uma desestruturação interna na obra teórica do autor. Veremos que existem relações incisivas entre linguagem e política, porém, essas são demarcadas. Além disso, vários comentadores estão preocupados em entender a conexão existente entre os temas de política e linguagem na obra de Chomsky. Portanto, acreditamos que a argumentação geral que aqui se desenvolverá está suficientemente afiançada. Comentadores,

---

3. Principalmente no Brasil, onde praticamente não encontramos trabalhos de Filosofia sobre Chomsky. Geralmente, suas contribuições são analisadas pelo viés dos especialistas da ciência linguística, ou por cientistas políticos que citam apenas sua leitura geopolítica, sem demais referências aos conceitos do autor sobre ética, poder etc. Por exemplo, Jayme Benvenuto dedica um excelente artigo à análise chomskiana das relações internacionais, porém, em nenhum momento amplia os conceitos de poder ou justiça empregados por Chomsky. Cf. Lima Jr. (2008).

sobretudo estrangeiros, como Robert F. Barsky, Carlos-Peregrín Otero, James McGilvray, Milan Rai, interpretam a obra de Chomsky para além de uma contribuição linguístico-científica es- trita. O esforço interpretativo desses autores não prescinde da co- nexão entre política e linguagem. Como esperamos demonstrar, o próprio Chomsky não parte de uma separação radical desses temas. Parece-nos que o mal-estar instaurado sobre a questão, afinal de contas, é resultado de escassas pesquisas, de leituras apressadas ou, até mesmo, quem sabe, da divisão social e intelectual do trabalho acadêmico, que revela de maneira tão distinta a funcionalização de nossa época.

Corroborando nossa hipótese de trabalho, temos Robert F. Barsky que, por exemplo, aponta a investigação racionalista da Linguística cartesiana como “essencial para entender a posição de Chomsky sobre a natureza humana, a linguagem e até mesmo a po- lítica” (Barsky, 2005, p.139). Temos ainda, no mesmo sentido, a declaração de John Lyons de que “deve, talvez, merecer referência enfática a circunstância de que sua teoria da linguagem e sua filo- sofia política não estão de modo algum desligadas uma da outra, como poderia parecer à primeira vista” (Lyons, 1970, p.15). Em resumo, por conta dessas e de diversas outras passagens, podemos considerar suficientes os elementos para a análise que ora empreen- demos.

Inicialmente, para que possamos elucidar a posição ocupada pela reflexão política e filosófica da linguagem, devemos iniciar nossa argumentação, obviamente, pelo exame da natureza dos campos em questão, ou seja, precisamos detalhar minimamente a natureza do conhecimento linguístico. Depois, buscaremos de- monstrar o que nessa matéria se relaciona com a política. Essa in- vestigação, como é válido ressaltar, não se distancia do que faz o próprio Chomsky ao esboçar o que lhe “parece ser um esquema adequado no qual o estudo da linguagem possa provar ter um in- teresse intelectual mais vasto” (Chomsky, 1975a, p.9). Esse es- quema ficará mais claro se formos eficazes na distinção entre a classe de conhecimento que a Linguística nos lega e se identifi-

carros, nessa situação, o que daí serve de modelo a outros campos intelectuais.

Para explicitar a natureza do conhecimento produzido pela Linguística, antes de tudo, convém que façamos uma advertência ao leitor. A primeira fase de nossa análise não ambiciona grandes contribuições, pois, para nosso empreendimento, não é necessária a demonstração exaustiva da correção ou não das teses de Linguística,<sup>4</sup> o que nos custaria muito tempo. A primeira parte desse trabalho, por isso, explora através de um curto levantamento a concepção de linguagem proposta por Chomsky em sua teoria da gramática gerativa. Caminharemos, portanto, numa determinada ordem: da concepção de linguagem até o conceito de natureza humana e, deste, até a política. Esse movimento nos sugere uma apresentação adequada ao pensamento do próprio autor. Para o linguista, é possível a construção de um modelo sugestivo para a filosofia política, baseado na reflexão sobre a linguagem. Para isso precisamos, pois, partir à procura do que sugere tal modelo, abordando, em linhas gerais, aquele saber produzido pela Linguística, capaz de sugerir pontes para a política.<sup>5</sup>

Sobre a capacidade humana de linguagem, por exemplo, o que se pode inferir sobre essa extraordinária e privilegiada aptidão? Em relação ao uso normal da linguagem – que ultrapassa o que nos é apresentado pelos estímulos externos –, o que podemos compreender a respeito de nossa natureza? Tais questões cruzam inevitavelmente

- 
4. Estamos cientes das críticas e divergências que o chamado “projeto gerativo” tem enfrentado ao longo dos seus mais de cinquenta anos. Quando possível, faremos referência a elas. Porém, lembramos ao leitor que, por motivos de economia textual, não podemos nos reportar à totalidade das críticas, nem ao processo de defesa intelectual a que Chomsky tem se dedicado ao longo dos anos. Para uma avaliação crítica do conjunto da obra de Chomsky, cf. Harman (1981).
  5. Chomsky afirma que são aqueles problemas relacionados à capacidade da linguagem e da sua utilização que conferem ao estudo técnico da linguagem um “interesse intelectual mais vasto” (Chomsky, 1975a, p.19). Destarte, para discutir política, por exemplo, não podemos escapar de temas linguísticos, como o da faculdade de linguagem.

o caminho do estudo técnico da linguagem e, logicamente, também merecem tomar parte numa reflexão teórica razoável sobre “nosso lugar no mundo” (Chomsky, 2004a). A proposta de Chomsky, de explicar como podemos utilizar a linguagem de maneira criativa, rica e complexa, mesmo com a pobreza dos estímulos, sugere que “as relações entre os estados internos e os processos e coisas do mundo exterior parecem estar sujeitas às operações da liberdade humana” (McGilvray, 2006, p.43).

A abordagem técnica da linguagem nos revela a manifestação, de modo geral, de estruturas cognitivas complexas. Tais estruturas indicam que as particularidades das línguas naturais, sua organização e utilização podem nos oferecer algum conhecimento sobre as características específicas da inteligência humana (Chomsky, 1975a). É por esse âmbito geral – da capacidade de linguagem e sua relação com a inteligência humana – que procuraremos entender a natureza do conhecimento linguístico. Na obra de Chomsky, a linguagem não é tomada apenas como objeto da rigorosa formalização gerativista, é também a manifestação do âmbito humano num sentido mais amplo.<sup>6</sup>

John Lyons, conforme a assunção anteriormente exposta sobre a linguagem e suas estruturas, aponta, no mesmo sentido, a importância do trabalho chomskiano para a renovação do conhecimento da inteligência e das capacidades do espírito humano. A capacidade

---

6. Existe pelo menos a tentativa de transcender o âmbito técnico da abordagem linguística, da *competência linguística* dos sujeitos. O que não quer dizer que essa empreitada esteja isenta de críticas ou que obtenha sucesso absoluto. Jürgen Habermas, por exemplo, salienta a importância do trabalho de Chomsky por ter demonstrado como um sistema de regras “que subjaz à capacidade de um indivíduo para gerar frases bem formuladas em qualquer língua” pode se estabelecer. Porém, a função pragmática universal dos atos de fala exige, outrossim, uma teoria que exponha sistemas de regras intersubjetivos (o que não existe em Chomsky), capazes de conferir aos falantes adultos a chamada *competência comunicativa*, responsável por transmitir “toda uma realidade” através das frases. Voltaremos ao assunto ao longo do trabalho. Cf. Habermas (1992).

para a linguagem marca, definitivamente, um interesse mais genérico por um fenômeno humano central:

a importância da obra de Chomsky, para campos do conhecimento diversos da linguística decorre, portanto e principalmente, da reconhecida relevância da linguagem em todas as áreas da atividade humana e da relação peculiarmente íntima que se diz existir entre a estrutura da linguagem e as propriedades ou capacidades inatas do espírito [...] Muitos estudiosos que trabalham atualmente no campo das ciências sociais e das humanidades acreditam que assim seja. Para eles a formalização que Chomsky emprestou à teoria gramatical serve de modelo e padrão. (Lyons, 1970, p.14)

Buscaremos entender, portanto, como o estudo técnico da linguagem torna possível a manifestação de uma arquitetura da mente, a fim de estabelecer relações posteriores (no chamado modelo sugestivo – *suggestive model*) com a reflexão política. Uma vez que pela análise da linguagem, de sua estrutura e organização, constroem-se as pontes com campos intelectuais mais vastos. Não obstante, precisamos entender a natureza desse conhecimento linguístico, presumivelmente habilitado a infundir transposições.

Antes de 1957, ano de publicação da pequena e densa monografia *Estruturas sintáticas*<sup>7</sup> (doravante SS), a Linguística americana, com raras exceções, esteve até então centralizada em um estilo de trabalho linguístico, em geral, de cunho classificatório. Segundo

---

7. Pode-se dizer que Chomsky só foi reconhecido pela comunidade científica após a publicação de *Estruturas sintáticas*, um livreto inspirado em notas de aula. Antes dessas notas, Chomsky já havia produzido um denso estudo sobre o hebraico moderno, como também outra importante tese a respeito da estrutura lógica da Linguística teórica. Nesses trabalhos, anteriores a 1957, já se encontram elementos gerais da teoria gerativa. Ou pelo menos de uma teorização *in fieri*.

tal concepção, outrora corrente, o trabalho da ciência linguística consistia em analisar de forma objetiva o maior número possível de dados ou fatos da linguagem, de modo a agrupar e classificar sistematicamente tais eventos. A finalidade global era a de descobrir nessa massa de fatos uma organização inerente. Essa concepção de gramática se definiu pelo chamado paradigma taxonômico (Ruwet, 2001).

Consoante a esse paradigma linguístico, tratava-se de seguir um padrão cuja tarefa prevalecente era a classificação sistemática, ou o agrupamento ordenado de eventos linguísticos exógenos. Assim, “o trabalho do linguista seria observar um grande número de enunciados, orais ou escritos, agrupá-los em diversos tipos, decompô-los em diferentes espécies de elementos (tais como palavras, morfemas, fonemas etc.) e classificar estes últimos em diversas categorias (partes do discurso, consoantes e vogais etc.)” (Ruwet, 2001, p.17).

A intervenção de Chomsky divergirá em muitos aspectos desse padrão mais ou menos geral de pesquisa, seguido pela Linguística americana. Teremos, a partir de então, novas tarefas de investigação para o campo – numa empreitada até mesmo contraposta à anterior –, versadas, sobretudo, na busca de “leis ocultas e subjacentes” da linguagem. Uma prática que não é radicalmente nova na história dos estudos da linguagem, mas que se estabeleceria sobre novas e reforçadas bases formais.<sup>8</sup> O fato basilar da “nova” investigação da linguagem centrou-se no “falante nativo que tem a capacidade de compreender um número imenso de orações inéditas” (Chomsky & Miller, 1972). As perguntas que se desenvolvem seguem-se num sentido subjetivo: em que consiste exatamente essa

---

8. John Searle defende que Chomsky se situa entre aqueles pensadores, tal como Freud, proponentes de um estudo do homem que se revele não apenas pela observação rigorosa da conduta, mas, sobretudo, que essas observações “são interessantes somente na medida em que nos revelam leis subjacentes, ocultas e possivelmente misteriosas, que se revelam a nós só parcialmente e de forma distorcida na conduta” (Searle, 1981, p.16).

capacidade de linguagem? De que modo se põe em funcionamento? Como surge no indivíduo?

Nessas interrogações, distinguimos o contorno da visível mudança de paradigmas, alteração que é considerada “revolucionária”. Segundo Searle (1981):

sua revolução segue estreitamente o esquema geral descrito na obra de Thomas Kuhn *A estrutura das revoluções científicas*: o paradigma ou modelo aceito pela linguística tem sido enfrentado – em grande medida por meio do trabalho de Chomsky – com um número cada vez maior de contraexemplos molestadores e dados recalitrantes que era incapaz de explicar. (p.17)

A orientação metodológica do EA, que começava a ser obsoleta (em grande medida graças ao trabalho de Chomsky), previa que a tarefa do linguista estava na minuciosa descrição de uma língua, fosse ela exótica ou conhecida – uma atividade até mesmo valiosa em si. Ao linguista cabia o recolhimento dos dados da língua, reunindo-os em uma ampla gama de emissões, obtendo então um “*corpus*”.<sup>9</sup> Esse conjunto representativo forma o objeto de estudo da disciplina. Diferentes níveis linguísticos<sup>10</sup> permitiam a classificação do *corpus*

9. O *corpus* em gramática descritiva estabelece-se através da análise de um conjunto de enunciados, que é apenas a amostragem das características estruturais da língua em análise e não a própria língua. A extração do *corpus* representativo de uma língua figura-se sobre um número finito de enunciados produzidos (Dubois, 2004).

10. Nas primeiras gramáticas propostas por Chomsky, a noção de nível linguístico não foi abandonada; por isso, apesar da distância teórica que se instalou entre gerativistas e estruturalistas, existem ressalvas quanto ao abandono total da influência estruturalista nos primeiros trabalhos da gramática gerativa. Desse modo, não podemos dizer de maneira simples que sua proposta superou drasticamente o EA logo de início. Segundo José Borges Neto, no princípio, “o único ponto em que a proposta de Chomsky parece se distanciar das propostas estruturalistas é quanto ao número de níveis necessários para a descrição linguística [...] aparentemente, para Chomsky, o acréscimo de um nível transformacional à ‘teoria linguística conhecida’ (o estruturalismo americano, em

em fonemas (elementos mínimos portadores de significado), morfemas (unidades sonoras funcionais), sendo que estes, em seguida, se aglutinavam na formação de palavras, sintagmas nominais e verbais. Num exemplo singular: a palavra “sais” possui um morfema simples constituído por três fonemas. Já a palavra “desinteressado” constrói-se através de três morfemas: “des”, “interes”, “sado”.

Tal imperativo descritivo foi motivado, se retrocedermos na história da disciplina, em parte pela necessidade de avaliação da grande quantidade de línguas existentes nos EUA no início do século XX.<sup>11</sup> A situação das línguas indígenas, foco principal do trabalho linguístico americano no período, imprimia o caráter prático e urgente da atividade, pois, antes de mais nada, o objeto da disciplina estava sujeito ao desaparecimento. Tais línguas corriam o risco de se perder na homogeneização linguística desencadeada pela colonização. O registro e a descrição dessas línguas tornaram-se imprescindíveis e, por essa razão, o desenvolvimento de “métodos de campo” descritivos foi fundamental no período. As técnicas de registro e interpretação (perseguidas pelos linguistas) dos dados se tornaram mais rigorosas a cada dia, sobretudo do ponto de vista da pretensão de objetividade científica.

Dessa maneira, em decorrência do contexto descrito, a teoria linguística foi encarada por muitos estudiosos norte-americanos como uma “fonte de técnicas para a descrição” de línguas ainda não catalogadas (Lyons, 1970). Chomsky criticou posteriormente os efeitos desse movimento sobre a Linguística como um todo, apontando um “eclipse da teoria”, dada a preocupação exacerbada com o refinamento de métodos de descoberta. A oclusão causada pelo trabalho classificatório deixara de lado a investigação daquelas propriedades mais gerais das sentenças, que todos os falantes e ouvintes regulares distinguem intuitivamente. Além do mais, o

---

outras palavras) é suficiente para torná-la adequada” (Borges Neto, 2004, p.105).

11. No início do século XX, a estimativa era de que cerca de duzentas línguas indígenas ainda fossem faladas nos EUA (Weedwood, 2005).

desencorajamento aos empreendimentos generalizadores levava ao risco de redução da Linguística a uma história natural (Chomsky, 2007a, p.64). É certo que nem todos os linguistas aderiram a esse paradigma, existindo exceções notáveis, entre as quais Edward Sapir é um exemplo.

Positivamente, porém, a gama de variações que pode atingir as línguas humanas era eficazmente ressaltada e, assim, tornava-se crucial um certo “relativizar” no campo gramatical, já que as categorias gramaticais tradicionais não davam conta da descrição de línguas inteiramente novas. Franz Boas<sup>12</sup> constatou o que hoje nos parece óbvio: toda língua possui uma estrutura gramatical distinta. A ocupação principal de qualquer linguista estava em construir categorias de descrição que fossem compatíveis com as variedades “de campo”. O estruturalismo linguístico americano, na empreitada de classificação, assumiu, de certo modo, o caráter etnográfico e relativista da influência boasiana. Tal foi a idiossincrasia geral do estruturalismo norte-americano do período. Há de se lembrar que essa tendência se inclui no vasto universo do chamado campo teórico estrutural. O estruturalismo tradicional, complexo e multifacetado,<sup>13</sup> indicou apenas um ponto de partida para o EA, que se constituía com características singulares.

---

12. Franz Boas (1858-1942), nascido na Prússia, e mais tarde radicado nos EUA, estudou inicialmente Física e interessou-se posteriormente por Antropologia. Foi um dos responsáveis pela fundação da revista *American Anthropologist* (1899). Dentre os vários livros de Boas, encontra-se o famoso *Handbook of North American Languages*. Boas foi responsável por diversos estudos envolvendo a construção de gramáticas para as línguas nativas americanas.

13. Um exemplo notório dessa complexidade está nos trabalhos de Roman Jakobson. Segundo Chomsky, “Roman Jakobson sempre se preocupou com os universais linguísticos que estrangulam estreitamente a classe de linguagens possíveis, especialmente na fonologia”. Ao contrário de outros autores, que também se encontram sobre a insígnia da “Linguística estrutural”, como Martin Joos, que chegou “a ponto de declarar como proposição geral da ciência linguística, que as linguagens podem diferir uma da outra de maneira arbitrária. Quando falam de ‘universais’, isso envolve uma caracterização muito limitada, talvez algumas observações estatísticas” (Chomsky, 2007a, p.81).

Todavia, até mesmo nos estudos linguísticos realizados por Franz Boas, segundo Roman Jakobson, não podemos dizer que houve o abandono total da preocupação com os chamados universais da linguagem. De fato, tal conclusão afetaria a noção relativizadora de cultura desenvolvida pelo antropólogo. Boas distinguiu categorias relacionais que seriam obrigatórias para todas as línguas. A forma por meio da qual essas relações se exprimiam certamente variava, sua concepção de gramática se constituía por elementos necessários (formais). Esse é, por exemplo, o caso da distinção entre sujeito e predicado, ou entre predicado e atributo, e até mesmo da referência gramatical ao remetente e ao destinatário. Em outras palavras, “esse problema de categorias gramaticais indispensáveis e universais foi esboçado por Boas e por seu indagador discípulo Sapir (1921) em desafio à aversão dos neogramáticos por toda pesquisa de leis universais; tornou-se um problema crucial para a Linguística, hoje” (Jakobson, 2003, p.91).

Depois de Franz Boas, a Linguística americana encontrou grandes contribuições, concentradas em dois expoentes capitais: Leonard Bloomfield (1887-1949) e Edward Sapir (1884-1939). Bloomfield exerceu grande autoridade na tentativa de tornar a Linguística uma ciência autônoma. O termo “ciência”, em sua concepção, recebia um sentido específico. Aqueles aspectos “volitivos” da linguagem, cognitivos principalmente, não eram vistos como suscetíveis de elaboração científica rigorosa, logo, se tornavam descartáveis. Os trabalhos de Sapir, contudo, centravam-se na característica claramente humana e não puramente instintiva da linguagem. Curiosamente, algumas das perspectivas relativas ao estudo da linguagem, adotadas por Sapir, se aproximariam mais tarde daquelas desenvolvidas e aperfeiçoadas por Chomsky (2007a, p.121). A influência de Sapir, contudo, não teve grande penetração no EA. Já as ideias de Bloomfield passaram pelo processo de *escola-*

---

Como vemos, a crítica ao estruturalismo deve ser feita com cautela, sem generalizações simplificadoras.

rização, graças, sobretudo, à “boa” reputação científica conferida a essas.

O sentido que Bloomfield conferia ao termo “científico” tornou-se praticamente lugar-comum. Havia, no termo, um conceito behaviorista clássico de ciência que estabelecia para a Linguística, axiomáticamente, a conduta de rejeição de todos aqueles dados que não fossem diretamente observáveis e mensuráveis fisicamente. Tal opinião era a mesma seguida pela metodologia científica da Psicologia Comportamental de J. B. Watson. Essa metodologia rejeitava veementemente a necessidade de postulação de qualquer ocorrência que não fosse observável. Quando o assunto envolvesse a explicação das atividades e capacidades volitivas dos seres humanos, classificadas pela tradição como “racionalis” ou “mentais”, normalmente despachavam-se tais influências com a pecha de “questões extracientíficas” (Bloomfield, 1973).

A descrição e a explicação do comportamento de qualquer organismo eram necessariamente tarefas a cargo de respostas aos estímulos oriundos do ambiente. Essas respostas comportamentais eram explicadas pelas leis da Física e da Química, assim como explicamos as “respostas” de um termostato às variações de temperatura (Bloomfield, 1973).

Leonard Bloomfield adota o behaviorismo clássico de John B. Watson como estrutura geral a ser seguida pela teoria linguística. Sua concepção da forma linguística, por exemplo, encontra-se diretamente relacionada aos acontecimentos chamados “práticos”, que envolvem situações concretas de fala, capazes de despertar respostas em um ouvinte: “Sem dúvida, é verdade que a ciência só pode versar sobre fatos que exijam uma resposta verbal por parte de alguma pessoa – em último caso, do cientista que se ocupa de um fato dado” (Bloomfield, 1973, p.35).

Para uma descrição científica do universo linguístico, segundo Bloomfield, não é necessário nenhum termo mentalista, pois os argumentos com que se pretende embasar a descrição existem somente à margem da linguagem fatural. A linguagem – como

quaisquer outros aspectos da atividade humana –, se está de acordo com a ciência, ocupa-se somente daqueles fatos acessíveis no tempo e espaço (mecanicismo), e compõe-se, dessa forma, apenas de enunciados e predicados iniciais que conduzem até operações práticas definidas (operacionalismo). Esses termos, enfim, derivam de uma rígida definição de acontecimentos cotidianos, concernentes aos eventos físicos (fiscismo) (Bloomfield, 1973).

De acordo com essa concepção “científica” da Linguística, prescrita por Bloomfield, em uma situação simples de utilização da linguagem é possível observar o que há para se examinar: imaginemos que João e Maria estão passeando, Maria avista maçãs numa árvore e, estando com fome, solicita que João apanhe algumas das maçãs; João dá a Maria uma das maçãs; Maria a come. Tal seria um exemplo de acontecimento científico normal, factual.

Na descrição behaviorista de Bloomfield, temos: fluidos são segregados na boca de Maria, indicando a presença da fome, a onda de luz que percorre o sistema visual de Maria lhe dá a imagem da maçã, constituindo assim um estímulo. A resposta de Maria ao estímulo é o de subir imediatamente atrás do fruto. Porém, ela dá uma resposta em substituição, sob uma sequência de ruídos, que chegam até João. Este age como se ele próprio estivesse com fome, atendendo ao estímulo substitutivo (Lyons, 1970). Certamente, tal exemplo deixa muito a desejar, sobretudo pela simplicidade. Por isso mesmo, Lyons, que cita esse exemplo, restringe o argumento à visão behaviorista clássica incorporada por Bloomfield: o exemplo em questão não caberia a muitas escolas desse ramo da Psicologia, tratando-se, portanto, de uma excepcionalidade.

Tencionamos, com esse rápido exemplo citado por Lyons, ilustrar o que se entendia por “atuação da linguagem em uma situação prática”; isto é, trata-se de localizar o chamado processo de substituição (linguístico) em relação a outros tipos de comportamento não simbólico. Na sintaxe e na fonologia, o argumento behaviorista de Bloomfield não obteve tanto sucesso. Porém, sua apresentação científica influenciou profundamente a Linguística

no sentido de uma metodologia empirista restrita (cf. Bloomfield, 1973).

Mesmo com o insucesso da sua semântica, Bloomfield buscou construir um estudo do significado através do behaviorismo. Porém, certo pessimismo surgiu, a descrição científica dos significados exigia a exposição de inúmeros eventos práticos, capazes de atuar como substitutos. Um grande número de palavras (referentes a plantas, animais etc.) encaixava-se na descrição, porém, outras (como ódio, amor) não possuíam definição semelhante. Diante da dificuldade relativa ao processo de construção do significado, Bloomfield afirmava que bastaria uma compreensão superficial deste, ou seja, bastava saber se duas formas enunciadas eram as mesmas ou diferentes, pois

as considerações de ordem semântica limitavam-se estritamente à tarefa de identificar as unidades de fonologia e sintaxe e de modo algum diziam respeito à especificação de regras ou princípios disciplinadores de suas permissíveis combinações. Essa parte da gramática devia constituir um estudo puramente formal, independente da semântica. (Lyons, 1970, p.34)

Assumindo as preocupações de Bloomfield, o linguista Zellig Harris, professor do jovem Chomsky, buscou aperfeiçoar os chamados procedimentos de descoberta para a descrição gramatical, sustentando que a fonologia e a sintaxe deveriam ser, de fato, descritas de maneira formal, sem referência às questões semânticas. A linguagem era, então, concebida como um instrumento de “transporte” ou de “expressão de significados” através de estruturas sintagmáticas. A tarefa possível e desejável da Linguística consistia, simplesmente, na descrição formal desse processo sintagmático instrumental de expressão dos significados. Para a semântica restava descrever o emprego da linguagem, e a sintaxe designava o centro da análise linguística.

Em 1957, com a publicação de *SS*, Chomsky ainda se situava de certa maneira sob a influência dos trabalhos de Harris e Bloom-

field.<sup>14</sup> Nessa publicação, por exemplo, nada fala sobre o racionalismo ou ideias inatas. Finalmente, podemos nos perguntar: qual a divergência ou contraste exposto pela dissertação de SS capaz de torná-la revolucionária? Como já citamos, a ênfase inovadora de SS encontrava-se na preocupação com os aspectos mentais (intuitivos) da linguagem, que estavam, até então, parcialmente fora de questão para Harris e Bloomfield. Junto desse aspecto, SS trazia o argumento de que apenas a acumulação de observações ou de experiências de classificação não era suficiente para induzir rigorosamente uma teoria da linguagem.

No julgamento de Chomsky, a Linguística estrutural (tomando aqui o devido cuidado com a heterogeneidade da expressão “Linguística estrutural”) já havia acumulado conhecimentos satisfatórios que permitiam ultrapassar o estágio classificador da ciência linguística. Podíamos produzir gramáticas explícitas das línguas particulares e, ao mesmo tempo, determinar a forma dessas gramáticas (modelo do mecanismo geral da linguagem): “Uma teoria linguística não deve ser identificada como um manual de procedimentos úteis, nem se deve esperar que forneça procedimentos mecânicos para a descoberta das gramáticas” (Chomsky, 1957).

Chomsky insistia, no terceiro capítulo de SS, denominado “Sobre os objetivos da teoria linguística”, que a criatividade humana empregada no uso cotidiano da linguagem deveria ser objeto de maior atenção por parte dos linguistas.<sup>15</sup> O fato de um falante

---

14. De acordo com Roman Jakobson, em SS, “Chomsky fez uma tentativa engenhosa de construir uma ‘teoria completamente não semântica da estrutura gramatical’. Esse intrincado experimento constitui realmente um magnífico *argumentum a contrario*, particularmente útil às investigações em curso acerca da hierarquia das significações gramaticais” (Jakobson, 2003, p.93). Veremos, mais adiante, que Chomsky fez ressalvas a uma teoria não semântica da sintaxe.

15. A formalização das regras sintagmáticas, propostas por SS, não significou uma explicação cabal para o comportamento linguístico. A questão é pontual: trata-se de estudar aquelas intuições que não podem ser tratadas por analogia. Voltaremos ao tema da criatividade linguística e da explicação do comportamento normal dos falantes.

normal exprimir sentenças jamais faladas antes exigia maior prudência por parte dos investigadores. Por mais que os procedimentos de descoberta fossem aprimorados, pela descrição ou simples taxonomia – o que consistia em registrar os pronunciamentos –, não se dava conta desses fatos corriqueiros até para uma criança (Chomsky, 1957).

Na monografia de 1957, portanto, a tarefa da Linguística torna-se a de sugerir mecanismos subjacentes à habilidade humana de detectar e resolver as ambiguidades entre sentenças. Essas regras ou princípios jamais poderiam emergir de um estudo das expressões em si (pela indução). Tais regras constituíam o principal desafio da formalização linguística, pois deveriam ser expressas, nesse caso, dedutivamente. Segundo Otero, “Chomsky levou vários anos para entender que nenhum processo indutivo já proposto poderia conduzir, a partir do tipo de dados que estão disponíveis à criança, aos princípios de abstração exigidos na teoria da linguagem” (Otero apud Barsky, 2005, p.106). Chomsky relata o momento crucial dessa “virada” intelectual, desse *insight*, numa passagem curiosa e surpreendente de sua carreira:

em retrospecto, não consigo compreender por que demorei tanto para chegar a essa conclusão, lembro-me exatamente do momento no qual me senti convencido. A bordo de um navio no meio do Atlântico, ajudado por um surto de enjoo, em uma banheira instável que inclinava visivelmente – ela tinha sido afundada pelos alemães e fazia a primeira viagem depois de ser recuperada. De repente, pensei que havia uma boa razão – a razão óbvia – pela qual tantos anos de trabalho intenso destinados a melhorar os procedimentos de descoberta tinham dado em nada, enquanto o trabalho que eu fizera no mesmo período na gramática gerativa e na teoria explanatória, em isolamento quase completo, parecia estar chegando constantemente a resultados interessantes. Depois que reconheci isso, o progresso veio rapidamente. Nos dezoito meses seguintes escrevi o LSLT, que tinha cerca de mil páginas impressas, quase tudo o que continha o *Syntactic Structure*, o *paper*

para a Texas Conference de 1958 e assim por diante. (Chomsky, 2007a, p.133)

Como exemplo da mudança de perspectiva, temos a análise da língua inglesa, que, por exemplo, como qualquer língua natural, está firmada em um número de sentenças que se proliferam de maneira infinita. A tarefa do linguista está em ocupar-se qualitativamente desse número amplo de sentenças que constituem a linguagem e não apenas extrair daí um *corpus* representativo (quantitativo). Para Chomsky, a gramática de uma língua “gera” todas as sentenças da língua, ou seja, não separa as sentenças que foram emitidas daquelas que permanecem inéditas. A Gramática deverá, assim, estar equipada por um aparato formal capaz de explicar todas as sentenças gramaticais aceitáveis de uma língua (Chomsky, 1957). Segundo Chomsky, a tradição de Harris e Bloomfield “pensava na linguística como um conjunto de procedimentos para organizar textos e opunha-se fortemente à ideia de que haveria algo real a ser descoberto” (Chomsky, apud Barsky, 2005, p.73).

A partir de SS, a concepção linguística de Bloomfield e Harris, que havia sido adotada amplamente, entra em declínio.<sup>16</sup> Os comportamentos linguísticos, em sua totalidade comunitária, não eram mais tomados como objetos de estudo em si próprios, e a língua, que era recolhida pelo *corpus* representativo e minuciosamente descrita pelos instrumentais dos procedimentos de descoberta, não era mais tomada como “*corpora* representativos”. Chomsky supõe a existência de algo anterior “à língua dos estruturalistas: a capacidade que os falantes têm de produzir exatamente os enunciados

---

16. Essa mudança, porém, no sentido que expomos, estava em 1957 restrita ao “papel” e à mente de Chomsky. A batalha de ideias na Sociedade Linguística Norte-Americana durou pelo menos três anos; foi só depois de um longo tempo que a comunidade intelectual se “dividiu” ao longo de seus congressos anuais. Robert Barsky (2005, p.120, 129) apresenta uma detalhada e instrutiva história sobre essa “batalha de ideias”, da qual a *Texas Conference* foi o grande palco.

que *podem* ser feitos” (Borges Neto, 2004, p.99, grifo do autor). Esse novo trabalho não partia de procedimentos de descoberta, as regras da Gramática tornam-se holísticas:

as regras de estrutura da frase podem gerar representações da estrutura sintática com bastante êxito [...] para uma grande variedade de expressões, e foram introduzidas com esse propósito no primeiro trabalho sobre gramática gerativa. Entretanto, ficou imediatamente claro que as regras de estrutura da frase [...] por si só são insuficientes para justificar apropriadamente a variedade de estruturas da sentença. O enfoque inicial desse problema, que tem uma série de variantes subsequentes e correntes, era o de enriquecer o sistema de regras, introduzindo categorias complexas com características que podem “tomar a forma de” categorias nelas contidas, expressando dependências globais não captadas em um simples sistema de regras de estrutura da frase [...] Adotei esse enfoque em um trabalho de conclusão de curso em 1949, modificando ideias de Zellig Harris a partir de uma estrutura um tanto diferente. (Chomsky, apud Barsky, 2005, p.74)

Podemos avançar nesse ponto, anacronicamente, a fim de melhor elucidar a questão ao leitor. Chomsky, em 1986,<sup>17</sup> empreendeu um recenseamento dos seus mais de trinta anos de pesquisas sobre a linguagem (contados até aquele período), publicado sob o título de “O conhecimento da língua”. Nessa obra, encontramos a clara definição do que se pretendia em SS. Chomsky defende que, naquele momento (1957), o sentido da mudança de foco demonstrava que a comunidade linguística, como sabemos desde Saussure, possui um conhecimento compartilhado sobre os diversos enunciados que podem ou não ser produzidos, o que deveria ser abordado era justamente esse conhecimento. O *corpus* representativo é apenas o resultado desse conhecimento, apoiado

---

17. Cf. Chomsky (1994).

na criatividade linguística que habilita os falantes a compreender e produzir sentenças a que nunca foram expostos anteriormente:

a gramática gerativa mudou o foco de atenção do comportamento linguístico real ou potencial e dos produtos deste comportamento para o sistema de conhecimento que sustenta o uso e a compreensão da língua, e, mais profundamente, para a capacidade inata que permite aos humanos atingir tal conhecimento. (Chomsky, 1994, p.43)<sup>18</sup>

Chomsky enfatizava que se deveria tentar entender “que tipo de sistema é a linguagem”, sendo que as conclusões sobre esse sistema precisavam ser explicadas em termos de notações próprias de um sistema formal. Dessa maneira, a análise buscava a postulação de regras que pudessem explicar a respeito da produção das sentenças como produção de qualquer sentença possível. Essas regras, de base, não deveriam gerar nenhuma sentença agramatical, pois, “uma vez que o sistema tenha sido estabelecido, dever-se-ia então examinar expressões particulares para determinar se podem, de fato, ser adequadamente geradas através da adesão às regras do sistema linguístico” (Gardner, 2003). Ou seja, as abstrações das regras formais geradoras deveriam ser adequadas àquelas expressões reais da língua.

A concepção gramatical de 1957 vai além da descrição de um *corpus*, pois tem por fim descrever não um número representativo e finito de enunciados, mas, ao contrário, coloca-se em questão aquela capacidade dos sujeitos de produção infinita e indefinida de frases possíveis: a gramática gerativa não parte do *corpus*, mas da capacidade do sujeito de produzi-lo. Em SS se consegue, finalmente, a proposição de uma nova concepção de estrutura lingüís-

---

18. Conforme Borges Neto (2004, p.100), “podemos dizer, então, que já se delineava nos primeiros trabalhos de Chomsky um objeto psicológico para os estudos linguísticos, embora Chomsky não explicitasse isso. Em outras palavras, os ‘estados da mente/cérebro’ [...] já eram vislumbrados”.

tica. O trabalho de avaliação do melhor *corpus* (procedimento de avaliação ou descoberta) já não era razoável para a explicação de pontos como a criatividade na produção infinita das expressões. Desse jeito, a estrutura gramatical deveria tornar-se mais complexa. Chomsky constata que

a maioria das propostas mais rigorosas de desenvolvimento da teoria linguística [...] tentam formular métodos de análise que um investigador poderia efetivamente utilizar se dispusesse do tempo suficiente para construir uma gramática de uma língua diretamente a partir de dados brutos. Parece-me muito discutível que esse objetivo seja alcançável de forma minimamente interessante e suspeito que qualquer tentativa nesse sentido conduza a um intrincado conjunto de processos analíticos cada vez mais elaborados e complexos que não estarão aptos a fornecer soluções para muitas questões relevantes sobre a natureza da estrutura linguística. (Chomsky, 1957, p.58)

Dessa maneira, o *corpus* não é mais a representação exata da estrutura da língua. O que Chomsky propõe, de forma original, é a idealização a partir de fatos brutos, na qual se eliminam todas aquelas expressões não gramaticais capazes de serem interpretadas como não aceitáveis para os falantes. A sintaxe pode, além disso, ser examinada separadamente em relação a outros aspectos da linguagem.

Para concretizar o projeto, buscou demonstrar como os métodos existentes para analisar a sintaxe e explicar sentenças aceitáveis não funcionavam. As chamadas gramáticas de estado finito – tal como máquinas que, na posse de estados internos limitados, geram sentenças – são inapropriadas para expressar as propriedades recursivas do inglês. Isto é, uma gramática de estados finitos não pode gerar frases nas quais uma oração esteja introduzida em outra, pois excluem cadeias que contradigam essas dependências. As gramáticas de estado finito não captam a ligação estrutural de sentenças que costumam recorrer indefinidamente a certas confor-

mações linguísticas, tal como na inserção de uma oração dentro de outra (o rapaz que a mulher que viu o cão que...). Essas sentenças são difíceis de manejar no exercício cotidiano, porém, são estritamente gramaticais e não captáveis pelas máquinas.

De um ponto de vista mais geral, a língua inglesa, conforme se observou, não opera colocando em posição uma palavra e em seguida indicando aquelas que podem seguir “à direita” dela. Na prática, as sentenças são construídas de modo mais abstrato, recorrendo a situações em que orações (sintagmas) podem ser recolocadas inteiras dentro de outros elementos. Chomsky, do mesmo modo, também questionou a gramática estrutural de análise de constituintes imediatos. Nessa gramática, dispõe-se de um conjunto finito de estruturas de frases ou regras de reescrita. Esses sistemas geravam imperfeitamente as frases, não conseguindo explicar regularidades que qualquer falante normal percebe com facilidade.

Por exemplo, uma gramática estrutural de constituintes imediatos não consegue explicar a diferença entre estruturas como *What are you looking for?* [O que você está procurando] e *What are you running for?* [Por que você está correndo?]. A gramática em questão só pode ser escrita na medida em que recorre às várias reafirmações já estipuladas, o que a torna demasiadamente extensa. Isso mostra sua inabilidade em explicar a ligação sintática lógica entre as estruturas. Desse modo, acaba compondo-se de partes de orações que são continuamente copiadas, de forma mecânica. O falante normal, como sabemos, lida com um verdadeiro turbilhão de novas orações a cada momento, e, na prática, o uso da linguagem é bem mais complexo do que pretendiam tais gramáticas, que não conseguiam captar de maneira satisfatória o uso de estruturas jamais vistas ou geradas antes.

Segundo o que nos diz Chomsky, nesses procedimentos, em um “sentido interessante, se tudo o que está em discussão é uma forma de organização de dados, então, só podem [levar a] resultados que não são nem bons nem maus, aparte considerações mínimas de redundância ou consistência” (Chomsky, 2007a, p.122). Há nesse procedimento estrutural um vácuo incapaz de avaliar os

resultados, ninguém poderia estar certo ou errado ao arranjar dados em um “vácuo teórico”. A rejeição explícita dos aspectos psicológicos deixa o empirismo estruturalista numa situação estranha: “A rejeição explícita de um compromisso como esse torna muito difícil chegar a uma interpretação de boa parte desse trabalho – que poderia encontrar sua fundamentação nesta interpretação” (Chomsky, 2007a, p.122). Para Harris, por exemplo, as transformações eram relações sistemáticas entre sentenças, entre “estruturas superficiais”, por assim dizer. Uma transformação gramatical, para Harris, envolve um par caótico de estruturas linguísticas, tomadas pela análise como estruturalmente equivalentes.

Harris sustentava que as estruturas dos dois lados da seta (na expressão descrita na Figura 1) são análogas, pois, se elegemos um dado concreto, como a palavra João, representada por  $N_x$ , e um substantivo como Maria, expresso por  $N_y$ , junto de um verbo  $V$  (ver), e se nesse caso aplicamos a substituição nos dois lados da fórmula, temos: à esquerda, “João vê Maria” e, à direita, “Maria é vista por João”. Essas sentenças, por conseguinte, terão o mesmo grau de aceitabilidade ou de equivalência estrutural (Chomsky, 2007a, p.124):

$$N_x V N_y \leftrightarrow N_y \text{ é Ved por } N_x$$

Figura 1

As equivalências estruturais eram importantes para Harris, que buscava a normalização e/ou organização do discurso. Dessa maneira, se temos uma sentença na língua, com uma das duas formas, da direita ou da esquerda, podemos substituí-la pela sentença correspondente à forma reguladora equivalente. Nesse procedimento de análise procuram-se distribuir as relações ou similaridades presentes na fala. Como resultado, temos a Linguística descritiva de um “sistema de elementos ampliados” pertencentes a “um dialeto particular” (Harris, 1951). Do chamado transforma-

cionalismo de Harris, chegamos à ideia básica para a análise do discurso:

continuando a aplicar essas transformações de equivalência a um discurso, podemos reduzir as sentenças a formas similares, às quais os procedimentos de substituição desenvolvidos para a gramática das frases podem ser aplicados. Podemos também construir classes de substituição de palavras que têm mais ou menos o mesmo papel no discurso. Essas categorias de discurso não devem ser confundidas com as categorias léxicas ou frasais da língua. Essa é a ideia básica da “análise do discurso”. (Chomsky, 2007a, p.124)

Qual a diferença dessa análise para a de Chomsky? No nível teórico, uma característica fundamental das transformações de Harris é a de que cada uma das transformações se estabelece de forma independente em relação a outros aspectos mais gerais da gramática. Ou seja, cada transformação é estendida para o discurso através da observação e da evidência. Mas cada relação estabelecida entre as transformações existe de maneira independente do que é falso ou verdadeiro para o resto da linguagem. No procedimento de Harris,

uma transformação é, com efeito, uma generalização sobre a aceitabilidade das ocorrências de duas formas de frases, e a generalização factual é verdadeira ou falsa muito separadamente de qualquer coisa que possamos descobrir subsequentemente sobre a linguagem em questão ou a teoria da linguagem, ou de qualquer outra fonte – concepção não por exemplo, um experimento psicológico. Essa atitude é natural na abordagem geral do “Methods” de Harris – uma psicológica da linguística. (Chomsky, 2007a, p.124)

Harris não parte da idealização, conforme faz Chomsky, pois, no seu transformacionalismo, renuncia-se à ideia de que a linguagem de certa comunidade possa ser apreciada como um conjunto definido de sentenças dotadas de estruturas, vinculadas às marcações de princípios gramaticais verdadeiros ou falsos. Dessa forma,

a análise transformacional de Harris é simplesmente uma maneira diferente de descrever um conjunto de observações coletadas. Portanto, continua a ser cômoda ao paradigma da descrição, já que parte da transformação como generalização de dados. Através dos dados expõem-se propriedades; no caso em questão (Figura 1), temos a chamada “propriedade de igual aceitabilidade sob a substituição sistemática”. Há portanto, nesse procedimento, uma diferença sensível em relação às teorias das ciências naturais,<sup>19</sup> para as quais

duas teorias podem estar em conflito mesmo se concordam sobre os dados disponíveis e o cientista, então, vai procurar novos dados para escolher entre as duas, prosseguindo de acordo com a admissão “realista” de que aquilo que as teorias alegam sobre as entidades nelas apresentadas é verdadeiro ou falso e, portanto, suscetíveis a novos testes. Mas Harris, pelo menos no início da década de 60, assumiu a posição de que as descrições linguísticas alternativas não podem estar em conflito nesse sentido. (Chomsky, 2007a, p.125)

Ainda que “descritivista”, foi através do trabalho de Zellig Harris que Chomsky conseguiu indicar uma série de regras a partir das quais as sentenças podem ser relacionadas formalmente umas às outras, em transformações cujas representações são abstratas e coordenadas. A nova gramática transformacional, então proposta por SS, continha um sistema de regras formalizadas matematicamente, capazes de *gerar* as sentenças da língua caracterizada, em que cada sentença nova recebia uma *descrição estrutural* ou análise gramatical.

---

19. Chomsky lembra que sua concepção de estrutura pretende ultrapassar uma concepção de ciência naturalista e classificatória, preocupada em descrever e arranjar eventos. Trata-se agora de estabelecer uma “ciência natural”, na qual a geração é uma tarefa da linguagem humana. A melhor formulação da gramática é explicada se corresponde aos fatos desencadeados empiricamente.

Com a expressão algébrica, exemplifica-se a referida geração: tomemos  $2x + 3y - z$ , por exemplo, em que  $x$ ,  $y$  e  $z$  são variáveis. Devido a essa expressão, pode-se apontar um infinito conjunto de valores a serem gerados. Caso as regras indiquem resultados absurdos diante dos dados, a gramática será descartada: “A concepção de Chomsky a respeito das regras de gramática é similar. Devem elas ser tão precisamente especificadas – formalizadas é o termo técnico – quanto as regras da aritmética” (Lyons, 1970, p.43). Essas regras são capazes de gerar a mesma sentença mais de uma vez. Já não são meras organizadoras do *discurso*, são hipóteses sobre a gramática gerada pelos *falantes*.

Para ilustrar ao leitor um procedimento simples de um conjunto gerado por funções, devemos citar, mesmo que de passagem, a base de operação de um *sistema recursivo* elementar. Um sistema recursivo trivial consta de um símbolo axiomático inicial e de suas regras. Como exemplo, tomemos o axioma S:

<p>(1). Axioma Inicial: S</p> <p>R.1. <math>S \rightarrow W</math></p> <p>R.2. <math>W \rightarrow W + W</math></p>
---

Figura 2

A flecha interpreta a instrução de reescrever o símbolo da esquerda à direita, pela cadeia de símbolos da direita. Ao aplicarmos a primeira regra R.1, obtemos a linha  $W$ ; ao aplicarmos a segunda regra R.2, obtemos a linha  $W + W$  (o sinal de  $+$  é apenas um símbolo de concatenação). Ao aplicarmos novamente a segunda regra R.2 (substituindo um caso  $W$  pela cadeia  $W + W$ ), obtemos a cadeia  $W + W + W$  e, consecutivamente, obtemos:

1. W (ao aplicar R.1)
2. W + W (ao aplicar R.2)
3. W + W + W (ao reaplicar R.2 na linha anterior)
4. W + W + W + W (ao reaplicar R.2 na linha anterior)

Figura 3

Desse modo, segue-se continuamente. Em suma, a aplicação continuada dessas regras enumera ou especifica tecnicamente o que se diz por “gerar”, para um conjunto infinito de cadeias da forma W, WW, WWW, WWWW... (abstraindo o sinal + como símbolo da concatenação). Em outras palavras, essas regras constituem uma diminuta “gramática gerativa” e as cadeias e símbolos “gerados” por essa gramática em miniatura são um exemplo extremamente simples da “língua” (Otero, 1973, p.153).

As sentenças não gramaticais podem ser explicadas à medida que o estabelecimento das regras da gramática corresponder ao conhecimento dos falantes. De tal modo, saberemos quais frases são ou não permitidas na geração. Por essa razão, a gramática *deve* gerar “todas e somente” as sentenças da língua. Tal ambição constitui o “ideal” a ser alcançado por qualquer linguista. Há aqui um procedimento de teste da melhor opção a ser gerada pelo indivíduo, visto que não se trata mais de somente descrever ou organizar o discurso. Notemos ainda que a formalização de uma gramática corresponde, até o momento, a um sistema recursivo para línguas específicas.

A gramática transformacional, dessa maneira, propunha *sentenças-núcleo* que, seguindo um conjunto de instruções, constroem infinitas sentenças. Por exemplo, as *regras sintagmáticas* formam *indicadores sintagmáticos*, e estes, por decorrência, são representações que manifestam estruturas categoriais, compostas por sintagma nominal, sintagma preposicional, frase etc. Chomsky admite que esse formato proposto para as regras já era adotado na “tradicional descritiva e histórica”. A novidade, porém, estava na reformulação dessas em termos das ideias desenvolvidas na teoria da computação, tais como das funções recursivas. O conjunto infinito

de estruturas, geradas por um sistema de regras finito, bastava para representar a estrutura sintagmática. No caso que adotamos como exemplo, trata-se das frases mais simples praticáveis.

As representações sintagmáticas geradas eram, então, associadas à forma fonética (sucessão de regras de alteração de som). Já os itens lexicais são dados de maneira abstrata na representação da estrutura sintagmática, pois esses itens são convertidos na sua forma final graças à aplicação de regras fonológicas e fonéticas. Citamos no quadro a seguir um *sistema de regras sintagmáticas* simples, conforme o exemplo de Chomsky (1994):

32	(2)	(i)	F	→	SN SV
		(ii)	SV	→	V SN
		(iii)	SN	→	DET N
		(iv)	SN	→	N
		(v)	V	→	<i>hit</i>
		(vi)	N	→	<i>boy</i>
		(vii)	N	→	<i>John</i>
		(viii)	DET	→	<i>the</i>
		(ix)	X	→	...

As regras (i) e (iv) são moderações sintáticas; (ii), (iii), (vi) e (viii) são símbolos únicos; em (vii) e (v) temos entradas lexicais. O símbolo (ix) representa as regras léxico-fonológicas que associam palavras como *hit*, *boy* etc. Pelo que se deduz, o indicador sintagmático (3) é gerado pelas regras sintagmáticas de (2):

(3) [F [SN [N John]] [SV [V hit] [SN [DET the] [N boy]]]]

A ideia central é que a sentença *John hit the boy*, um indicador sintagmático, como qualquer outra sentença da língua inglesa, recebe um conjunto de representações, que podem ser reconstruídas por uma regra imediatamente anterior. Assim, podemos dizer que (F), no caso a sentença (3), é constituído por um sintagma nominal (SN), acompanhado por um sintagma verbal (SV). Os sintagmas nominais possuem nomes próprios (N) e os sintagmas verbais aco-  
plam (V) etc. A sentença (3) pode ser descrita conforme o sistema de parênteses exposto ou em forma de *árvore*, como no exemplo da Figura 4.

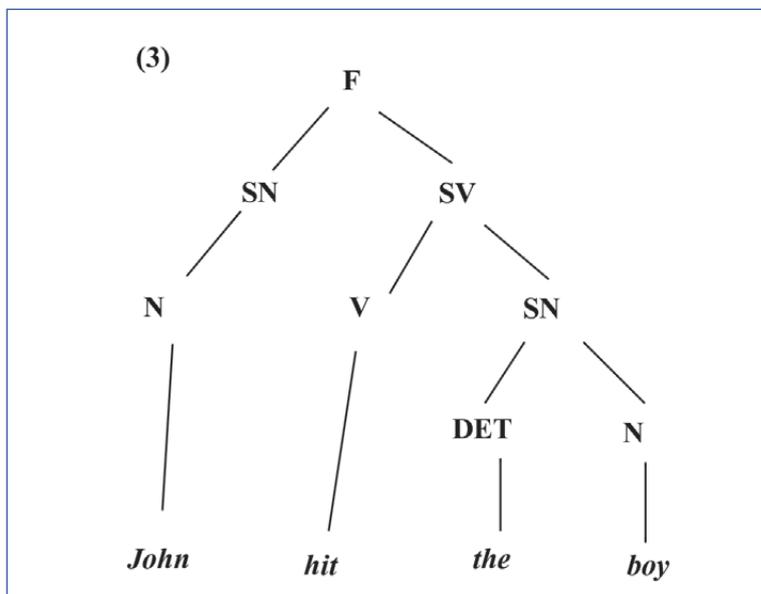


Figura 4

As primeiras gramáticas propunham dois tipos de regras: regras sintagmáticas e regras transformacionais. As regras sintagmáticas, como em (2), formam os indicadores sintagmáticos, tal como a forma em árvore (3). Ou seja, os indicadores são representações em que se estipulam estruturas categoriais (sintagmas no-

minais, verbais etc.). As regras transformacionais convertem os indicadores sintagmáticos (representações) em outros indicadores sintagmáticos, por exemplo, em formas como passiva, interrogativa etc. Nota-se que esse formato é, até certo ponto, uma adaptação da gramática tradicional, porém, muito mais rico e complexo, pois a gramática de Chomsky incorpora funções recursivas e algorítmicas (Chomsky, 1994).

Se as regras sintagmáticas de (2) *geram* infinitas representações, o que se revela aqui é a nova estrutura de que falávamos: a estrutura sintagmática. As regras que originam essa estrutura recebem restrições através da teoria das funções recursivas. As representações geradas pelas regras são “revestidas” foneticamente. Ou seja, o lugar do léxico (N), abstrato na representação da estrutura sintagmática, recebe um item qualquer com a sucessão de sons próprios das línguas naturais. Para descobriremos, por exemplo, se (3) é gerado (bem formado) por um determinado sistema de regras, Chomsky nos diz que devemos assumir a convenção de que uma subparte de um indicador sintagmático com a forma  $[_xY]$  é substituída por X.

Desse modo, “se o sistema de regras contiver a regra  $X \rightarrow YX$ , este processo repete-se e, se o resultado for um símbolo único, [então] o indicador sintagmático é gerado pelo sistema de regras” (Chomsky, 1994, p.73). Por exemplo, aplicando a (3) as regras lexicais (v)-(vii) do sistema (2), podemos substituir  $[_N \text{John}]$  pelo termo N,  $[_V \text{hit}]$  por V, e assim por diante, até que tenhamos a forma (4):

$$(4) \quad [{}_F [_{SN} N] [_{SV} V [_{SN} \text{DET} N]]]$$

Se continuarmos a aplicar as regras (2iv) e (2iii) a (4), teremos (5):

$$(5) \quad [{}_F SN [_{SV} V SN ]]$$

Finalmente, se aplicamos as regras (2ii) a (5), derivamos [F SN SV], e novamente justapondo (2i) a essa, obtemos (3) ou simplesmente F. Temos, no exemplo simples, o sinal de que (3) é o indicador sintagmático de uma oração bem-sucedida para o inglês. Porém, o sistema de regras (2) precisa ser modificado, de modo a excluir a possibilidade de serem gerados indicadores sintagmáticos bem formados para frases como *John hit*, em que o verbo ficaria desprovido de objeto. Temos, dessa maneira, a regra (2v):

$$(6) \quad V \rightarrow \textit{hit}/\text{-SN}$$

Nesta ocasião, (6) significa que V pode substituir *hit*, no modo descrito, apenas quando estiver no contexto de um SN (quando anteceder um sintagma nominal). As regras sintagmáticas, em geral, apresentam a seguinte forma:

$$(7) \quad X \rightarrow Y/2\text{-}W.$$

Nas regras com a forma disposta por (7), Z e W são não nulos. Isto é, em (6) temos uma regra *dependente de contexto*. As regras de (2) são, dessa forma, *independentes de contexto* (Chomsky, 1994, p.74).

A função gramatical “sujeito de” pode definir-se por “SN de F”, o que nos indica que há um SN contido imediatamente em F. Como na frase (3) *John hit the boy*. A função “objeto de” pode definir-se por “SN de SV”. Dessa forma, *the boy* é objeto de *hit*. Existem núcleos para o SN e SV no exemplo (3), *boy* (N) é o núcleo de SN; o nome *John* é núcleo do SN *John*. A conclusão fundamental que Chomsky extrai dessas relações entre os sintagmas é o fato de existir uma assunção explícita em (2):

há uma assimetria na relação do sujeito e do objeto com o verbo transitivo: o objeto liga-se diretamente ao verbo, enquanto o sujeito só se relaciona indiretamente com o verbo, ligando-se diretamente ao sintagma verbal que contém o verbo e o seu objeto.

Esta assunção é puramente empírica, portanto controversa, *mas parece ser apoiada por evidência multilíngue de vários tipos.* (Chomsky, 1994, p.74, grifo nosso)

As propriedades sintáticas e semânticas do inglês fornecem evidência para a assimetria. Todavia, Chomsky acredita que essas constatações podem ser parte de fatos multilíngues. Em frases simples, como SN-V-SN, a sequência V-N pode se deslocar como uma unidade. O símbolo *e* preenche a posição de onde a unidade V-SN foi deslocada:

(8) *John wanted to win the race, and [win the race] he did e.*

No exemplo (8), podemos vislumbrar ou ter noção da presença das regras transformacionais. As transformações deslocam sintagmas, mas não sequências que constituem um sintagma. Em [*win the race*], por exemplo, um sintagma SV é deslocado. Em contrapartida, não encontraremos regras que desloquem a sequência SN-V numa frase como SN-V-SN. Em frases simples do gênero SN-V-SN, não é raro que V-SN funcione como uma unidade semântica. Afinal, V-SN possui um “significado” determinado na composição. Tomando os exemplos a seguir:

(9) (i) *John threw a party (threw a fit, threw the ball)*

(ii) *John broke his arm (broke the window)*

Na sequência (i), as regras semânticas determinam o significado de *threw*-SN; o papel semântico do sujeito pode alterar-se relativamente ao significado atribuído a essa *unidade*. Por exemplo, *John* é agente em “*John threw the ball*”, mas não o é em “*John threw a fit*”. Em (ii), *John* é agente relativamente ao objeto *the window*. Também o é, em uma das interpretações de “*John broke his arm*” (por exemplo, “*John broke Bill’s arm*”). *John* também pode ser não agente, se interpretamos a frase no sentido “*John’s arm broke*”. O

que vemos nos exemplos da sequência V-SN é que essa unidade atribui significado. O papel semântico do sujeito é determinado em conformidade à composição, de acordo com o “significado” contido na unidade V-SN. Raramente será possível encontrar sequências SN-V-SN em que seja atribuído um significado à combinação sujeito-verbo que determine o papel semântico do objeto. Portanto, V-SN é um *sintagma*, uma *unidade*. Um SV é característico pela atribuição de um papel temático de unidade (Chomsky, 1994, p.75).

Toda essa sequência de demonstrações indica, de maneira resumida e simples, o que mais tarde será a chamada Teoria da Ligação. Segundo essa teoria, “um pronome não pode ter como antecedente um elemento que pertença ao seu domínio” (Chomsky, 1994, p.75). Esse princípio é extraído como invariável de língua para língua. Sua constatação envolve o postulado de uma “faculdade de linguagem”. Voltaremos mais à frente a essa questão, quando da discussão sobre a gramática universal (GU).

Em nosso breve recenseamento de SS, observamos que, com o conceito de transformação podemos estabelecer ligações abstratas entre as sentenças geradas numa língua. Por exemplo, a ligação entre frases como “O garoto beijou a garota” e “A garota foi beijada pelo garoto”, ou, ainda, a diferença entre arranjos sintáticos superficialmente parecidos: “A garota é ávida de agradar” e “A garota é fácil de agradar” (Gardner, 2003). O conceito de transformação compreende, desse modo, uma “dependência estrutural”. Em outros termos, as transformações não atuam simplesmente sobre palavras, isoladamente, ou sobre cadeias de palavras em extensão arbitrária. As transformações ocorrem sobre cadeias ou sentenças *representadas abstratamente*. Essas cadeias são compostas por meio de constituintes sintáticos apropriados à língua em análise, que determinam, dessa forma, a regularidade e aplicação das transformações.

Posteriormente, o “componente transformacional” da gramática foi reavaliado, devido, principalmente, à possibilidade de resgate de análises que não são apropriadas aos dados linguísticos.

Cabe ressaltar que o modelo gramatical exposto em *SS* passou por inúmeras modificações, as quais não abordaremos, visto que nosso inventário comporta apenas ideias gerais da gramática gerativa. O que nos importa nisso é que, a partir de 1957, o nível transformacional surge como uma nova e atraente proposta para a Linguística teórica. As transformações de Harris (que poderiam apenas ligar sentenças, regularizando-as), de caráter classificatório, estavam excluídas das tarefas linguísticas mais prementes. Não por uma questão de erro ou inadequação essencial, mas simplesmente por obsolescência diante dos fatos que se apresentaram desde então. A novidade das transformações trouxe também outros critérios teóricos para a Linguística como um todo, e, naturalmente, novos objetivos deveriam ser iluminados pela concepção chomskiana da estrutura transformacional.

Robert B. Lees, responsável direto pela divulgação de *SS*,<sup>20</sup> fez uma importante resenha do livro, que foi publicada no célebre periódico norte-americano *Language*. Nela, considerou-se o impacto da monografia de 1957 e seus novos critérios, cujo passo essencial estava, segundo Lees, na introdução de uma perspectiva científica capaz de construir uma teoria linguística abstrata com poder de previsão, que rompia com o chamado “estágio pré-científico” da Linguística classificatória (taxonômica). Chomsky, segundo Lees, não estava propondo apenas uma nova descrição gramatical, mas, antes, tarefas novas para o campo, distinguindo-o radicalmente das disciplinas sociais. A novidade dessa teoria científica

pode ser entendida no mesmo sentido que uma teoria química ou biológica geralmente é entendida pelos especialistas desses campos. Ela não é uma mera reorganização dos dados em um novo tipo de catálogo de biblioteca, nem mais uma filosofia especula-

---

20. Publicada fora dos EUA por uma editora holandesa (Mouton), a monografia de 1957 enfrentava a resistência dos linguistas. Graças à histórica resenha de Lees, chama-se pela primeira vez a atenção do público americano para o trabalho de Chomsky. Cf. Lees (1981).

tiva a respeito da natureza do homem e da linguagem, e sim uma explicação vigorosa de nossas intuições sobre nossa língua em termos de um sistema axiomático claro, dos teoremas deriváveis dele, de resultados explícitos que podem ser comparados com dados novos e outras intuições, tudo baseado simplesmente em uma teoria clara da estrutura interna das línguas; e ele pode muito bem fornecer uma oportunidade para a aplicação de medidas explícitas de simplicidade para decidir a preferência de uma forma de gramática em detrimento de outra. (Lees, 1981, p.52)

Outra diferença suplementar, da nova perspectiva, dos recém-adquiridos “objetivos da teoria linguística”, citada por Lees, dizia respeito, nomeadamente, à importância atribuída às intuições dos falantes – juízos que fogem do condicionamento verbal. Em SS, contudo, esses juízos, apesar de serem tematizados, não são esmiuçados em profundidade. O que importava, então, era entender a geração das frases ou sentenças de uma língua. O caráter reduzido e simples de SS, publicado a partir de notas de aulas, não favoreceu tal desenvolvimento. Só em trabalhos posteriores é que se irão colocar as intuições sob questão.

Posteriormente, tornar-se-á claro para Chomsky o fato de que não se deve definir uma disciplina sobre seus processos. Antes disso, a Linguística deve ser definida, em primeiro lugar, pela natureza do objeto de investigação. Processos experimentais ou analíticos devem ser projetados para lançar luz sobre esse objeto (Chomsky, 2007a, p.54). Todavia, não se trata de recusar o instrumental empirista, deve-se apenas evitar seus resultados, que não definem claramente o objeto da Linguística:

a psicologia behaviorista, por exemplo, é excelente em suas técnicas experimentais, mas, em minha opinião, não definiu apropriadamente o seu objeto de investigação. Assim, têm instrumentos excelentes, instrumentos muito bons... mas não há muito que estudar com eles. (Chomsky, 2007a, p.54)

No parecer de Chomsky, os experimentos psicológicos só têm interesse se puderem ser aproveitados para aprimorar nossa compreensão de teorias significativas (explicativas). Nem sempre o que era entendido como “dar conta de todos os fatos” foi algo racional, mas o “importante é descobrir fatos cruciais para a determinação de estruturas subjacentes e princípios abstratos ocultos. Se esses princípios não existirem, nem vale a pena começar a tarefa” (Chomsky, 2007a, p.111). A noção de *fato* na gramática gerativa marca claramente a mudança de objetivos em questão. Essa noção, exposta também na concepção da Linguística como uma ciência não taxonômica, não guarda relação *pari passu* com o *fato* entendido pelo EA, pois

a descoberta desses fatos é muitas vezes uma conquista criativa em si, e muito relacionada com a teoria. Os fatos, em todos os sentidos interessantes da noção, não são apenas apresentados a nós, nem é de muito interesse, em minha opinião, apresentar “os fatos” de maneira exata, embora, naturalmente, os fatos pertinentes (outra noção ligada à teoria) devam ser apresentados da maneira mais precisa possível. (Chomsky, 2007a, p.111)

De acordo com Chomsky, a história da Física revela, por exemplo, numerosos “fatos” que não foram explicados. Tais fatos inexplorados, no entanto, não mantiveram a disciplina estagnada. Como exemplo, temos o caso clássico da insuficiência de Galileu em esclarecer o porquê de os objetos não voarem para fora da Terra, uma vez que a mesma realiza um ciclo em torno de seu eixo. Galileu teve de se contentar com essas lacunas em sua teoria, visto que a explicação desse fenômeno seria dada somente mais tarde. A história da Física demonstra que problemas não resolvidos podem ser postos de lado momentaneamente, na esperança de que venham a ser explicados no decorrer da pesquisa. A Linguística, da mesma forma, pôde avançar com seus modelos explicativos (hipotético-dedutivos) sem se interromper pela falta da expressão cabal dos fatos. O exemplo de Galileu demonstra que dar conta de “todos

os fatos” do mundo físico nunca foi o objetivo da Física moderna; no mesmo sentido, alguns linguistas acreditam que a gramática deve dar conta de “todos os fatos” da linguagem. Conforme Ruwet,

a descoberta de dados que não se enquadram em nenhuma teoria existente, não tem nenhum interesse enquanto não ajudam a formular uma nova teoria, mais geral, que os explique. Pode-se representar o progresso do conhecimento científico não como uma acumulação de observações, mas como uma sucessão de hipóteses teóricas, cada vez mais gerais, onde cada uma torna caducas as precedentes menos poderosas e parciais. O que adquire uma importância crucial nessa concepção da Ciência como construção de modelos teóricos é a necessidade de formular estes modelos da maneira mais explícita e mais precisa possível. Em si mesma a observação e a classificação dos dados não permitem jamais generalizar nem explicar. (Ruwet, 2001, p.19)

Aos poucos, o vocabulário de Chomsky também se ampliou a fim de atender tais considerações da gramática gerativa, então nascente. Em SS, Chomsky refere-se à gramática nos seguintes termos: “instrumento para produzir as sentenças da língua sob análise” (Chomsky, 1957). O termo “instrumento” foi tomado pela crítica como uma máquina, capaz de reproduzir o comportamento e a fala dos humanos, emitindo sentenças, assim como o termo “produção” parecia indicar apenas o falante de uma língua, não incluindo, aparentemente, os ouvintes.

O “instrumento” capaz de gerar sentenças a que alude Chomsky refere-se àqueles elementos formais então usados como referência, ou seja, elementos abstratos, e não simples elementos físicos como os de uma máquina. Já com o termo “produção”, como esclareceu em seguida, fazia-se menção às sentenças produzidas pela aplicação de uma sequência de regras em um determinado quadro gramatical. O que não é o mesmo que a produção de sentenças de quem fala uma língua, pois se trata de uma decisão aproximativa. SS indicava modelos simuladores da realidade e,

por decisão metodológica, o núcleo da pesquisa é dado como não testável. Segundo Borges Neto, “a heurística do programa da GG determina que a tarefa fundamental do linguista é a criação de sistemas computacionais que sirvam de modelo para o conhecimento linguístico dos falantes/ouvintes de uma língua” (Borges Neto, 2004, p.97). Esses modelos computacionais são hipóteses explicativas.

O conceito de produção é parte de um empreendimento científico da gramática gerativa que caminha lado a lado com os chamados “segredos e mistérios”. Afinal, a gramática gerativa consiste em um projeto que confronta um conjunto dado de sentenças contra outro conjunto mais amplo. O intento é o de explicar a geração infinita através de meios finitos, tal tarefa visa ao aspecto criador do uso da linguagem. Porém, em grande medida, o feito de “decodificar” o *aspecto criativo do uso da linguagem* permanece tímido, um mistério.

Em resumo, o sistema de regras a que Chomsky chega atribui a cada expressão uma estrutura, um conjunto de representações, conforme vimos. Cada representação está vinculada a um nível linguístico com uma descrição estrutural. Um nível linguístico é um sistema particular de representação mental. Tal estrutura deve fornecer ao falante a informação disponível acerca de uma expressão, “na medida em que esta informação deriva da faculdade de linguagem” (Chomsky, 1994, p.63). O sistema de regras, associadas às representações, sugere a Chomsky que o novo programa de investigação deve tomar os enunciados como estados da mente/cérebro. A natureza desses estados, como veremos, é *parcialmente* responsável pelo comportamento linguístico. Sistemas computacionais que formam e modificam representações podem apenas lançar alguma luz sobre esses procedimentos. Mas a ideia dos enunciados como estados da mente/cérebro apenas se deixavam entrever em SS. Trata-se de uma interpretação posterior do próprio Chomsky.

Na verdade, SS é considerado um livro incompleto, trata-se de notas de aulas, como já dissemos, que tocam apenas parcialmente nos objetivos que Chomsky tinha em mente. Por essa razão, é es-

sencial que possamos ler SS através de sínteses posteriores, contidas em obras tais como *O conhecimento da língua*.<sup>21</sup> SS apresentava o nível linguístico simplesmente como um sistema ou conjunto de elementos primitivos, em operação de concatenação (por cadeias), sob um aparato matemático formal de construção, que produz objetos formais (indicadores sintagmáticos). Esses objetos são atribuídos a expressões, com representações sintáticas no nível descrito. Em resumo, como vimos,

o sistema de regras exprime relações existentes entre os vários níveis na língua em questão e determina os elementos e as propriedades de cada nível. No nível da estrutura sintagmática, por exemplo, os primitivos são os elementos mínimos que intervêm na descrição sintática (John é um N, *John ran* é uma F, etc.) e os indicadores sintagmáticos serão certos objetos formais construídos a partir dos primitivos que exprimem completamente a relação é-um. O indicador sintagmático da sequência *John ran* indicará que esta sequência no seu todo é uma F (frase), que John é um N (nome) e um SN (sintagma nominal) e que *ran* é um verbo V e um SV (sintagma verbal). (Chomsky, 1994, p.63)

Nos trabalhos posteriores a SS, Chomsky reforçará que uma teoria da estrutura linguística também envolve uma gramática universal. Esta deve especificar todos os conceitos do nível linguístico com a maior precisão possível. A teoria linguística deve fornecer gramáticas gerativas para as línguas naturais, que podem, em princípio, “ser atingidas pela mente/cérebro dos seres humanos, dada a experiência apropriada” (Chomsky, 1994, p.63). Desse modo, deve existir uma espécie de arquitetura da mente envolvida nas representações.

---

21. A referência à faculdade de linguagem, assim como às representações como estados da mente/cérebro são interpretações “anacrônicas”, não estavam contidas explicitamente em SS. O que fazemos aqui é seguir o modelo interpretativo tardio, do próprio Chomsky (1994).

O que acabamos de expor, em conformidade com a avaliação de José Borges Neto, é o chamado “programa de investigação da GG”. Esse programa possui um núcleo e um desenvolvimento heurístico. O núcleo da pesquisa está na hipótese teórica de que os enunciados linguísticos são parcialmente determinados por estados da mente/cérebro; a natureza desses estados reflete certos aspectos de nosso comportamento linguístico (Borges Neto, 2004, p.94).

Na heurística do programa de investigação de Chomsky, segundo Borges Neto, reside a tarefa de criação de modelos ou sistemas computacionais que sirvam de apoio lógico para o conhecimento expresso pelos falantes/ouvintes de uma língua: “Esses sistemas computacionais devem ser entendidos como hipóteses explicativas e suas consequências empíricas devem ser avaliadas num sistema dedutivo” (Borges Neto, 2004, p.97). Como o próprio Chomsky tem insistido, uma investigação desse porte impõe riscos, mas sem os quais não faríamos nada além de coletar dados.

## 2

# A TEORIA PADRÃO

Em 1965, apresenta-se um modelo gramatical com diferenças significativas em relação àquele exposto em SS. Chomsky expõe, em *Aspects of the Theory of Syntax* (ATS), um esquema que amplia consideravelmente o conceito das regras sintagmáticas até então utilizado. Na base desse modelo gramatical, constava que o sistema simples de regras (2) (que utilizamos anteriormente, na descrição de SS), quando ampliado, em busca da capacidade infinita, alarga seu espectro, de modo a gerar estruturas mais complexas a cada momento. Por exemplo, a escolha de um elemento DET (*the*),<sup>1</sup> no inglês, pode levar a um sintagma nominal pleno, em que é atribuído um marcador de caso genitivo.

Dessa forma, em (19) *John's hitting the man*, o termo *hitting the man* é um SV normal e, aqui, *hit* adquire a flexão *ing*. Além disso, o SN sujeito de SV é genitivo, donde o marcador de caso é atribuído ao sujeito de SN. Temos, então, vários paralelos possíveis. Destarte, as regras sintagmáticas passam a gerar representações em um

---

1. Em língua portuguesa podemos transpor DET como artigo ou preposição. Caso seja uma preposição, como veremos em seguida, surge o caso genitivo, isto é, temos a possibilidade de interpretar a preposição “de”, por exemplo, relacionando-a aos dois sintagmas nominais.

número razoável, ou seja, a noção de “sujeito de” pode ser generalizada (Chomsky, 1994, p.79).

O sistema simples de regras sintagmáticas (2) torna-se, portanto, insuficiente. Não está adequado à variabilidade das estruturas frásicas existentes. A saída encontrada por Chomsky foi o enriquecimento do sistema de regras, com a introdução de categorias complexas, compostas por traços que podem “percolar” categorias aí contidas. Buscou-se, dessa maneira, a manifestação de dependências globais que não eram captadas num sistema simples de regras sintagmáticas. Para garantir sujeitos singulares e plurais associados a verbos singulares e plurais, indicavam-se os traços [singular] ou [plural] que deveriam intervir nos símbolos complexos [F singular] e [F plural]. Cada um desses símbolos carrega traços que “percolam” F e seus constituintes SN, SV, núcleos etc. (Chomsky, 1994, p.79).

Para evitar a proliferação de regras sintagmáticas, decompostas em normas complexas, surge uma derivação: as regras sintagmáticas com categorias simples geram uma classe de estruturas abstratas subjacentes (chamadas então de *estruturas profundas*). As estruturas profundas (EP) projetam-se a partir de regras transformacionais (*componente transformacional*). Após a projeção transformacional, temos as *estruturas superficiais* (ES):

as regras transformacionais exprimem as propriedades “globais” dos indicadores sintagmáticos, como no caso da concordância em número, e também permitem derivar estruturas complexas (passivas, interrogativas, construções relativas etc.) a partir das estruturas profundas que correspondem diretamente a frases simples. (Chomsky, 1994, p.79)

O componente básico de ATS consistia em dois elementos: as regras de reescrita, que, como as anteriores, estipulam a estrutura das sequências de palavras; o léxico, ao qual são aplicadas todas as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas dos elementos lexicais. A gramática de base gera o chamado *marcador frasal inicial*

de uma dada expressão (ou simplesmente gera as *estruturas profundas*), antigas regras sintagmáticas. O componente transformacional da gramática converte as EPs. Como resultado, se obtêm as *estruturas superficiais*. O componente de base e o componente transformacional, juntos, compõem o elemento gerativo do modelo gramatical. A Figura 5 é a representação gráfica desse modelo, que ficou conhecido também como *Teoria Padrão*.

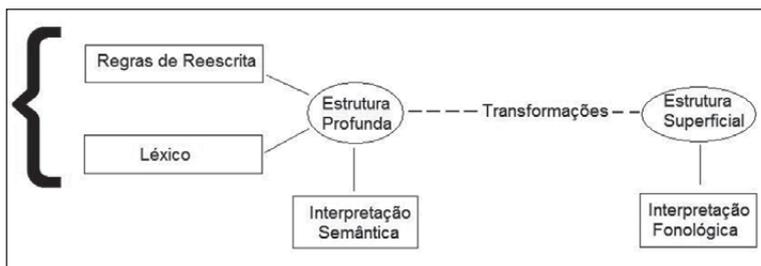


Figura 5

Esse esquema, apresentado por Chomsky em ATS, como vemos, desenvolve uma nova formação de estruturas. A informação advinda do componente sintático é capaz de indicar uma interpretação semântica primária (que depois é aperfeiçoada). Em tal posição, temos as chamadas *estruturas profundas*, que, saindo desse nível, são interpretadas pelo restante dos componentes, pela aplicação de operações formais (transformações), como nas *estruturas de superfície*. As estruturas profundas, criadas pelo componente sintático, são restritas (“talvez finitas”), mas não correspondem senão àquela gramática da língua em análise. O conjunto dos casos gerados nas EPs é chamado *sequência de base*. Tais regras não podem introduzir ambiguidades,<sup>2</sup> pois, “subjacente a cada frase da língua

2. O trecho em questão não deve nos levar a confundir a noção de estrutura profunda; Chomsky se refere às estruturas profundas como subjacentes a cada frase da língua: “De forma semelhante li, com frequência, que estaria propondo que as estruturas profundas não variam de uma língua para outra, que

está uma sucessão de indicadores sintagmáticos de base, cada um deles gerado pela base do componente sintático. Referir-me-ia a esta sucessão como sendo o substrato da frase à qual subjaz” (Chomsky, 1978, p.99).

Em ATS, já encontramos referências explícitas ao racionalismo. A tentativa de determinar um sistema de regras finito, capaz de interpretar um número infinito de frases (uso infinito por meios finitos) de uma língua natural, “enraíza-se numa preocupação persistente, dentro da filosofia racionalista da linguagem e do espírito” (Chomsky, 1978, p.79). As tentativas de abordagem formalizada do uso infinito de meios finitos, porém, esclarece Chomsky, inserem-se em um tema de maior alcance: o aspecto criador do uso da linguagem. ATS, nitidamente, especifica-se pela tentativa de elucidar “como é que se deveria formular esta teoria” (Chomsky, 1978, p.80).

O estudo do componente sintático em ATS é separado de outros elementos presentes na linguagem. A comunicação envolve, segundo Chomsky, múltiplos desvios, erros, falhas de memória etc. Em geral, as irregularidades da comunicação normal devem ser evitadas durante a análise, dessa maneira, torna-se fundamental a especificação de um objeto idealizado: “A teoria linguística tem antes de qualquer coisa, como objeto, um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística homogênea” (Chomsky, 1978, p.83). Hoje se constata que a Linguística moderna tem seguido, como orientação dominante, a idealização de uma comunidade de falantes/ouvintes, internamente coerente e consistente em sua prática. A formação do objeto de investigação mediante a homogeneidade dos enunciados faz com que se associe à língua a ideia de uma totalidade presente nos enunciados de uma determinada comunidade linguística. Assim,

---

todas as línguas têm a mesma estrutura profunda: as pessoas aparentemente foram distraídas pelo termo profundo, confundido com não variante. Mais uma vez, a única coisa que afirmo ser ‘não variante’ é a gramática universal” (Chomsky, 2007a, p.173).

não se faz qualquer tentativa para captar ou formular qualquer conceito através de aspectos sociopolíticos ou normativo-teleológicos do uso informal do termo “língua”. O mesmo é verdade no que diz respeito às abordagens que entendem a língua como sendo um produto social, de acordo com o conceito saussuriano de “*langue*”. (Chomsky, 1994, p.36)

Nessa passagem, temos uma interessante aproximação entre o gerativismo e o estruturalismo. Chomsky admite a idealização da comunidade linguística como algo corrente entre as diferentes escolas:

é claro que se subentende que comunidades linguísticas, no sentido de Bloomfield – isto é, como conjuntos de indivíduos com o mesmo comportamento linguístico –, não existem no mundo real. Cada indivíduo adquiriu uma língua no decurso de interações sociais complexas com pessoas que variam quer no modo como falam e como interpretam aquilo que ouvem, quer nas representações internas subjacentes ao seu uso da língua. A linguística estrutural fez abstração destes aspectos nas suas tentativas de construção de uma teoria [...] também nós fazemos tal abstração, tendo apenas em consideração o caso de uma pessoa confrontada com a experiência uniforme numa comunidade linguística bloomfieldiana idealizada em que não há diversidade dialetal nem variação entre os falantes. (Chomsky, 1994, p.36)

O uso informal do termo “língua”, no senso comum, revela Chomsky, está afastado das hipóteses correntes de investigação. Nesse ponto, seria interessante notar a crítica do pensador russo Mikhail Bakhtin às orientações do pensamento linguístico. Parece-nos que é justamente sob a noção de “enunciação” (que pode ser um grito, gesto, palavra etc.) que Bakhtin canaliza suas principais críticas ao chamado pensamento filosófico-linguístico. Segundo o russo, a referência ao contexto social (ideológico) da interação verbal jamais pode ser extirpada do diagnóstico da linguagem,

mesmo que analiticamente. O signo verbal não possui uma existência extrassocial, e qualquer tentativa de erradicar essa condição conduz ao esfacelamento da linguagem real. Qualquer conteúdo expressivo dos sujeitos recorre à forma enunciativa, ou seja, não escapa facilmente do terreno social, sempre em movimento. Logo, há de se fazer a crítica da idealização de uma comunidade homogênea.

A personalidade, em decorrência, só se deixa apreender como um produto total da inter-relação social. Fora de um material enunciativo objetivo, a consciência apenas pode aparecer como uma categoria fictícia que desconsidera a expressão social viva

enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser. Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas, assim que passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida (a ciência, a arte etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior. (Bakhtin, 2001, p.120)

É importante notar que a proposta de Chomsky recorre ao corte sistemático de um objeto psicológico (discurso interior). Nega-se, por exemplo, o imperativo de uma teoria do discurso,

porém não sua pertinência,<sup>3</sup> isto é, o objeto de estudo (a linguagem) pode e deve ser fracionado analiticamente. Convém ressaltar, com isso, que a noção restrita dos objetivos da Linguística não rebaixa outras capacidades envolvidas no uso e compreensão da linguagem. A competência comunicativa (pragmática da comunicação humana) não é rejeitada, por exemplo, mas está simplesmente fora do âmbito previsto pelos aspectos linguísticos. O que não se aceita é a objeção quanto à idealização. Até certo ponto, Chomsky está consciente do risco proporcionado pela idealização da comunidade linguística, todavia, como é evidente, nada é feito além da constatação do risco, afinal, vence a necessidade de manter a racionalidade do empreendimento investigativo:

a oposição à idealização é simplesmente uma objeção à racionalidade; equivale a nada mais do que a uma insistência para que não façamos trabalhos intelectuais significativos. Os fenômenos suficientemente complicados para valer um estudo geralmente envolvem a interação de diversos sistemas. Assim, você precisa abstrair um objeto de estudo, você precisa eliminar os fatores que não são pertinentes. Pelo menos se você quiser fazer uma investigação acima do trivial. Nas ciências naturais, isso nem é discutido, é evidente por si mesmo. Nas ciências humanas, continua a ser questionado. É uma coisa infeliz. Quando você trabalha no interior de uma idealização, talvez deixe passar alguma coisa terrivelmente importante. Essa é uma contingência da inquirição racional que sempre foi entendida. Não se deve preocupar-se demais com isso.

- 
3. É preciso, portanto, entender a concepção de linguagem de Chomsky no seu sentido restrito: “Pode-se argumentar que os sistemas que estamos a considerar constituem apenas um elemento da faculdade da linguagem, entendida de um modo mais vasto de forma a incluir outras capacidades envolvidas no uso e na compreensão da língua, como por exemplo, aquilo a que por vezes se chama ‘competência comunicativa’, ou partes do sistema conceitual humano que estão especificamente relacionadas com a linguagem. *Deixarei de lado aqui tais questões e continuarei a usar o termo ‘faculdade da linguagem’ no sentido mais restrito da discussão anterior*” (Chomsky, 1994, p.64, grifo nosso).

Deve-se encarar esse problema e tentar lidar com ele, acomodar-se a ele. É inevitável. (Chomsky, 2007a, p.64)

A separação da sintaxe não isola esse componente dos demais, já que ele interage com outros fatores externos (desempenho ou performance). Por exemplo, a existência de relações entre os sintagmas só pode conferir alguns aspectos à semântica, o restante é preenchido pela organização do léxico, pelo contexto de utilização etc. A idealização conceitual situa o objeto linguístico sob a competência, determinando assim, em uma breve aproximação, o que nos interessa aqui, a saber, a especificidade dos conceitos linguísticos ou a natureza desse conhecimento. A performance, ou seja, o uso da linguagem em condições normais, é o “reflexo direto da competência”. Dessa maneira, “o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance, o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe em uso na performance efetiva” (Chomsky, 1978, p.84).

O componente fonológico de ATS, por exemplo, determina as formas fonéticas de cada frase gerada pelas regras da sintaxe, isto é, cada estrutura do componente sintático receberá um sinal foneticamente representado que, depois, é assinalado pela representação semântica. Conforme Chomsky, ambos os componentes, o fonológico e o semântico, são “meramente interpretativos” em relação aos elementos da base sintática. O amplo problema de Chomsky – problema metodológico de justificação e adequação da pesquisa – está em “saber como se obtém informação sobre a competência do falante-ouvinte, acerca do seu conhecimento da língua” (Chomsky, 1978, p.100).

O modelo linguístico, dessa forma, é um modelo da chamada *competência* projetado na performance. A competência linguística parte do conhecimento interiorizado por um falante/ouvinte de uma língua. Ao falante/ouvinte que detenha ou domine esse conhecimento inconscientemente é permitido compreender e produzir um número infinito de novas sentenças. A gramática gerativa

é uma teoria proposta explicitamente para dar conta dessa capacidade. Por essa razão, a Psicologia da Linguagem não deve situar-se apenas nos dados do comportamento, na dita performance. O estruturalismo de Bloomfield, por exemplo, enfatizava como central o estudo do desempenho ou comportamento verbal. Para Chomsky, não faz sentido construir uma disciplina para estudar a maneira como um sistema é adquirido ou usado, recusando-se a levar em consideração a natureza do próprio sistema.

A fixação do sistema subjacente de regras é parte da realidade mental dos sujeitos, e liga-se diretamente ao comportamento efetivo da performance. No entanto, as disposições possíveis de resposta aos hábitos, estímulos etc. só podem fornecer indiretamente as informações relativas à natureza da realidade mental. A disposição comportamental e suas regularidades “não poderão constituir o objeto efetivo da linguística” (Chomsky, 1978, p.84). A caracterização do objeto linguístico, como “descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal”, a partir de ATS, determina novos rumos para a filiação histórica da disciplina,<sup>4</sup> assim, “é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar antes à concepção humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos gerativos” (Chomsky, 1978, p.84).

O modelo gramatical de ATS dá relevância à capacidade implícita de compreender um número indefinido de frases. O sistema gerativo, dessa forma, “deve consistir num sistema de regras que, dum modo interativo, pode gerar um número indefinidamente grande de estruturas. Este sistema de regras pode ser analisado nas três principais componentes descritas” (Chomsky, 1978, p.97).

Não bastaria, dessa forma, a análise gerativa das línguas particulares, já que somente a constatação de propriedades universais

---

4. Na seção “Linguística cartesiana e naturalização”, iremos retomar a raiz dessa filiação histórica da gramática gerativa; por enquanto, basta-nos ressaltar a sua existência.

pertencentes à gramática universal (GU) reabilita a ideia de regularidades gerais, capazes de conferir totalidade ao objeto em questão (Chomsky, 1978, p.86). Sem postular a GU, a análise das línguas particulares seria também obtusa e classificatória, caracterizando-se por uma “inadequação descritiva fundamental”. Retomaremos o conceito da GU em um tópico à parte. Chomsky, além disso, lembra que a elaboração de regras abstratas, capazes de expressar a competência dos ouvintes/falantes, através de gramáticas gerativas, não nos leva a determinar a “natureza ou funcionamento” de um modelo de produção real da fala. A definição linguística é técnica, ainda não naturalizada, porém revela, através da formalização, algumas alternativas lógicas com as quais, graças ao processo de gramaticalidade, podemos nos expressar em razão da sintaxe.<sup>5</sup>

Se o objeto da Linguística não é mais, por assim dizer, apenas a estrutura de superfície (um epifenômeno agora), dessa forma, a observação indutiva dos dados não atende ao problema, pois os dados efetivos pertencentes à performance linguística apenas “fornecerão uma grande quantidade de informações para determinar a correção de hipóteses acerca da estrutura linguística subjacente” (Chomsky, 1978, p.100). O fenômeno da competência e sua condição de abordagem, que se torna dedutiva, levam-nos à pergunta pelo lugar ocupado por esse conhecimento subjacente; afinal, como justificar a postulação desse âmbito mental?

A trajetória proposta por Chomsky, em resposta à pergunta, é a de levar a hipótese da estrutura subjacente à prova de fogo da própria linguagem (na performance):

é importante ter em conta que, quando se propõe um processo operacional, a sua adequação deve ser posta à prova (exatamente

---

5. Chomsky adverte que as regras de base podem levar até estruturas *gramaticais*, porém, com baixa *aceitabilidade*, essas frases não seriam aceitas normalmente. Tal característica é motivada por razões que têm a ver não com a gramática em si, mas com limitações de memória, fatores estilísticos, entonação etc. A aceitabilidade é um problema global do processo de derivação (Chomsky, 1978, p.93).

como uma teoria da intuição linguística – uma gramática – deve ser posta à prova no que diz respeito à sua adequação) comparando-o ao padrão fornecido pelo conhecimento tácito que pretende especificar e descrever. Assim, um teste operacional proposto para, digamos, a segmentação em palavras, deve satisfazer a condição empírica de se ajustar, num grande número de casos cruciais e claros. (Chomsky, 1978, p.100)

O critério operacional utilizado em ATS foi o de ajustar diversos casos analisados na linguagem ordinária à intuição subjacente, através da comprovação *in situ* desse conhecimento. Para Chomsky, não há nenhuma escassez de dados que possa comprometer a postulação dessas intuições. As gramáticas estruturais já haviam produzido um grande número de dados, o que lhes faltava era justamente a *explicação* coerente de um conjunto tão heterogêneo de informações. Se as prioridades de ATS são, afinal, a informação introspectiva e as intuições linguísticas, pergunta-se: que papel tem a ciência linguística com seus métodos de classificação? Chomsky precisou, como se nota, desviar a rota do que, em linguística, se entendia por “ciência”.

A nova órbita inaugura diversas perspectivas, radicalmente novas para a disciplina. Em primeiro lugar, se quisermos ampliar o teste operacional como explicação científica e realizar não meramente uma classificação rigorosa de dados, temos de ter em vista que

a característica importante das ciências que alcançaram êxito foi a sua procura da compreensão dos fenômenos ou a sua preocupação com a objetividade. As ciências sociais e do comportamento fornecem provas amplas de que se pode alcançar a objetividade com ganhos pouco significativos no que diz respeito à compreensão. Por outro lado, é possível defender vantajosamente o ponto de vista de que, em larga medida, as ciências naturais apenas procuram a objetividade na medida em que esta é um instrumento para alcançar a compreensão dos fenômenos (para fornecer fenô-

menos que podem sugerir ou pôr à prova hipóteses explicativas mais profundas). (Chomsky, 1978, p.102)

A construção de princípios passíveis de teste é a peça central da constituição dos argumentos internos às gramáticas. A teoria linguística, em posse desses argumentos, se estabelece como uma hipótese explicativa acerca da *forma da linguagem*. A justificação interna dessa hipótese envolve-se diretamente na construção de uma teoria da aquisição da linguagem, que é “uma explicação das capacidades inatas específicas que tornam esta realização possível” (Chomsky, 1978, p.110).

A explicação por base dos argumentos internos abarca, naturalmente, um esforço generalizante, capaz de conferir globalidade ao estudo da linguagem.<sup>6</sup> Para o progresso da Linguística, no entanto, é essencial que as argumentações internas e externas estejam estritamente conectadas. O conjunto de preocupações de Chomsky é amplo e ambicioso, mas ele próprio adverte sobre os riscos de limitar a Linguística somente ao campo descritivo ou explicativo. Uma investigação promissora e idealizada das estruturas subjacentes não poderá se furtar à psicologia mentalista. O estudo da aquisição da linguagem e da natureza desse processo deve ser enfrentado em conjunto:

a psicologia da linguagem, propriamente compreendida, é uma disciplina que inclui o estudo do sistema adquirido (a gramática), dos métodos de aquisição (ligados à gramática universal) e dos modelos de percepção e produção, e que também estuda as bases físicas de tudo isso. *Esse estudo forma um todo coerente*. Os resultados alcançados pelo estudo de uma das partes podem contribuir para a compreensão de outras. (Chomsky, 2007a, p.52, grifo nosso)

---

6. Será por esse ponto, de uma teoria da aquisição da linguagem, que se extrai a noção da natureza humana, núcleo fundamental da relação entre linguagem e política em Chomsky. Veremos esse aspecto com maiores detalhes na segunda parte do presente trabalho.

A construção do conceito de estrutura linguística, que se desenvolve como adequação explicativa, encontra seu suporte teórico na elucidação de universais linguísticos, aos quais se deve, antes de qualquer coisa, atribuir *status* de conhecimento tácito universal da espécie, parte da estratégia de aprendizagem. Se revelamos capacidades, devemos, assim, apontar predeterminações. De tal modo, “o estudo dos universais linguísticos é o estudo das propriedades de qualquer gramática gerativa de uma língua natural” (Chomsky, 1978, p.110).

O conteúdo dos universais compõe-se de dois tipos: formais e substantivos. Os universais formais (abstratos) indicam condições existentes em qualquer língua. Os universais substantivos são extraídos de uma classe fixa de itens, por exemplo, os traços fonéticos. Categorias universais fixas, tais como verbo, nome etc., estruturam o componente sintático. A imposição para que os nomes próprios devam designar objetos satisfazendo a condição de contiguidade espaçotemporal, por exemplo, é representativa nos universais formais: “a existência de universais formais profundos implica que todas as línguas são construídas obedecendo ao mesmo padrão, mas não implica que exista correspondência ponto por ponto entre línguas particulares” (Chomsky, 1978, p.113).

Com a presente perspectiva adotada, sobre a gramática e a aquisição desse conhecimento, torna-se necessária a caracterização da natureza do conhecimento, pois “nenhuma disciplina pode ligar-se de maneira produtiva à aquisição ou utilização de uma forma de conhecimento sem estar ligada à *natureza* desse sistema de conhecimento” (Chomsky, 2007a, p.51, grifo do autor). Lembremos, contudo, que pouco há para distinguir entre o que se sabe – regras sintáticas, por exemplo – e a natureza física dessas regras. A forma da gramática é uma manifestação do espírito humano e das suas capacidades; é necessário investigar a linguagem sob esse signo.

As linhas de ATS esclarecem ainda um ponto nevrálgico da nova pesquisa. Se as conjeturas dedutivas a respeito da entrada e saída de dados na aquisição da linguagem indicam a existência de

estruturas subjacentes restritivas e organizadas, do ponto de vista filosófico há uma forte aproximação das concepções racionalistas clássicas, relativas à construção do conhecimento. A especulação racionalista considerou que a forma geral de um sistema de conhecimento está antecipadamente fixada como uma disposição da mente, e que a função da experiência consiste em provocar a realização e uma diferenciação mais completa dessa estrutura esquemática geral (Chomsky, 1978, p.135).

Na taxonomia dos representantes do EA, o pressuposto geral para a aquisição do conhecimento, no indivíduo, estava na aplicação de princípios indutivos dispostos pela experiência. Assim, apenas os mecanismos para tal aquisição são propriedades inatas da mente. A forma da linguagem, como se espera, revela características mais complexas do que o mero mecanismo inato de recepção da experiência linguística:

a linguística taxionômica é empirista no seu pressuposto de que a teoria linguística geral consiste apenas num corpo de processos para determinar a gramática a partir de um *corpus* de dados, sendo a forma da linguagem não especificada a não ser na medida em que este conjunto de processos determine restrições sobre as gramáticas possíveis. Se interpretamos a linguística taxionômica como propondo uma tese empírica, esta tese deverá consistir em que as gramáticas que resultem da aplicação dos processos postulados sobre uma seleção suficientemente rica de dados serão descritivamente adequadas – por outras palavras, que o conjunto de processos pode ser considerado como constituindo uma hipótese sobre o sistema inato de aquisição da linguagem. (Chomsky, 1978, p.136)

A discussão básica de ATS, em resumo, frisa os limites desse modelo antimental para o estudo da linguagem. A gramática gerativa caracteriza-se, por sua vez, pela “natureza essencialmente racionalista” no que tange ao caráter das estruturas e processos

mentais em análise. Na próxima seção, retomamos a ascendência racionalista desse projeto e seus pressupostos para a linguagem humana. É válido advertir que encontraremos certa especificidade no cartesianismo de Chomsky, não uma retomada partidária dos “dogmas” metafísicos clássicos.



### 3

## LINGUÍSTICA CARTESIANA E NATURALIZAÇÃO

Se as premissas centrais da gramática gerativa foram elaboradas já nos anos 1950, conforme observamos, somente alguns anos depois despontaram com maior clareza as posições filosófico-racionalistas de Chomsky. As referências a essa abordagem começam a aparecer sistematicamente através de obras como *Current issues in linguistic theory* (1962), *Aspects of the theory of syntax* (1965) e, principalmente, em *Cartesian Linguistics* (1966). O projeto gerativista, nesse plano, assume que aspectos linguísticos subjacentes e gerais – capazes de regular a linguagem humana de forma universal – são propriamente realizações do “espírito humano”.

O conceito de espírito, no entanto, revelava-se perigoso, pois frequentemente era associado à tese cartesiana da segunda substância.<sup>1</sup> Chomsky recusa o postulado tradicional dualista. O que lhe interessa, afinal, é compreender que somente o treinamento e condicionamento verbal, dados na e pela experiência, não são o bastante para explicar a utilização da linguagem. Para entender o uso normal da linguagem, precisamos atribuir ao falante-ouvinte um

---

1. “Os filósofos reagiram com frieza à promoção de Chomsky de noções racionalistas aparentemente desacreditadas e ao seu entusiasmo por ideias inatas” (Gardner, 2003, p.231).

complexo sistema de regras que abrangem operações mentais muito abstratas; nesse sentido, “as posições empiricistas não parecem oferecer nenhum modo de descrever ou explicar as mais características e normais construções da inteligência humana, como a competência linguística” (Chomsky, 2009, p.119).

Chomsky demonstrou – apesar das reservas quase generalizadas – que a investigação racionalista da linguagem poderia ser mais profícua do que o empirismo behaviorista (adotado pelo EA), em relação à competência e a outros problemas do conhecimento linguístico. As hipóteses *a priori* ofereciam boas indicações para a solução de problemas relacionados à aquisição da linguagem, especialmente na busca por respostas para o rápido desenvolvimento da linguagem nas crianças, que, estimuladas por uma experiência tão fragmentária, revelam em curto tempo um uso rico e criativo de suas línguas maternas. Já nos primeiros anos de vida, uma criança normal produz frases carregadas de intuições extremamente sutis, que não se deixam apreender pela analogia comportamentalista.

Chomsky elege aquilo que considera ser o campo de investigação por excelência da Linguística: o conhecimento da língua. Trata-se de centrar a investigação em uma área específica, a saber, a mente humana. As línguas são, no dizer de Leibniz, o melhor caminho para chegarmos a compreender algo de relevante sobre a mente humana: “as línguas são o melhor espelho da mente humana”. Tal afirmação circunscreve, de maneira precisa, a concepção central da investigação proposta por Chomsky, ou seja, temos aí o escopo da chamada Linguística gerativa. O ponto de partida é a natureza da mente e seus atos, e as línguas particulares são a expressão de diversos mecanismos que se reportam a princípios gerais, anteriores às línguas particulares enquanto tais.<sup>2</sup>

---

2. O linguista que busca construir gramáticas particulares é guiado consciente ou inconscientemente por certas suposições quanto à forma da gramática, e essas suposições pertencem à teoria da gramática universal. O sujeito que adquire conhecimento de uma determinada língua adota um certo sistema de regras, através das quais relaciona sons e significados, de uma determinada forma. Por essa razão, “a hipótese do linguista, se apresentada de maneira

A busca de princípios gerais para a linguagem, empresa típica das gramáticas universais ou gerais, presente já nos “gramáticos filósofos” do século XVIII, repousa sobre a procura de princípios reguladores da razão humana. Por certo, a gramática particular se diferencia, em certa medida, da gramática universal, mas, na tradição racionalista, a gramática particular não é uma “verdadeira ciência”, pois, afinal, não se baseia unicamente em leis universais e necessárias. Cabe à esfera da gramática universal uma espécie de “arte” ou “técnica”, que procura mostrar “o modo como certas línguas realizam os princípios gerais da razão humana”: daí o sentido do termo espírito.

Para Chomsky, a gramática gerativa impõe uma espécie de ressurgimento daqueles ideais da tradição racionalista da linguagem, então abandonados pelo EA (Chomsky, 1966). A gramática gerativa de uma língua particular (inglês, por exemplo) não é nada mais do que a gramática explícita (no sentido do gerativo) de uma língua ou sistema particular de regras, esse estrato diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. Mas se a gramática gerativa também recolhe elementos “problemáticos” nas questões de significado e expressão, do ponto de referência da psicologia individual, é preciso entender alguns aspectos da forma e significado enquanto determinações da “faculdade de linguagem”, um componente particular da mente humana. A teoria da ligação (cf. Chomsky, 1966, p.40-1) é um típico problema dessa ordem.

Desde a publicação de ATS, Chomsky já citava o esforço do pensamento racionalista na busca pela compreensão dos problemas da linguagem e do conhecimento, porém rejeitava veementemente as soluções dogmáticas ligadas à crença numa segunda substância. Ao lado das ideias racionalistas, nos anos que se seguiram, o tra-

---

bastante explícita e precisa, terá certas consequências empíricas quanto à forma dos enunciados e de suas interpretações pelo falante nativo. Evidentemente, o conhecimento da língua – o sistema interiorizado de regras – é apenas um dos muitos fatores que determinam como um enunciado será usado ou entendido” (Chomsky, 2009, p.63).

balho linguístico de Chomsky recebeu vários acréscimos teóricos; não se trata, afinal, de efetuar um retorno ao racionalismo no seu sentido original ou puro. Os fenômenos da linguagem abrem espaço para uma Linguística naturalizada, preocupada com a competência, tomando-o como parte de um sistema biológico herdado geneticamente, a faculdade de linguagem: “a natureza dessa faculdade é o tema básico de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem, que tem por objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis; atualmente essa teoria é muitas vezes chamada gramática universal” (Chomsky, 1994, p.23).

Nesta seção, pretendemos demonstrar a vinculação das ideias gerativas ao chamado “problema de Descartes”;<sup>3</sup> veremos como Chomsky desenvolve a conjectura de um “naturalismo cartesiano” no campo da linguagem. O resgate da concepção de linguagem de René Descartes (1596-1650) é essencial para Chomsky; trata-se de compreender essa “capacidade especificamente humana de expressar e compreender expressões inteiramente novas de pensamento, em quadro de uma língua instituída” (Chomsky, 2009, p.35). Tanto para a Linguística quanto para a política, começam a se tornar mais claras as ideias sobre a natureza da mente e a forma pela qual a ciência da linguagem pode contribuir para certa visão da natureza humana, capaz de indicar “nosso lugar correto” no mundo. Com a publicação de *Linguística cartesiana* (LC), Chomsky demonstra ter

convicção de que os seres humanos diferem dos animais e das máquinas e de que essa diferença deve ser respeitada tanto na esfera da ciência quanto na esfera do governo; sobre essa convicção

---

3. “Os cartesianos tentavam demonstrar que, quando a teoria do corpo físico é refinada, esclarecida e ampliada até seus últimos limites, continua sendo incapaz de dar conta de fatos que são óbvios à introspecção e também confirmado por nossa observação das ações de outros seres humanos” (Chomsky, 2009, p.34).

repousam e por ela se unificam a política, a linguística e a filosofia de Chomsky. (Lyons, 1970, p.16)

O retorno a Descartes e aos “problemas clássicos” pareceu à maioria dos linguistas uma insensatez. Para estes, o pensamento racionalista no campo da linguagem cheirava a mofo. Porém, asseverava Chomsky que havia nas ideias clássicas muitos tópicos a serem explorados, “estas contribuições [racionalistas] são atualmente em grande parte desconhecidas ou consideradas com disfarçável desprezo, [pois] tudo quanto é anterior ao século XIX, não sendo ainda linguística, é despachado em algumas linhas” (Chomsky, 1972, p.9).

A preocupação de retornar às questões clássicas em pleno século XX não era gratuita; devia-se, principalmente, às confluências entre o passado e as modernas descobertas gerativas: “nos últimos anos, houve um visível despertar do interesse por questões que, na verdade, eram estudadas de modo sério e fecundo durante os séculos XVII, XVIII e no começo do século XIX, embora raramente desde então” (Chomsky, 1972, p.9). Chomsky se refere, com frequência, a uma “revolução cognitiva”, iniciada com os clássicos e refundada nas preocupações da GG.

Nesse quadro, o confronto entre Chomsky e os linguistas anti-mentalistas se polarizou em torno de duas concepções da “natureza humana”.<sup>4</sup> Tal oposição também se vincula a questões de ordem política. Chomsky nos diz que não é exagerada a ideia de uma barreira moral própria ao cartesianismo; além do mais, “a estrutura empiricista não oferece uma caracterização análoga à essência humana. Uma pessoa é uma coleção de propriedades acidentais e a cor é uma delas. É assim, de certa forma, mais fácil formular

---

4. Em *Language and politics*, Chomsky se refere a “two views of human nature” (duas visões da natureza humana), fazendo alusão à polarização epistemológica. O uso normal da linguagem humana revela a impossibilidade de entendê-la apenas pela noção de hábito, devendo-se postular estruturas abstratas, responsáveis por uma limitação intrínseca nas operações de construção de frases (Chomsky, 2004b, p.77).

crenças racistas nessa estrutura, apesar de não ser isso inevitável” (Chomsky, 2007a, p.98). É importante salientar que a referida polarização de concepções sobre a natureza humana estava circunscrita a certas versões da Linguística americana. Para Chomsky, nem o empirismo clássico de David Hume admitiria a rigidez de certas concepções da natureza humana presentes em alguns ramos da Psicologia behaviorista dos anos 1950.

Conforme Chomsky ressalta em “Psicologia e ideologia” (artigo que integra o livro *Razões de Estado*), a crítica ao behaviorismo de Skinner, por exemplo, deveria centrar-se nas especulações sobre o comportamento humano. O exame em questão precisa ser separado da investigação experimental do condicionamento instrumental ou operante. O interesse da avaliação estava no sucesso da “ciência” behaviorista do comportamento nos meios acadêmicos. Segundo Skinner, o comportamento é moldado e mantido por suas consequências. A análise comportamental substituiu o recurso tradicional a estados mentais, “sentimentos e outros aspectos do homem autônomo”. A análise científica está habilitada a atribuir a origem do comportamento a condições externas identificáveis. Em consequência, um sistema de controle comportamental pode vir a ser aperfeiçoado através da construção de uma “tecnologia comportamental” correspondente.

Chomsky reage ceticamente a tais ideias, dizendo que “a onisciência laplaciana pode prever muito pouco sobre o que um organismo fará, [...] no momento não temos praticamente prova científica alguma e sequer o germe de uma hipótese interessante sobre como é determinado o comportamento humano” (Chomsky, 2008b, p.383). A barreira moral proposta pelo cartesianismo transpõe a Linguística teórica pura, demonstrando a existência de repercussões de ordem política.<sup>5</sup> Todavia, a referência a uma “Lin-

---

5. O aspecto criativo do uso da linguagem, ressaltado por Descartes, “constitui um elemento crucial da elaboração da filosofia política e social antiautoritária do iluminismo” (Chomsky, 2009, p.174).

guística cartesiana” deve, conforme dissemos, ser tomada pela precisão conceitual que lhe é própria.

O vasto conjunto das ideias que ressurgiam das proposições e preocupações que ocuparam estudiosos dos séculos XVII, XVIII e XIX recebeu o nome de “Linguística cartesiana”. Encontramos o sentido dessas análises linguísticas na retomada de reflexões ainda não completamente avaliadas pela contemporaneidade. Por isso, a expressão cunhada por Chomsky não indica necessariamente um acordo tácito entre uma escola cartesiana, de um lado, e seus representantes fiéis, de outro. Também não há necessariamente, entre aqueles autores que Chomsky enquadra na Linguística cartesiana, um reconhecimento mútuo desse pertencimento:

com a expressão “linguística cartesiana”, desejo caracterizar uma constelação de ideias e interesses que aparece na tradição da “gramática universal” ou “filosófica”, desenvolvida a partir da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), na linguística geral que surgiu durante o período romântico e na época imediatamente posterior, e na filosofia racionalista do espírito que em parte forma o fundo comum das duas. (Chomsky, 1972, p.91)

Não obstante, a referência às estruturas cognitivas subjacentes não trata da defesa de uma “verdade necessária” da segunda substância. A interpretação de Chomsky dessa tradição não nos leva a filiá-lo estritamente ao pensamento de Descartes. No que se refere à cognição humana e suas realizações, trata-se de questões sobre a demanda de descoberta empírica, ou seja, dependentes da elucidação de mecanismos fisiológicos (em última instância). Dado esse fato, surge-nos a questão: enfim, qual é o significado do conteúdo racionalista a ser explorado pela Linguística Gerativa? Que renovado vigor possuiria diante dos estudos dominantes? Chomsky acentua em LC que o princípio acolhido dessas ideias

consiste em admitir que, em seu uso normal, a linguagem humana é livre do controle de estímulos e não serve a uma função mera-

mente comunicativa, mas é antes um instrumento para a livre expressão do pensamento e para a resposta apropriada às novas situações. Estas observações, referentes ao que temos chamado o aspecto criador do uso da linguagem, foram elaboradas de várias maneiras no século XVIII e no começo do século XIX... (Chomsky, 1972, p.23)

O que nos interessa em Descartes é a noção da linguagem como um instrumento de livre expressão do pensamento, cujas características ilimitadas em extensão, na produção da fala, revelam a liberdade desta em relação ao controle dos estímulos externos. Os animais são suscetíveis aos estímulos mais variados, com a linguagem humana, no entanto, em muitos aspectos, apresentam-se relações criadoras não totalmente suscetíveis às determinações de estímulos observáveis. Ou seja, há um elemento básico que falta aos animais, a saber, a capacidade gerativa que se revela no uso normal da linguagem.

Para Huarte,<sup>6</sup> por exemplo, a inteligência humana normal é capaz de “gerar” dentro de si, por seu próprio poder, os princípios nos quais se baseia o conhecimento. Fazendo o uso dos dados dos sentidos, a inteligência humana envolve um sistema que gera novos pensamentos e descobre novas e adequadas formas de expressá-los. A utilização criativa da linguagem se processa de maneira tal que “transcende completamente qualquer treinamento ou experiência”. A inteligência humana é caracterizada, assim, por um poder gerador, o próprio entendimento é uma *faculdade gerativa*. Huarte postulou três tipos de inteligência: a dócil, típica dos animais; a inteligência humana criativa normal, de que falamos; um terceiro gênero, o da criação artística, um modo de

---

6. Juan Huarte foi um médico espanhol que publicou um estudo sobre a natureza da inteligência humana no fim do século XVI. Huarte é constantemente citado por Chomsky como um cartesiano. O conceito de inteligência proposto por Huarte, *ingenio*, revela a raiz latina de várias palavras com o significado de “engendrar” ou “gerar”.

exercício da inteligência normal, mas que a ultrapassa. Nesse aspecto,

o quadro conceitual de Huarte é útil para se discutir a “teoria psicológica” na época seguinte. É típica do pensamento posterior sua referência ao uso da linguagem como um indício da inteligência humana, do que distingue o homem dos animais e, especificamente, sua ênfase na capacidade criativa da inteligência normal. Esses interesses dominaram a psicologia e a linguística racionalistas. Com o surgimento do romantismo, a atenção passou para o terceiro tipo de engenho, a verdadeira criatividade, embora a suposição racionalista de que a inteligência humana normal seja exclusivamente livre e criativa e fique além dos vínculos da explicação mecânica não fosse abandonada e desempenhasse um papel importante, na psicologia do romantismo e até em sua filosofia social. (Chomsky, 2009, p.40)

A noção de criatividade empregada por Chomsky não indica, porém, aquelas criações de verdadeiro valor estético, a chamada “verdadeira criatividade”, como encontramos nas obras de um poeta ou romancista de estilo excepcional. O conceito de criatividade a que se refere é ordinário, como no bom senso cartesiano. Refere-se ao uso criativo normal da linguagem de forma rotineira: “A razão humana, de fato, é um instrumento universal que pode servir para todas as contingências, enquanto os órgãos de um animal ou de uma máquina necessitam de alguma disposição particular para cada ação particular” (Chomsky, 1972, p.15).

Os elementos principais que envolvem o “aspecto criativo do uso da linguagem” podem ser constatados nas orações utilizadas no dia a dia, que apresentam diversas propriedades alheias aos estímulos externos identificáveis. Em muitos casos, para se produzir determinada oração, não há necessidade de um estímulo específico. Além disso, o conjunto das orações que pode ser produzido por um falante normal é ilimitado. O conteúdo dessas sentenças é, ao mesmo tempo, coerente e apropriado às mais diferentes situações

de fala. Tal condição parece apoiar o aspecto do uso livre da linguagem, mostrando que esta não se encontra completamente submetida às deformações de interesses externos aos indivíduos.

Nesse ponto, antes de prosseguirmos, é importante que nos perguntemos: haveria, afinal, uma determinação do comportamento em termos gerativos? A formalização das gramáticas, de suas potencialidades, não nos leva à resolução dos problemas clássicos da linguagem e da criatividade, tais como no problema de Descartes? Segundo Chomsky, com o advento da gramática gerativa, os problemas clássicos foram meramente reformulados sob uma nova luz. As novas perspectivas formais nos deram a oportunidade de entender *certos* aspectos da mente, no que diz respeito à percepção, assim como da base inata do conhecimento, porém, “sob muitos aspectos, não fizemos a primeira abordagem para uma resposta real dos problemas clássicos” (Chomsky, 2009, p.170). O aspecto criador do uso da linguagem, por exemplo, “permanece tão inacessível quanto sempre foi”.

Mas, afinal, que alcance apresentam os estudos gerativos em relação aos problemas clássicos? Os modernos estudos da linguagem ajudaram a elucidar alguns dos princípios formais que possibilitam o aspecto criativo do uso da linguagem, por exemplo, aspectos da forma fonética, do conteúdo semântico dos enunciados etc. (como vimos no primeiro tópico). O entendimento desses mecanismos, embora seja fragmentário, ao ver de Chomsky, parece “ter implicações reais para o estudo da psicologia humana, [...] podemos ser capazes de explicar com alguma minúcia os cálculos elaborados e abstratos que determinam, em parte, a natureza dos perceptos e o caráter do conhecimento que podemos adquirir” (Chomsky, 2009, p.170).

É importante chamar a atenção do leitor para o fato de Chomsky não ter imposto uma nova concepção de regras limitadoras do comportamento. Pelo contrário, alguns problemas da linguagem se tornaram acessíveis e explicam o *caráter* de algumas de nossas intuições, mas a investigação das propriedades formais, isto é, a busca pelos processos de um sistema recursivo de regras, assim

como das leis da geração das gramáticas, apesar de elucidar muitos processos, demonstra que “o escopo e a maneira específica em que são aplicadas permanecem totalmente não especificadas” (Chomsky, 2009, p.130). A teoria da aprendizagem, ao se deparar com modelos de competência, deve, em primeiro lugar, proceder pela busca não dos fatores ou condições que controlam o comportamento. Antes disso, torna-se imprescindível a investigação das características significativas dos repertórios de comportamento, dos “princípios sobre os quais são organizados”, o que é diferente de prever todo o comportamento possível:

com base nestas hipóteses podem-se explicar muitas coisas sobre os modos como as expressões linguísticas são usadas e compreendidas, embora não possamos predizer o que as pessoas vão dizer. O nosso comportamento não é “causado” pelo nosso conhecimento, nem pelas regras e princípios que o constituem. Com efeito, não sabemos como é que o nosso comportamento é causado, nem se é apropriado pensar nele como sendo causado, mas isso é uma outra questão. (Chomsky, 1994, p.253)

Chomsky tem dito que o comportamento não está simplesmente reduzido às regras. Do ponto de vista clássico da Linguística cartesiana, o uso dessas regras no discurso é livre e indeterminado (dado o princípio criador do uso da linguagem). Em termos modernos, diz-se que o sistema envolvido na língua é *cognitivamente penetrável*. Ou seja, nossos objetivos, crenças, expectativas etc. intervêm decisivamente na forma como são utilizadas as regras, mas sua produção não é rígida. Para Chomsky, nesse caso, princípios de inferência racional e outros similares podem, ao mesmo tempo, desempenhar um papel livre em nossas decisões: “isto é verdade no que se refere não só àquilo que decidimos dizer, mas também ao modo como decidimos dizê-lo, e fatores semelhantes intervêm em algum nível na determinação do modo como compreendemos aquilo que ouvimos” (Chomsky, 1994, p.254).

Há de se ressaltar que certos aspectos da linguagem surgem dentro da problemática filosófica geral da relação mente/corpo. A teoria física de Descartes demonstrava que quase tudo que tem lugar no universo de nossa experiência poderia ser explicado segundo as leis da Mecânica. Descartes fazia alusão aos corpos que atuam diretamente por meio de contatos recíprocos. Na mecânica do contato não havia ação a distância, toda ação mútua deriva da natureza do impacto. Nesses termos, tratou de explicar do movimento dos corpos celestes à conduta dos animais. Mas a simples introspecção revela nos homens propriedades distintas daquelas que encontramos nas leis da Mecânica. Caso queiramos assinalar a existência de outras mentes, certo “programa experimental” é necessário para que possamos realizar a tarefa de determinar se um organismo possui características humanas. Através da presença da linguagem, temos o exemplo mais notável da existência de uma substância pensante, distinta das determinações mecânicas que acometem outros seres. Em carta a Henry More, em 1646, Descartes dizia, em uma das suas raras passagens sobre a linguagem, que

nunca, porém foi observado que algum animal tenha chegado a um grau de perfeição que o torne capaz de fazer uso de uma verdadeira linguagem; isto é, seja capaz de indicar-nos pela voz ou por outros sinais, algo que possa ser unicamente relacionado com o pensamento e não apenas com um movimento da mera natureza; pois *a palavra é o único sinal e a única marca certa da presença do pensamento*, oculto e envolvido pelo corpo; ora, todos os homens, mesmo os mais estúpidos e loucos, ainda aqueles que são destituídos dos órgãos da fala, empregam sinais, enquanto os animais jamais fazem coisa semelhante; o que pode ser considerada a verdadeira distinção entre o homem e os animais. (Descartes, 1936, apud Chomsky, 1972, p.16, grifo nosso)

Mesmo que façamos uma descrição precisa da conduta humana, ainda assim não teríamos condições de determinar seus

traços fundamentais, nem suas fontes imediatas de ação. Dessa maneira, para explicar os fatos da inteligência, é necessário algum princípio extramecânico. Esse princípio – para Descartes, pertencente à mente –, está totalmente separado do corpo e das leis que o regulam (*res extensa et cogitans*). Porém, as explicações metafísicas dos cartesianos para as faculdades humanas e suas realizações, e o que daí decorre, não são o núcleo do interesse de Chomsky. O que se pretende revelar no cartesianismo são as observações relacionadas ao aspecto criador do uso da linguagem. Interessa saber que a argumentação sobre o homem ser uma máquina complexa não nos dá razões suficientes para explicar indutivamente as faculdades em questão. Tentativas sérias de demonstração do controle externo total não foram realizadas com o sucesso pretendido.

Na compreensão exposta pela tradição cartesiana é improvável que encontremos uma linguagem primitiva nos animais, semelhante à humana, como pretendia Wittgenstein, que considerava os jogos de linguagem humanos, em analogia, muito próximos da linguagem dos castores: “Em resumo, a ‘linguagem’ animal permanece completamente dentro dos limites da explicação mecânica, tal como foi compreendido por Descartes e Cordemoy” (Chomsky, 1972, p.22). Por essa razão, Chomsky adverte que o aspecto criador do uso da linguagem dificilmente poderia ser contestado, tornando-se assim um legítimo “problema do conhecimento” que deve ser levado em consideração. Temos

o problema proposto pelo aspecto criador do uso da linguagem, pelo fato de que a linguagem humana, sendo livre do controle por estímulos identificáveis externos ou estados fisiológicos internos, pode servir como instrumento geral de pensamento e autoexpressão, em vez de ser meramente dispositivo para a comunicação de uma informação, uma exigência ou uma ordem. (Chomsky, 1972, p.22)

O estudo da linguagem, dessa forma, deve investir na abordagem desses problemas de conhecimento, através de teorias explicativas,

em vez de abandoná-los ao “erro categorial”.<sup>7</sup> Podemos até mesmo ignorar esses problemas, porém não foi apresentado nenhum argumento coerente que leve a crer que “são irrealis ou se achem além das possibilidades de investigação” (Chomsky, 1972, p.23). A Linguística da escola de Bloomfield, por exemplo, não pôde lidar com as observações mais elementares do clássico problema de Descartes. Chomsky se insurge precisamente contra o que chama de “antipsicologismo militante”:

Bloomfield, por exemplo, observa que numa língua natural “as possibilidades de combinação são praticamente infinitas”, de modo que não há esperança de explicar o uso da linguagem com base na repetição ou na elaboração de listas, mas não tem nada mais a dizer sobre o problema, além da nota de que o falante expressa verbalmente novas formas “por analogia com formas semelhantes que ouviu”. (Chomsky, 1972, p.23)

O rígido pressuposto metodológico empiricista,<sup>8</sup> quando confrontado com os problemas de conhecimento, não consegue resolver questões tais como aquelas relativas ao aspecto criador do uso da linguagem. Os princípios de analogia ou condicionamento, apenas, não geram condições suficientes para a explicação das intuições linguísticas mais elementares. Para Bloomfield, como vimos, a aquisição da linguagem era uma questão de treinamento e hábito. Para Chomsky,

- 
7. Chomsky rejeita a ideia de que o dualismo cartesiano seja inválido, como faz Gilbert Ryle. Os aspectos subjacentes podem ser formalizados e uma série de questões referentes às intuições pode ser resgatada por teorias explicativas. O mentalismo, nesse caso, seria um aliado da pesquisa, não um dogma como afirma Ryle (1967).
  8. Gostaríamos de citar a ressalva de Chomsky sobre essas e em outras referências críticas ao empirismo de Bloomfield e a base psicológica do EA em geral: “Na verdade, os que se chamam de ‘cientistas comportamentais’, ou até de ‘behavioristas’, variam muito quanto aos constructos teóricos que se dispõem a aceitar” (Chomsky, 2008, p.386).

Atribuir o aspecto criador do uso da linguagem à “analogia” ou a “padrões gramaticais” é usar esses termos de maneira completamente metafórica, sem sentido claro e sem relação com o uso técnico da teoria linguística. Não é menos vazio do que a descrição do comportamento inteligente, feita por Ryle, como exercício de “poderes” e “disposições” de tipo misterioso, ou a tentativa de explicar o uso criador normal da linguagem em termos de “generalização”, “hábito” ou “condicionamento”. (Chomsky, 1972, p.23)

O problema de Descartes relaciona-se, assim, àquela proposição sobre o conhecimento humano e suas habilidades. Segundo Chomsky, há no dualismo cartesiano uma abordagem sintomática. Pode-se extrair de Descartes um procedimento científico coerente para a abordagem de certas questões relacionadas ao mental. Caso se excluam as implicações metafísicas para os temas relacionados à criatividade (projeção da alma, por exemplo), ainda teremos a persistência de um “problema de conhecimento”. Obviamente, não interessa a Chomsky a metafísica cartesiana e seus dogmas fundamentais para, afinal de contas, encontrar o problema que Descartes identifica:

não é necessário que aceitemos a metafísica cartesiana, que requer postular uma “segunda substância”, uma “substância pensante” (*res cogitans*), indiferenciada, sem componentes ou subpartes que atuam entre si, a sede do consciente que explica a “unidade da consciência” e a imortalidade da alma. Tudo isso é totalmente insatisfatório e não proporciona uma resposta válida a nenhum dos problemas suscitados. Os problemas mesmos, no entanto, são bastante sérios e, como manteve Descartes, seria absurdo negar os fatos que nos parecem claros simplesmente porque não podemos dar jeito de resolvê-los. (Chomsky, 1988, p.142, tradução nossa)

Depois que a física newtoniana refutou a mecânica dos contatos, aplicada por Descartes, o conceito cartesiano de corpo foi abandonado: “no marco newtoniano há uma ‘força’ que se exerce

de um corpo sobre o outro, sem contato entre eles, uma espécie de ação a distância” (Chomsky, 1988, p.143, tradução nossa). Porém, se a ideia de uma segunda substância pôde ser rapidamente abandonada, o mesmo não pode ser dito em relação à “teoria da mente” e aos “problemas do conhecimento” existentes no cartesianismo.

A explicação de Newton para a gravitação dos corpos refutou a física cartesiana, no entanto, mesmo Newton considerava sua resposta insatisfatória, pois qualificou a nova forma de explicação de “oculta” e “sugeri que sua teoria somente dava uma descrição matemática dos acontecimentos do mundo físico, não uma verdadeira explicação ‘filosófica’ (na mais moderna terminologia, ‘científica’) desses acontecimentos” (Chomsky, 1988, p.143, tradução nossa).

Com o embate entre esses paradigmas e, depois, com a derrocada do conceito cartesiano de corpo, qual conceito de corpo emerge, afinal? A resposta de Chomsky é que não existe um conceito de corpo claro ou definido desde então. A situação é, de fato, intrincada, pois, de um lado, estão os problemas do conhecimento, e, de outro, a indefinição sobre o conceito de corpo. Qual procedimento o estudioso da linguagem deveria adotar diante dessas questões? O que significa estudar uma categoria mental?

As propriedades mentais, segundo a convicção de Chomsky, são, antes de tudo, propriedades do mundo físico e, mesmo que não possamos alcançá-las, “tiramos a conclusão de que estas são propriedades do mundo físico, do mundo do corpo” (Chomsky, 1988, p.144, tradução nossa). Mesmo que não haja um conceito definido de corpo, há ainda um mundo material, cujas propriedades têm que ser descobertas, sem nenhuma demarcação *a priori* do que vai se contar como corpo. Dada a situação ímpar da investigação dessas propriedades e, na ausência de uma teoria definida de ‘corpo’, Chomsky propõe, para o âmbito mental, teorias explicativas como hipóteses provisórias para os fenômenos. Assim, as

conclusões são provisórias, como convém a hipóteses empíricas, porém não são criticáveis porque transcendem qualquer conceito *a priori* de corpo. Não há um conceito definido de corpo. Antes,

trata-se de que o mundo material é o que descobriremos que é, com quaisquer propriedades que tenhamos que atribuir-lhe para chegar a uma teoria explicativa. (Chomsky, 1988, p.144, tradução nossa)

A postura de Chomsky diante da investigação da linguagem resulta na proposição de que devemos construir teorias explicativas, dada a situação transitória do conceito de corpo. Adverte o linguista – citando a história da ciência moderna – que esse é um procedimento científico “normal”. A investigação de uma “hipótese empírica” pode levar até a redução do modelo explicativo à explicação física. Cabe à Linguística, uma ciência ainda não unificada,

descobrir os mecanismos do cérebro que mostram essas propriedades e explicá-las em termos das ciências físicas – deixando em aberto a possibilidade de modificar os conceitos das ciências físicas –, exatamente como se teve de mudar os conceitos cartesianos da mecânica do contato para explicar o movimento dos corpos celestes, tal como ocorreu repetidamente na evolução das ciências naturais desde os tempos de Newton. (Chomsky, 1988, p.145, tradução nossa)

O que se estuda, acentua Chomsky, são propriedades do mundo da matéria, ainda não reduzidas; deve existir, assim, um nível de abstração próprio de uma teoria explicativa para aspectos mentais não reduzidos. Essas teorias nos permitem penetrar na natureza dos fenômenos em análise em vez de abandoná-los à irresolução. O horizonte de unificação de disciplinas, como a Linguística e a Biologia, dessa maneira, não parece algo estranho para Chomsky, pois, em última instância, o que se espera é que as teorias explicativas (hipóteses empíricas) tenham fundamento físico:

em última instância esperamos que este estudo se incorpore à corrente principal das ciências naturais, de forma parecida ao estudo dos genes, das valências e das propriedades dos elementos

químicos chegando a assimilar-se às ciências mais fundamentais. (Chomsky, 1988, p.145, tradução nossa)

Segundo Carlos-Peregrín Otero, a metodologia de Chomsky gera, conforme se observa, uma categoria de elementos “psicofísicos”, isto é, elementos da física do cérebro, regidos por aspectos abstratos ainda não reduzidos. Por essa razão, o conceito de “psíquico” em Chomsky é de ordem peculiar, assim o sendo também para a própria natureza do conhecimento linguístico. O psíquico convive com o físico na espera de uma redução futura:

resultaria equívoco chamá-la de “psicologia”, já que este termo só pode ser usado para denotar algo que não tem apenas nada em comum com o que designamos por “psíquico” (ou algo que, no melhor dos casos, supriria algumas notas ao pé de página numa ciência intelectualmente comparável à física iniciada por Galileu). Se restringirmos o termo “física” à física da matéria vivente e não vivente, regida por um princípio mecânico, a “ciência nova” poderia ser denominada “metafísica” (no sentido etimológico). Claro que, idealmente, à “física” do futuro teria que acabar incluindo também em seu todo o abarcado por esta “metafísica” ou “psíquica”, porém no momento isso é sonhar acordado e, em todo caso, cabe sempre seguir distinguindo uma parte dessa “física” futura, a “psicofísica”, do resto das ciências naturais (biológicas ou não biológicas). (Otero, 1984, p.220, tradução nossa)

Após a série de descobertas da Biologia Molecular, nos anos 1950, simultaneamente às descobertas da gramática transformacional, o termo “físico” foi estendido a ponto de incluir a matéria vivente. Desde então, a diferença entre a matéria inerte e a matéria vivente não é entendida como uma diferença de natureza, mas sim de complexidade. A emergência de aspectos inatos, próprios da linguagem, pode resultar, conseqüentemente, de leis físicas. Ao tratarmos da faculdade de linguagem, voltaremos ao assunto do princípio da redução.

As leis envolvendo a linguagem resultam de um provável estado da evolução humana, que, por alguma mutação, nos dotou da capacidade de manusear sistemas de infinidade discreta por meio de sistemas de regras computacionais recursivas, de modo a gerar uma infinidade de expressões com propriedades estruturais determinadas. O que nos permite, assim, falar de um sistema conceitual primitivo, capaz de expressar o pensamento e estabelecer a comunicação simbólica. Nesse sentido,

a linguagem articulada não apenas tem permitido a evolução da cultura, como também tem contribuído de modo decisivo para a evolução física do homem. E não há paradoxo em supor que a capacidade linguística que se revela no curso do desenvolvimento epigenético do cérebro é agora uma parte da natureza humana. (Chomsky, 2008a, p.24)

Esse ponto de vista demonstra que a capacidade de simbolização é tão crucial quanto o papel da comunicação. A criação mental de mundos possíveis reside na possibilidade de combinação e articulação infinita de símbolos. No empreendimento gramatical de Chomsky, esses princípios se projetam através do sistema *a priori* de princípios da mente/cérebro. Conseguimos, ao mesmo tempo, uma articulação crítica na medida em que “qualquer teoria de conceitos formados ou da base para a aquisição de um sistema de conceitos será inegavelmente subdeterminada pela evidência” (Chomsky, 2008a, p.31). Portanto, “não se trata de uma tarefa trivial”.

A proposição chomskiana de universais inatos, que impõe restrições à organização da inteligência humana, torna-se decisiva para a teoria do conhecimento e, nomeadamente, para a aquisição da linguagem. As propriedades alcançadas por esse estudo constituem atributos do sujeito e são, agora, respaldadas não pela metafísica tradicional, mas sim pela expectativa de constatação biológica: “até onde entendo, a ideia de que possa haver princípios inatos da mente que, por um lado, tornam possíveis a aquisição de conhecimento

e de crenças e, por outro, determinam e limitam seu alcance, nada sugere que possa surpreender um biólogo” (Chomsky, 2008a, p.24). Essa é aparentemente a maneira mais segura que Chomsky encontrou para lidar com a teoria da mente sugerida por Descartes, sem cair, assim, em armadilhas metafísicas.

O programa de investigação de Chomsky retoma certa heurística científica clássica, como no exemplo da investigação newtoniana. Newton elaborou, de início, um modelo para o sistema planetário que possuía um único planeta gravitando ao redor do Sol. Tanto o Sol quanto o planeta do modelo inicial foram considerados “pontos”. A partir desse modelo, conseguiu obter a lei do inverso do quadrado para a elipse de Kepler. Porém, a terceira lei da dinâmica comprometia esse modelo simples. Newton teve de substituí-lo por outro modelo em que o Sol e o planeta em questão giravam ao redor de um centro de gravidade do sistema formado pelos dois pontos. Depois, Newton acrescentou mais planetas ao sistema, tendo por base forças heliocêntricas e não interplanetárias. Em seguida, admitiu a ideia de transformar os pontos em esferas. Essa ideia exigiu enormes adaptações matemáticas. Resolvendo esse problema, Newton trabalhou com esferas rotativas em oscilação, incluindo aí forças interplanetárias e demais perturbações. Mais tarde, adotou esferas irregulares, buscando cada vez mais a aproximação com os sistemas planetários reais (Borges Neto, 2004, p.96).

O que temos de comum na gramática gerativa em relação à investigação de Newton, segundo Borges Neto, é a mesma lógica de pesquisa. Ou seja, assume-se como ponto de partida um plano de desenvolvimento da pesquisa (programa de investigação). Na sequência, busca-se aproximar as hipóteses da realidade empírica. No caso da GG, o núcleo da hipótese é a determinação parcial da linguagem por estados da mente/cérebro, que são *parcialmente* responsáveis pelo comportamento linguístico. Esses estados são captados por sistemas computacionais que formam suas representações. Tais sistemas são modelos do conhecimento linguístico dos falantes/ouvintes de uma língua.

Por meio dessa distinção, é possível perceber que o objeto inicial do linguista não reside apenas na natureza idiossincrática das diferentes línguas. O que intriga o linguista é aquele conhecimento *a priori*, presente em qualquer criança, que a torna capaz de aprender qualquer língua do planeta. Ou seja, o interesse do linguista está irremediavelmente ligado àquela capacidade de geração presente em diferentes línguas. A natureza interlinguística do objeto não implica que as diferenças entre as línguas não tenham importância. O linguista deve, sem dúvida, determinar que aspectos do conhecimento do nativo foram adquiridos diretamente do entorno. Mas sua tarefa principal parece estar em descobrir o que pôde ser adquirido em relação àquela experiência fragmentária a que se expõem as crianças.



## 4

# O PROBLEMA DE PLATÃO

Depois de determinada a esfera dos problemas do conhecimento e da linguagem, algo precisa ser dito sobre o que não é aprendido. Notamos que as crianças constroem os sistemas linguísticos de maneira espontânea, sem a necessidade de instrução metódica, sem esforço concentrado de sua parte. Entre os dois e três anos de idade, esse conhecimento da língua torna-se rápido e “explosivo”, entre os cinco e seis anos, já é indistinguível, em suas propriedades mais significativas, da prática linguística dos adultos da comunidade. Ao chegarem à puberdade, consolida-se um sistema maduro e definitivo de conhecimentos (Chomsky, 2008a). Essa peculiar dinâmica de aprendizagem envolve o chamado “problema de Platão”.<sup>1</sup>

O índice dessa questão acentua limites essenciais ligados ao processo de aquisição da linguagem, demonstrando que o curso normal de aprendizagem de uma língua está além do puro treinamento e instrução. Resta-nos, agora, acentuar casos que possam exemplificar esse problema. É interessante notar que a capacidade

---

1. “Como é possível que nós tenhamos o conhecimento que temos? O que é o conhecimento que nós temos e que base nos possibilita ter adquirido isso? [...] Como nós viemos a saber o que sabemos?” (Chomsky, 2004b, p.207).

de aprender qualquer língua de maneira tão acessível e inconsciente não é para a vida toda, visto que os sistemas neurais possuem uma “época limite” para o amadurecimento. Assim, a gramática que constroem inconscientemente, por suposto finita (já que finito é seu cérebro), permite ao púbere construir e entender um número infinito de expressões. Temos aí o axioma de Chomsky, de que “a gramática de uma língua humana gera um número infinito de sentenças”.

A língua humana possui a característica de gerar inúmeras frases arbitrárias, adequadas às diferentes situações de fala. Por essa razão, o uso da língua, como vimos, é essencialmente criativo. Tal apreciação é válida para todos os homens, independente dos gênios. O conhecimento revelado em diversas construções frasais ultrapassa os dados da experiência imediata. Nos exemplos ilustrativos do “problema de Platão”, que citaremos em seguida, temos como base a língua espanhola, analisada por Chomsky durante as conferências de Manágua.<sup>2</sup> Em lugar do complemento *a Pedro* (1), coloquemos um elemento reflexivo (comum ao espanhol), para nos referirmos a Juan. No espanhol, esse reflexivo pode ser *se* ou *sí mismo*. Fazendo a troca de *Pedro* por *se*, temos:

(1) *Juan afeitado a Pedro*

(2) *Juan afeitado a se*

Obtemos, assim, uma oração inválida para o espanhol. Na realidade, o elemento *se* é chamado de “clítico”,<sup>3</sup> uma forma que não pode aparecer só, precisando unir-se a um verbo. O exemplo, conforme se nota, não está distante da língua portuguesa. Há uma

2. Essas conferências, realizadas em Manágua, Nicarágua (1986), foram coligidas no livro *Language and problems of knowledge*, publicado em 1988 numa versão adaptada para a língua inglesa.

3. Em inglês, o termo *clitic* indica um termo cuja pronúncia depende da junção de palavras, isto é, descreve uma palavra que é pronunciada como parte de uma palavra que se segue ou precede, por exemplo, “*ve*” em “*I’ve*”.

regra, no espanhol, que move a partícula *se* até a posição normal de objeto direto de *afeitar*, surgindo assim:

(3) *Juan se afeita*

O clítico permanece só e, então, há ainda a necessidade da presença de um verbo. Há também, nesse ponto, outras duas possibilidades teóricas: ou o clítico se une a *afeitar* e produz (4i) ou se junta a *hizo* e produz (4ii), em que o clítico precede o verbo na forma simples de (3):

(4i) *Juan hizo [afeitarse]*

(4ii) *Juan se hizo [afeitar]*

A forma (4ii) é a mais comum no espanhol e em outras línguas, como no italiano. Já a expressão (4i) é uma situação mais complexa (menos usual), porém aceitável no espanhol latino. Temos aí uma propriedade peculiar. A regra que junta um clítico a um verbo tem dois parâmetros. Esta é uma propriedade que se aprende. Repetindo a sentença (4ii):

(5) *Juan se hizo [afeitar]*

Nessa oração, o complemento subordinado do verbo causativo não possui sujeito em sua sequência. No entanto, como vemos, o sujeito do complemento pode aparecer de maneira explícita, como no caso do sintagma que leva *a*. Se colocarmos como sujeito do complemento *muchachos*, teremos, então:

(6) *Juan se hizo [afeitar a los muchachos]*

Se (5) era aceitável, (6) agora não o é. A frase (6) não diz que Juan deixou que os rapazes (*muchachos*) o barbeassem. Já a frase (5) indica que alguém, cuja identidade não se especifica, fez com que

Juan se barbeasse. A analogia entre (5) e (6), dessa maneira, se perde. Nesse caso, não podemos apelar para a impossibilidade de ter sintagmas com *a* repetidos para explicar o motivo de (6) não ser aceitável. Outro princípio deve explicá-lo. Em italiano, (6) também é inaceitável, e devemos procurar outro princípio, excluída a analogia, que explique esse fato.

Assim, a oração causativa com o reflexivo *a los muchachos* altera de maneira essencial a oração, como *a quién*: “(7) ¿A quién se hizo Juan [afeitar]?”, que se torna inaceitável também em italiano. A frase (7) não indica a interpretação “¿a quién hizo Juan afeitado (Juan)?”, como outras frases análogas poderiam exprimir. Para Chomsky, “esses exemplos dão lugar, novamente, ao problema de Platão, agora de maneira ainda mais aguda e séria: como as crianças que aprendem o espanhol e o italiano sabem fatos como esses?” (Chomsky, 1988, p.20, tradução nossa).<sup>4</sup>

Chomsky constata, diante desses exemplos, a impossibilidade de explicação dessas “habilidades” com base na analogia, treinamento, hábito etc. O conhecimento em questão não é oriundo de uma perícia consciente, da mesma forma que os falantes do espanhol não interpretam por analogia ou repetição os exemplos citados:

assim, também não interpretam *Juan se hizo afeitar a los muchachos* (como um sintagma sujeito que leva uma oração subordinada) ou *¿a quién se hizo Juan afeitar?* “por analogia” com *Juan se hizo afeitar* porque lhes falte perícia ou habilidade, a qual poderiam superar com mais treinamento ou prática. O que ocorre é que o sistema de conhecimento que se está desenvolvendo na mente/cérebro do falante de espanhol simplesmente não designa interpretação alguma a estas orações. (Chomsky, 1988, p.20, tradução nossa)

---

4. No original: “These examples again give rise to Plato’s problem, now in a still sharper and more serious form: How does the child learning Spanish and Italian know such facts as these?”.

Os falantes dos diversos dialetos em espanhol “sabem” desses eventos sem instrução prévia. Para Chomsky, a diferenciação dos dialetos e de seus parâmetros sugere a existência de possibilidades de variação permitidas por herança biológica, e o mesmo pode-se dizer na relação entre diferentes línguas. Nesse caso, “o conceito de analogia parece ser um conceito sem utilidade, que se invoca como expressão de ignorância no que diz respeito a quais são, de verdade, os princípios e os processos operatórios” (Chomsky, 1988, p.24, tradução nossa).

Sabemos que a preocupação da Linguística está em trabalhar sobre esses princípios e processos operativos, descrevendo-os em relação à totalidade da GU. Também há uma possível conclusão (parcial) sobre esses fenômenos de que se compõe o problema de Platão. Essa conclusão expõe algo que não é matéria específica da Linguística, dizendo respeito a um problema de conhecimento inerente à inteligência humana, a saber:

nesse momento, basta reconhecer que, em casos como este, surge um problema sério e bem mais misterioso, posto que, evidentemente, os falantes de espanhol têm um rico sistema de conhecimento, com complexas conseqüências, um sistema que vai além de qualquer instrução ou experiência. (Chomsky, 1988, p.24, tradução nossa)

Se não há razão alguma para interpretarmos as questões por analogia, os elementos da linguagem, analisados por Chomsky, devem ter sua origem em aspectos da mente/cérebro, pois dizem respeito ao funcionamento cognitivo, cujos princípios entram em processos da operação mental. Esses fatos são parte do conhecimento que cresce na mente/cérebro de uma criança exposta ao espanhol, pois, se esta “conhece”, é porque “essa é a forma como funciona a mente humana. As propriedades dessas expressões refletem princípios de operação mental que formam parte da faculdade humana de linguagem. Não há nenhuma outra razão para que os fatos sejam como são” (Chomsky, 1988, p.24, tradução nossa).

A constatação do problema de Platão é feita através de fatos presentes na complexidade estrutural das línguas, a descoberta e isolamento dessas intuições é resultado de um denso trabalho empírico/demonstrativo. No que diz respeito ao som das palavras, o problema de Platão não é menor. Há uma série de conhecimentos que transcendem a experiência e indicam, por exemplo, formas lexicais inexistentes, mas que são palavras possíveis; também há um saber implícito sobre formas lexicais inaceitáveis. Em inglês, as palavras (i) *strid* e (ii) *bnid* não são formas que tenham sido ouvidas pelos falantes, porém os falantes “sabem” que a palavra *strid* é possível. Talvez *strid* possa ser o nome de alguma fruta ou animal exótico jamais visto antes, porém, o termo *bnid* não é uma palavra possível em inglês. No entanto,

os falantes do árabe, sem embargo, sabem que a palavra *bnid* é possível, porém não *strid*, e, ainda, os falantes do espanhol sabem que nem (i) nem (ii) são possíveis em sua língua. Esses fatos podem ser explicados em termos de regras de estrutura do som, que aquele que aprende a língua chega a conhecer no curso de sua aquisição. (Chomsky, 1988, p.26, tradução nossa)

No caso da fonologia, segundo Chomsky, o problema da organização prévia do conhecimento torna-se evidente. Manifesta-se a necessidade de existência de regras de estrutura para sons possíveis (audíveis). A aquisição das regras de estrutura dos sons, em diferentes línguas, depende de princípios fixos que governam os sistemas de sons realizáveis nas línguas humanas, ou seja, elementos em virtude dos quais se formem as possíveis combinações e alterações de som nos diferentes contextos. A idealização dessas estruturas como objetos naturais aponta para “princípios [que] são comuns no inglês, no árabe, no espanhol e nas demais línguas humanas, e são empregados inconscientemente por uma pessoa que está em processo de aquisição de qualquer dessas línguas” (Chomsky, 1988, p.26, tradução nossa).

O sentido das regras dos sons possíveis, no entanto, não é estritamente necessário ou lógico: “Os princípios, repito, não são necessariamente lógicos; poderíamos facilmente construir sistemas que os violem, porém, isso não seria língua humana” (Chomsky, 1988, p.26, tradução nossa). De acordo com a afirmação de Chomsky, as hipóteses naturais não deveriam causar estranhamento absoluto, pois o homem, enquanto objeto do mundo natural, obedece a certas condições deste. Uma postura científica coerente destaca os mecanismos em questão como objetos empíricos, fatos do mundo cuja ordem se estabelece por sua manifestação num dado processo de descoberta.

Em resumo, sob condições tais como nessas estruturas, envolvendo os sons e a formação das frases, o tema da aprendizagem não pode estar vinculado a uma generalização por analogia, e “a solução ao problema de Platão há de estar baseada na atribuição de princípios fixos da faculdade de linguagem do organismo humano como parte da herança biológica” (Chomsky, 1988, p.27, tradução nossa). Princípios como esses revelam a forma de funcionamento da mente no processo de aquisição da linguagem.

A manifestação de princípios fixos também está presente na construção semântica do léxico. O amplo uso das palavras não é catalogado pelos dicionários (e certamente estes não precisam pressupor elementos da faculdade de linguagem). A velocidade e precisão da aquisição do vocabulário não indica, entretanto, que todos os significados estejam expostos num “aparato conceitual”,<sup>5</sup> mas

---

5. Os exemplos de Chomsky para a competência gramatical não exaurem o amplo fenômeno da linguagem; estes são apontamentos que indicam as dificuldades inerentes à construção do conceito de “língua”. A maneira apropriada de utilização da linguagem certamente invoca uma “competência pragmática”: “Podemos entender a gramática como um instrumento que pode ser utilizado. A gramática da língua caracteriza o instrumento, determinando as propriedades físicas e semânticas intrínsecas de cada sentença. Dessa forma, a gramática expressa a competência gramatical. Um sistema de regras e princípios que constituem a competência pragmática determina o modo como o instrumento pode ser utilizado eficazmente” (Chomsky, 1981, p.169).

há, certamente, princípios no significado das palavras que são muito sutis. A palavra *libro*, por exemplo, pode receber uma interpretação concreta ou abstrata para os falantes do espanhol.

Na oração (8), interpreta-se a palavra concretamente, referindo-se a um objeto físico específico. Já na oração (9), temos uma interpretação intangível, que indica a presença de alguma entidade de ordem abstrata. Pode-se assumir aí uma ampla variedade de realizações físicas (não sem limites). Na frase (10), podemos interpretar ambos os significados (Chomsky, 1988, p.29):

(8) *El libro pesa dos kilos.*

(9) *Juan escribió un libro.*

(10) *Juan escribió un libro de política que pesa dos kilos.*

Os inúmeros exemplos citados por Chomsky não podem ser encarados simplesmente como objetos isolados de uma lista qualquer, ou seja, não se inclui aí um mero registro classificatório. Os exemplos se inscrevem sob um aparato conceitual que deve ser alvo de uma sutil investigação filosófica. Esse aparato se associa às palavras, rotulando-as; desse modo, os sons entram em estruturas sistemáticas baseadas em noções elementares (Chomsky, 1988, p.32). Chomsky argumenta que a criança que se depara com uma língua já possui algum conhecimento intuitivo de conceitos como objeto físico, intenção e causa. Esses conceitos são universais para o pensamento e a linguagem. Dessa forma, tornam-se comuns em qualquer língua. Sem essa baliza, o pensamento e a vivência da linguagem não seriam satisfatórios; certo grupo de situações reguladoras da experiência, que define o sistema conceitual, precisa estar latente, pois:

decerto, ainda que as palavras possam não coincidir exatamente ao passar de uma língua a outra, o marco conceitual em que encontram seu lugar é uma propriedade humana comum. O grau em

que pode ser modificado pela experiência e pelos diversos contextos culturais é um assunto a debater, porém não há nenhuma dúvida de que a aquisição do vocabulário está guiada por um sistema conceitual rico e invariável, anterior a qualquer experiência. (Chomsky, 1988, p.32, tradução nossa)

A caracterização desse sistema conceitual expõe uma importante particularidade do pensamento de Chomsky. O conceito em questão não é construído através da constatação empírica de entidades do cérebro, diz respeito a aspectos mentais. Se usarmos a palavra “persuadir” para convencer Juan a ir até a faculdade, pode-se dizer que persuadir causa aqui a decisão de Juan de ir. Temos uma verdade em razão do significado dos termos. Essa verdade é chamada de analítica. Por outro lado, para saber se a frase “Juan foi à universidade” é verdadeira, necessitamos de uma constatação baseada em fatos.

É nesse ponto que Chomsky destoa da tradição filosófica anglo-americana moderna, dada sua proposta de distinção entre os tipos de significados, a tendência reducionista, em alguns casos, não se contenta com a distinção entre verdades analíticas e afirmações verdadeiras em virtude de fatos. A distinção de Chomsky enfatiza que a “estrutura conceitual” de persuadir é independente da experiência: “A relação entre persuadir e ter intenção, ou decidir, é de estrutura conceitual, independente da experiência – ainda que esta seja necessária para determinar que rótulos são empregados em uma língua particular – com os conceitos que entram em tais relações” (Chomsky, 1988, p.33, tradução nossa).

Naturalmente, o problema de Platão torna-se central para a Linguística gerativista. Os dados disponíveis por hábito são demasiadamente limitados para explicar o alcance da nossa inteligência linguística. Com relação à “revolução de paradigmas”, encontramos na Linguística uma guinada cognitiva ou mentalista, inaugurada, principalmente, pela ressalva da pobreza do estímulo: “Esta diferença de percepção no que respeita a onde reside o problema da sobre-aprendizagem ou pobreza da evidência – reflete

muito claramente o efeito da mudança de foco que inaugurou o estudo da gramática gerativa” (Chomsky, 1994, p.27).

Os exemplos da pobreza da evidência são frequentemente citados por Chomsky. Podemos citar o caso da natureza das regras. Temos, aí, o fato de a utilização de regras dependentes da estrutura ocorrer sem evidência ou instrução direta. Geralmente, trata-se de regras computacionalmente discretas, que apenas envolvem o predicado “mais à esquerda” numa sequência linear de palavras. Na sequência de frases citadas por Chomsky (1994), encontramos uma perfeita ilustração do problema mencionado:

- |     |   |
|-----|---|
| (2) | I wonder who [the men expected to see them] |
| (3) | [the men expected to see them]              |
| (4) | John ate an apple                           |
| (5) | John ate                                    |
| (6) | John is too stubborn to talk to Bill        |
| (7) | John is too stubborn to talk to             |

Os exemplos (2) e (3) incluem orações limitadas por colchetes. O pronome *them*, apenas na oração (2), é dependente do referencial antecedente *the men*. Na construção (3), entende-se que o pronome tem um antecedente indicado de algum modo pelo contexto situacional, ou do discurso, mas não se refere aos homens. Como uma criança sabe interpretar esses casos específicos, de modo diferente e sem equívoco? Chomsky pergunta “por que razão nenhuma gramática pedagógica tem de chamar a atenção do leitor para estes fenômenos (que, de fato, só foram notados muito recentemente, no decurso do estudo de sistemas de regras explícitas na gramática gerativa)?” (Chomsky, 1994, p.27).

Voltando aos casos (4) e (5): a frase (5), obviamente, indica que John come algo, fato indutivo dado pelo verbo *to eat*, que seleciona um objeto, como em (4) (maçã). Na frase (5), o objeto está omissivo, por isso, é interpretado de maneira arbitrária. Mas, se aplicarmos

esse mesmo processo indutivo aos exemplos de (6) e (7), deveríamos, então, concluir que John é tão teimoso que não irá falar a uma pessoa qualquer (arbitrária). Por analogia com (6), usando o mesmo processo indutivo sobre (7), deveríamos concluir que (7) significa que John é tão teimoso que não irá falar a uma pessoa qualquer (arbitrária). Porém, o significado dessa frase é bastante diferente para o falante de inglês: John é tão teimoso que uma pessoa qualquer (arbitrária) não vai lhe falar (ao John): “De novo, sabemos isto sem qualquer treino ou evidência relevante” (Chomsky, 1994, p.27). O fundamental desses exemplos é que

as crianças não cometem erros na interpretação de frases como (6)-(7) após um certo período do desenvolvimento e, se cometessem, os erros não seriam em grande medida corrigíveis. É duvidoso que até as gramáticas tradicionais e escolares mais concisas notem fatos tão simples como os ilustrados em (2)-(7) e as mesmas observações estão muito para além do domínio das gramáticas estruturais. Assim que pensamos nas questões formuladas em (1), ocorre-nos uma grande variedade de exemplos do tipo dos referidos. (Chomsky, 1994, p.28)

O que é, em resumo, o conhecimento da língua? Como pensá-lo a partir do problema de Platão? A proposta de Chomsky é de que deveríamos pensar no conhecimento da língua como um “certo estado da mente/cérebro”, como um elemento relativamente estável em estados mentais transitórios. Além disso, o conhecimento da língua deve ser entendido como um estado direcionado pela chamada faculdade da linguagem, com propriedades, estrutura e organização específicas. Encontramos nessa faculdade uma espécie de “módulo” da mente. Na sequência, veremos como abordar o problema de Platão por meio da proposição da gramática universal.



# 5

## GRAMÁTICA UNIVERSAL E CONDIÇÕES SOBRE REGRAS

Desde a elaboração da Teoria Padrão, com seu marco racionalista, nos anos 1960, o projeto de investigação da GG passou por diversas mudanças. A Teoria Padrão Ampliada, por exemplo, posterior ao modelo de ATS, deflagrou uma sofisticada disputa sobre a semântica gerativa. Não será possível ou desejável citar aqui as diversas etapas dessas fases, presentes nos mais de cinquenta anos de pesquisas realizadas por Chomsky e seus colaboradores. Pretendemos indicar apenas alguns pontos gerais alcançados pela GG, demonstrando que o passar dos anos acrescentou maior precisão à definição do seu objeto de estudo.

Como foi possível observar, na primeira e segunda divisão desta parte, a resposta às críticas que surgiram ao empreendimento gerativo levaram Chomsky a diminuir o poder de expressão das transformações. As primeiras gramáticas se tornaram tão amplas a ponto de não poderem esclarecer a questão central do que é possível ou admissível para as línguas humanas. Para caracterizar com sucesso o desempenho linguístico, defrontou-se com a necessidade de redução das tarefas da gramática. Essa mudança foi crítica, pois, com ela, deu-se início à busca por princípios que diminuíssem o conjunto de regras de base das gramáticas. A teoria da GU se insere de maneira fundamental nesse processo.

As transformações, antes generalizadas, passam pelo crivo de regras gerais. As operações elementares tiveram sua composição modificada e a classe de transformações possíveis foi substancialmente reduzida, criando-se assim *condições sobre regras*. As mudanças foram possíveis graças às descobertas que indicavam regras e operações essenciais reguladoras de transformações. A tese “mova alfa”, por exemplo, é característica dessa mudança. Ela indica que certas transformações podem ser reduzidas a uma única regra, donde qualquer categoria pode ser movida para qualquer lugar. As condições abstratas da GU, depois dos anos 1960, tenderam a restringir severamente o poder de expressão das regras transformacionais, limitando, dessa forma, a classe de gramáticas transformacionais possíveis, Chomsky explica que esse processo foi desencadeado

para compensar o fato de as regras restritas dessa forma tenderem a gerar estruturas demais, foram propostos alguns princípios muito gerais, relativos às maneiras pelas quais as regras transformacionais devem ser aplicadas às estruturas apresentadas. Esses princípios gerais são de um tipo muito natural, em minha opinião, associados a restrições razoáveis sobre o processamento de informações, por meios provavelmente relacionados de forma estreita à faculdade da linguagem. (Chomsky, 2007a, p.184)

Na GU, esses princípios fornecem a estrutura básica para a “computação mental” que, em interação com regras de variedade e poder de expressão limitada, podem ser suficientes para explicar os curiosos arranjos de fenômenos descobertos quando estudamos em detalhes como as sentenças são formadas, usadas e compreendidas: “duvido que isso chegue a funcionar inteiramente, mas eles [os princípios] estão no caminho certo” (Chomsky, 2007a, p.185). A mudança de perspectiva, na investigação linguística, do comportamento e seus produtos para os sistemas de representação mental (e sua computação), nos traz uma série de questões ligadas à legitimidade da pesquisa. A tarefa principal da Linguística está em

encontrar os elementos essenciais da chamada língua-I.<sup>1</sup> Através dos mecanismos fornecidos pela GU, deve-se atentar para a coerência da tarefa descritiva, ou seja, devemos nos certificar se esses mecanismos são suficientemente ricos para dar conta da variedade das línguas. A segunda tarefa da Linguística, não menos importante, consiste em demonstrar que os mecanismos da GU são escassos, assim, poucas línguas se tornam acessíveis para os aprendizes (Chomsky, 1994).

Essas duas tarefas estão em conflito. A *adequação descritiva* exige, muitas vezes, o enriquecimento do sistema de mecanismos acessíveis, e a *adequação explicativa* ou *explanatória*, indica, por outro lado, que temos de restringir esses sistemas. Mas o que é uma língua humana possível, dada pela configuração da GU? A GU fornece-nos um certo formato para as línguas, uma especificação sobre os tipos de regras que satisfazem esse formato e qualificam uma língua humana possível. Qualquer sistema de regras emprega infinitas configurações; a mente humana, por conseguinte, aplica certas operações primitivas para interpretar os dados da experiência linguística. Em seguida, são selecionadas as línguas consistentes com essa experiência, de acordo com uma avaliação métrica que atribui um valor abstrato para cada língua.

Dessa forma, um estado inicial (E<sub>0</sub>) incorpora essas operações primitivas, isto é, o formato para possíveis sistemas de regras e de avaliação métrica. Em cada experiência, a faculdade de linguagem no E<sub>0</sub> analisa a classe de línguas possíveis, avaliando as que têm valor mais alto, consistente com os dados. Num estado E<sub>1</sub>, agrupam-se as regras da língua em questão. À medida que novos dados são apresentados, o sistema entra num estado E<sub>2</sub>, e assim por diante, até atingir um estado EE (estável). Essa hipótese empírica

---

1. Na conceituação técnica de Chomsky (1994), a GG deu passagem de um objeto de estudo, a língua-E, para outro, a língua-I. A língua-E representa a construção estruturalista, uma totalidade de enunciados externos. Já o conceito de língua-I, que se aproxima da tese mentalista, toma as línguas como estados mentais estáveis, atingidos pela faculdade de linguagem. A língua-I é abstraída diretamente, como um componente do estado atingido.

não leva em consideração a ordem exata em que são apresentados os dados; a aprendizagem, diz-se, é como se “fosse instantânea”, como se  $E_0$  projetasse seus dados diretamente em  $EE$ .

Para ilustrar o processo, podemos considerar uma *função* simples,  $E_0$ , por exemplo, que projeta uma coleção de dados  $D$  num determinado estado atingido. Se  $D$  for a totalidade dos dados fornecidos ao aprendiz de uma língua, então, o estado estável ( $EE$ ) atingido será a função  $E_0(D)$ , isto é, o resultado da aplicação dos princípios de  $E_0$  a  $D$ . A função em análise é um exemplo de modelo explicativo que se encontra, no caso, associado a uma teoria geral da aquisição da linguagem. A gramática gerativa é a teoria de uma língua, e essa teoria será *descritivamente adequada* à língua particular em descrição na medida em que a expõe corretamente. A teoria da gramática universal observa as condições de *adequação explicativa*, na medida em que estrutura as gramáticas descritivamente adequadas. Note-se que a “aprendizagem instantânea” é uma hipótese empírica, pois, afinal, é possível que alguns princípios de  $E_0$  só se tornem disponíveis para o sujeito num estado posterior da aquisição, ou seja, é possível que a faculdade de linguagem “amadureça”, tornando possíveis certos princípios em estados particulares do processo (Chomsky, 1994).

A aprendizagem instantânea (representada pela função  $E_0(D)$ ) envolve a possibilidade de uma opção de a GU ser fixada em um estado precoce da aquisição, e de que a escolha seja, então, invertida num estado anterior. As possibilidades da função não são inconsistentes com a hipótese empírica “de que o estado atingido é, de fato, idêntico ao resultado da aplicação ‘instantânea’ dos princípios de  $E_0$ ” (Chomsky, 1994, p.69). As evidências disponíveis, tomadas no conjunto, apresentam-se num dado instante do tempo. A hipótese é uma aproximação razoável, assim, as questões de maturação, ordem de apresentação dos dados, ou acessibilidade, não alteram a aquisição. Isto é, os estados intermediários atingidos não mudam os princípios disponíveis para a interpretação dos dados, que se revelam nos estados posteriores, não se afeta o estado atingido. Caso algum princípio opere em estados tardios da maturação,

nem por isso fica provado que certos princípios não se relacionam ao E<sub>0</sub>.

Tal modelo de aquisição e, consecutivamente, de explicação, foi inspirado basicamente na ideia de abdução de Charles Sanders Peirce. As limitações inatas produzem uma classe pequena de hipóteses admissíveis que são submetidas à correção. O problema da GU está na construção de uma classe de hipóteses admissíveis que sejam, afinal, limitadas, já que o problema essencial da aquisição está na complexidade da língua e na limitação dos dados disponíveis (pobreza do estímulo). Qualquer procedimento geral de indução, generalização, analogia, associação etc. não dará conta, por completo, dos fatos ou fenômenos para os quais não há experiência relevante.

A gramática universal deve oferecer a variedade máxima de sistemas de regras; para tal, deve indicar um sistema de regras para cada conjunto de estruturas recursivamente numerável. Se a língua externa (a *langue* ou Língua-E) for identificada pelo conjunto de estruturas geradas, podemos ver a GU como máxima. Todavia, a GU não se restringe às regras recursivamente geradas, não pode simplesmente se resumir ao conjunto dessas regras, pois é, antes disso, a proposta de regulamentação da forma dessas regras. A GU deve ser a variedade máxima dessas regras. Nesse ponto, vemos a referida *tensão* entre as necessárias adequações descritiva e explicativa. Há de se enfrentar tais exigências conflituosas; para se conseguir adequação explicativa, “é necessário restringir os mecanismos descritivos disponíveis para que poucas línguas sejam acessíveis, na adequação descritiva os estratagemas disponíveis devem ser ricos e diversificados para tratar de fenômenos patentes em línguas humanas possíveis” (Chomsky, 1994, p.71).

De acordo com Chomsky, a referida tensão é essencial para o projeto de investigação da gramática gerativa. O dilema se tornou evidente logo que o projeto gerativo foi elaborado. As primeiras construções gramaticais revelaram (conforme vimos) o problema da inteligência do leitor através de inúmeros fenômenos. Para tratar desses elementos, a classe de mecanismos descritivos foi expandida,

porém, essa exigência não poderia ser correta sem a adequação explicativa, que a acompanha. O poder descritivo das transformações precisava ser adequado a uma teoria que regesse a classe de transformações possíveis.

As mudanças na GG foram possíveis devido à coerência da investigação teórica exposta pela gramática universal. Nos anos 1960, já se exigia um marco explicativo global para as transformações. As gramáticas particulares tratam daquele conhecimento internalizado pelo falante de uma língua, porém, conforme o caráter dos “universais formais profundos”, capazes de conferir globalidade às línguas em estudo. A necessidade de formalização de uma gramática universal já é descrita desde as primeiras elaborações da GG. Em 1968, por exemplo, no livro *Linguagem e pensamento*, Chomsky explica as exigências das gramáticas particulares e da GU. Na primeira, buscam-se explicitar as regras que constituem o conhecimento de uma língua; na segunda, são analisados os princípios gerais que governam esses sistemas de regras particulares. Os dois modelos estão interligados, pois,

na prática, o linguista trata sempre do estudo tanto da gramática universal quanto da particular. Quando constrói uma gramática descritiva, particular de uma maneira e não de outra, tendo por base os dados de que dispõe, é guiado, conscientemente ou não, por certas suposições relativas à forma da gramática, e estas suposições pertencem à teoria da gramática universal. Inversamente, sua formulação de princípios da gramática universal deve ser justificada pelo estudo de suas consequências quando aplicada a gramáticas particulares. Assim, em vários níveis o linguista está implicado na construção de teorias explicativas, e em cada nível existe uma clara interpretação psicológica de sua obra teórica descritiva. No nível da gramática particular, tenta caracterizar o conhecimento de uma língua, certo sistema cognoscitivo que foi desenvolvido, inconscientemente é claro, pelo locutor-ouvinte normal. No nível da gramática universal, tenta estabelecer certas propriedades gerais da inteligência humana. A linguística, assim

caracterizada, é simplesmente o subcampo da psicologia que trata destes aspectos do pensamento. (Chomsky, 1971, p.44)

Como observamos, as estruturas profundas não são a expressão direta da gramática universal, pois profundo pode ser simplesmente aquele conhecimento internalizado, próprio a uma língua particular. Seria mais correto dizer que a GU se caracteriza por um trabalho de descoberta das *condições impostas sobre regras*,<sup>2</sup> tais como as que configuram as estruturas profundas em questão. Se a organização proposta pela GU inclui as propriedades universais responsáveis pela classe de gramáticas possíveis, dessa forma, permite especificar como são organizadas gramáticas particulares, quais são os componentes que as arranjam e suas relações. Busca-se entender, nesse aspecto, como são construídas as diferentes regras dos componentes gramaticais e como as gramáticas particulares interagem com esses elementos (Chomsky, 2007a).

As gramáticas particulares incluem, conforme observamos, regras de reescrita, regras transformacionais, regras lexicais, regras de interpretação semântica e fonológica. Assim, “parece que existem vários componentes em uma gramática, várias classes de regras, cada uma das quais com propriedades específicas, ligadas de uma maneira determinada pelos princípios da gramática universal” (Chomsky, 2007a, p.184). Por isso, a GU deve examinar aquelas condições primárias e reguladoras, presentes em todas as línguas. A questão, portanto, é: que condições iniciais de  $E_0$  se articulam com a experiência, refinando-a e produzindo gramáticas particulares (estados alcançados)? O conhecimento da língua, logo, deve ser formado por uma série de estados do cérebro, resultante da interação da GU com as experiências particulares.

A gramática universal constitui-se, assim, numa metateoria que, por meio de um conjunto de hipóteses empíricas, referentes a uma *faculdade da linguagem* biologicamente determinada, evidencia

---

2. Antes dos anos 1960, não havia distinção entre regras e condições sobre as regras. Essa distinção só apareceu em *Current issues in linguistic theory*.

a tarefa de uma criança ao aprender uma língua. A criança encontra línguas particulares, que serão selecionadas em ajuste com os princípios subjacentes determinados pela GU. Isso demonstra que “a sutileza de nossa compreensão transcende de longe o que é apresentado pela experiência” (Chomsky, 2007a, p.183).

O projeto da GU torna preciso o contexto de discussão das ideias inatas. Afirmar que há uma “língua inata” ou, ainda, que a “gramática é inata” é, como vemos, no mínimo, um erro de interpretação. Ora, sabemos pelo que averiguamos até aqui, que o inatismo de Chomsky se refere unicamente àquelas condições universais e abstratas de aquisição de gramáticas particulares. Temos conhecimento ainda, de acordo com as passagens citadas, que tais considerações não são exaustivas (são hipóteses empíricas), pois respondem apenas parcialmente ao fenômeno. Da mesma forma, alguns especialistas interpretaram as estruturas profundas como pertencentes à GU, um erro perigoso, que pode comprometer a descrição empírica das línguas particulares:

alguns filósofos contestaram, afirmando que seres humanos não têm “gramáticas inatas” – como eles acham que eu propus. Isso é simplesmente confundir gramática universal com gramática. É importante ter em mente que a gramática universal não é uma gramática, mas sim uma teoria da gramática, uma espécie de meta-teoria ou esquematização para a gramática. (Chomsky, 2007a, p.186)

Referência que também costuma provocar mal-entendido está na relação entre a GU e a Biologia. Convém tornar precisa a questão. A mudança de paradigma trazida pela GG impôs, como já notamos, a abordagem dos enunciados como estados mentais. Tais estados são alcançadas pela interação do organismo humano com o meio linguístico. Temos como resultado desse processo a apresentação de estágios mais ou menos regulares, que conhecemos por línguas. O que está em jogo na teoria da GU e da aquisição da linguagem é uma “faculdade de linguagem” comum à espécie humana,

parcialmente responsável pela regulação dos estados. Nesse sentido,

a GU deve ser vista como uma caracterização da faculdade de linguagem geneticamente determinada. Pode-se encarar esta faculdade como um “mecanismo de aquisição da linguagem”, um componente inato da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido: conhecimento de uma ou de outra língua. (Chomsky, 1994, p.23)

Se conhecer uma língua L, por exemplo, envolve uma propriedade de uma pessoa H, uma das tarefas das ciências do cérebro está em determinar aquilo que existe no cérebro de H, que é responsável pela existência de L. Quando dizemos que H *conhece* a língua L, isso significa que a mente/cérebro de H se encontra num certo estado. Cabe à ciência do cérebro a descoberta dos mecanismos que permitem a realização física do referido estado.

A assunção, portanto, é dupla. Chomsky nos diz que podemos tomar as propriedades de L por uma relação de estados cognitivos da mente/cérebro. Nesse processo, espera-se que a regularidade das propriedades possa ser explicada em relação ao cérebro, e não apenas à mente. Temos aqui uma “teoria da mente” que *repassa* às “ciências do cérebro” a tarefa de explicá-la fisicamente. Dessa maneira, as afirmações acerca de R e L pertencem a uma teoria da mente, “uma das tarefas das ciências do cérebro será a de explicar o que é que no cérebro de H (em particular, a sua faculdade da linguagem) corresponde ao conhecimento que H tem de L, ou seja, a razão pela qual R(H, L) se verifica e a asserção R(H, L) é verdadeira” (Chomsky, 1994, p.42).

Naturalmente, podemos chamar L de língua-I, incorporada como um estado, no sentido que já expusemos. Chomsky julga L uma entidade abstraída de um estado direcionado pela faculdade da linguagem, um componente da mente. Ao dizermos que H

conhece L, pode-se afirmar que H possui L (língua-I). O fundamental, nesse ponto, é que “as afirmações de uma gramática são afirmações da teoria da mente acerca da Língua-I; são, portanto, afirmações acerca das estruturas do cérebro formuladas a um certo nível de abstração dos mecanismos” (Chomsky, 1994, p.42). Essas estruturas cerebrais a que se faz referência são “coisas do mundo” com propriedades específicas. Mas, afinal, onde se sustenta o construto exposto em termos de uma “abstração de mecanismos?” Para Chomsky,

as asserções de uma gramática ou a asserção de existência de R(H, L) são semelhantes às asserções de uma teoria física que caracteriza certas entidades e as suas propriedades, fazendo abstração de todas as coisas que possam ser mecanismos que deem conta dessas propriedades: é como uma teoria do século XIX acerca de valências ou de propriedades expressas na tabela periódica. As asserções acerca da língua-I ou a asserção de que R(H, L) (para várias opções de H e de L) se verifica são verdadeiras ou falsas de maneira muito semelhante àquela em que são verdadeiras ou falsas asserções acerca da estrutura química da benzina, acerca da valência do oxigênio ou acerca do fato de o cloro e o flúor pertencerem ao mesmo grupo da tabela periódica. A língua-I pode ser aquela que é usada por um falante, mas não a língua-I L, mesmo se as duas gerarem a mesma classe de expressões (ou outros objetos formais), seja qual for o sentido preciso que damos a esta noção derivada. (Chomsky, 1994, p.43)

Chomsky não reduz a Linguística à Biologia, não é esta a intenção de sua teoria da faculdade de linguagem, mesmo depois de registrar uma infinidade de regularidades empíricas, sugerindo princípios para as construções linguísticas. As línguas não devem ser concebidas apenas como objetos externos, por isso se busca o “estudo do conhecimento da língua atingido e internamente representado na mente/cérebro”. A gramática gerativa de uma língua, por consequência, não é um conjunto de asserções acerca de objetos

exteriorizados construídos de uma determinada maneira. O que se pretende com a GG é representar exatamente aquilo que uma pessoa sabe quando usa uma língua; em outras palavras, busca-se indicar o que foi aprendido, “porque complementado por princípios inatos [...] a GU é uma caracterização destes princípios inatos e biologicamente determinados, que constituem uma componente da mente humana – a faculdade da linguagem” (Chomsky, 1994, p.44).

A faculdade de linguagem é um sistema distinto da mente/cérebro, com um estado inicial  $E_0$  comum à espécie (numa primeira aproximação, com exceção de casos patológicos) e aparentemente particular dessa espécie no que diz respeito aos aspectos essenciais. Dada a experiência apropriada, essa faculdade nos leva gradativamente de um estado inicial  $E_0$  para um estado final, relativamente estável (EE), que, então, sofre apenas mudanças periféricas, por exemplo, na aquisição de um novo vocabulário. Nesse sentido, “o estado atingido incorpora uma língua-I, é o estado em que se tem ou se conhece uma língua particular” (Chomsky, 1994). A GU é a teoria desse estado  $E_0$ , as gramáticas gerativas particulares são teorias das várias línguas-I alcançáveis. O estado estável tem, assim, dois componentes que podemos distinguir analiticamente. Esses componentes estão entrelaçados, há um componente que é específico da língua em questão e outro que é reflexo do estado inicial, aí contíguo. A primeira parte constitui aquilo que é “aprendido”, “se é que este é o conceito a empregar quando se pretende dar conta da transição do estado inicial para o estado maduro da faculdade da linguagem; pode muito bem não o ser” (Chomsky, 1994, p.45).

Como podemos notar, a categoria de língua-E nem cabe nesse quadro disposto por Chomsky. Não se levantam, por exemplo, questões de correção relativas às línguas-E, embora estas se encontrem caracterizadas. As línguas-E são, nesse caso, meros artefatos: “Podemos definir ‘língua-E’ de diferentes formas, ou mesmo não a definir, já que o conceito parece não desempenhar qualquer papel na teoria da linguagem” (Chomsky, 1994, p.45). A GU prevê que

um estado estável de conhecimento atingido e o estado inicial  $E_0$  são elementos reais da mente/cérebro, aspectos do mundo físico. A língua-I é abstraída diretamente como um componente do estado atingido. As afirmações sobre a língua-I, o estado estável e o estado inicial são asserções verdadeiras ou falsas sobre algo definido, sobre estados reais da mente/cérebro e de seus componentes (no âmbito das idealizações já discutidas). A relação entre a Linguística e a Biologia é tomada da seguinte maneira:

a linguística, concebida como o estudo da língua-I e do  $E_0$  toma parte da psicologia e, em última análise, da biologia. A linguística será incorporada nas ciências naturais à medida que forem descobertos mecanismos que tenham as propriedades reveladas nestes estudos mais abstratos. De fato, esperar-se-ia que estes estudos fossem um passo necessário para uma investigação séria dos mecanismos. (Chomsky, 1994, p.46)

Diante desse quadro, podemos nos perguntar: o que significa conhecer uma língua? Ao dizer que uma pessoa conhece uma língua não se está dizendo que ela sabe um conjunto finito ou representativo de frases ou de pares som-significado, acumulados como uma coleção sistemática e aceita extensionalmente. Tampouco podemos nos referir a um conjunto de ações ou de comportamentos predeterminados. Para Chomsky, “a pessoa conhece aquilo que associa de uma forma específica o som ao significado, que os faz ‘estar juntos’, uma caracterização particular de uma função, talvez. A pessoa tem uma ‘noção de estrutura’ e conhece uma língua-I, tal como esta é caracterizada pela gramática do linguista” (Chomsky, 1994, p.46).

O que, então – de acordo com o conceito de língua-I –, significa seguir uma regra? Trata-se de entender que, se existe uma regra no inglês, segundo a qual os verbos seguem os objetos, e se no japonês a regra é o contrário, isso indica que não estamos falando apenas de regras e normas de comportamento. As regras de uma

língua não são regras de um certo conjunto infinito de objetos formais ou de ações potenciais esperadas, mas regras que formam ou constituem a língua, como os artigos da Constituição ou as regras de xadrez, “que não é um conjunto de movimentos das peças, mas um jogo, um sistema de regras particulares”. Por isso

assumimos, é claro, que as regras estão de algum modo representadas em mecanismos físicos, e, tal como a química do século XIX, esperamos ansiosamente pelo dia em que saberemos exatamente como é que isso acontece. Mas não há interesse numa busca em que damos respostas a perguntas que ainda ninguém percebe e que dizem respeito a algo cuja evidência relevante ainda ninguém imagina como será. (Chomsky, 1994, p.250)

Ao conhecer uma língua não lidamos, simplesmente, com estruturas de conhecimento dadas. Segundo Chomsky, uma classe infinita de expressões associadas a significados, ou, ainda, de condições de uso, de ações, “nunca é dado”. Temos como dado simplesmente um objeto finito qualquer, um conjunto finito de fenômenos observados. Com base em fenômenos observados, a mente da criança constrói uma língua-I: “a criança acaba por conhecer uma língua”. A tarefa do linguista consiste em tentar descobrir a natureza desse processo, no esforço de especificar como a criança chega a uma língua-I.

Correntemente, acusa-se Chomsky de “inatismo”, esse julgamento, contudo, não condiz com a proposta da faculdade de linguagem posta em questão. Chomsky pode até mesmo ser acusado por um “exagero formalizador” (certamente não concordaria com Bakhtin), contudo não recusa a ideia do estudo da língua como produto social: “Pelo contrário, é difícil imaginar de que modo tais estudos poderão progredir frutiferamente sem se ter em conta as propriedades reais da mente que estão envolvidas na aquisição de uma língua, especificamente, as propriedades do estado inicial da faculdade da linguagem caracterizadas pela GU” (Chomsky,

1994, p.38). A língua-E, objeto de estudo da maior parte das gramáticas tradicionais ou estruturalistas, é simplesmente entendida como um epifenômeno.

É importante considerar o fato de que o estudo da linguagem, compreendido pela GU, que conduz a uma psicologia individual, não comete o equívoco de um subjetivismo dogmático, o estado de conhecimento atingido deve incluir – e sempre o faz – referências à natureza social da língua. A escolha de um tópico de pesquisa como o da GU pressupõe, dessa forma, o que Putnam, por exemplo, chamou de “divisão social do trabalho linguístico”. Exatamente por essa via, podemos notar que os aspectos discutidos pela GU não eliminam outros estudos sobre a estrutura da linguagem; afinal,

outros aspectos sociais da língua podem ser vistos de maneira idêntica – embora com isto não se pretenda negar a possibilidade ou o valor de outros tipos de estudos sobre a língua que incorporem a estrutura social, bem como a interação social. Contrariamente ao que por vezes se pensa, nesta ligação não surgem conflitos nem quanto a princípios, nem na prática. (Chomsky, 1994, p.38)

Divisamos, no projeto da GU, a articulação de uma estratégia de pesquisa para as ciências da mente. Esse procedimento, de um lado, demonstra ligação com a Biologia, pois apresenta a linguagem como um sistema orgânico, capaz de se desenvolver de maneira delimitada. Nesse âmbito, também operam elementos psicofísicos, não reduzidos. Os casos particulares, de desenvolvimento das línguas, reforçam a ideia de gramáticas determinadas pelas informações encontradas no organismo. Pode-se, com base nessa argumentação, explicar a semelhança entre todas as línguas e, ao mesmo tempo, suas diferenças.

**PARTE II**  
**SOBRE LINGUAGEM, NATUREZA**  
**HUMANA E LIBERDADE**



## 6

# A TEORIA DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Para Chomsky, uma teoria da aquisição da linguagem deve constar no escopo geral da investigação linguística, sobretudo se a Linguística for tomada como subcampo da Psicologia. Em 1965, em *Aspects of the theory of syntax*, ele advertia que, sem a adoção de uma teoria da aquisição, teríamos uma Linguística presa ao descritivismo, de cunho essencialmente antimentalista. A descoberta de propriedades profundas da linguagem, inexpressáveis no terreno estímulo-resposta, exigia uma teoria capaz de explicar os estados mentais alcançados a partir de uma função que restringisse as gramáticas possíveis, também chamadas gramáticas humanamente acessíveis.

O estudo da linguagem, nesses termos, considera a existência de uma capacidade de linguagem geneticamente determinada, que se firma como um componente do *espírito humano*. A teoria da aquisição encontra sua formulação justamente nessa proposição, em cujo âmbito se situa o “problema de desenvolver uma explicação da teoria linguística inata que fornece a base para a aprendizagem da linguagem” (Chomsky, 1965, p.108).

Se a teoria da aquisição/aprendizagem, em questão, é alicerçada sobre a universalidade do espírito humano, e se esta não se refere simplesmente a uma realização particular das gramáticas,

não falamos, obviamente, da aquisição de uma língua isolada. Essa teoria estende-se sobre a capacidade de aquisição das línguas em geral. Isto é, a teoria linguística empenha-se em selecionar, com êxito, uma gramática descritivamente adequada, apoiada nos dados linguísticos primários, procurando “uma explicação para a intuição do falante nativo com base numa hipótese empírica acerca da predisposição inata da criança em desenvolver certo tipo de teoria para tratar as informações que lhe são apresentadas” (Chomsky, 1965, p.108). Nessa medida, a teoria da aquisição é uma demanda consequente ao conjunto da teoria da GU.

Conforme observamos na primeira parte do livro, se a teoria linguística trata, afinal, de predisposições inatas, ela o faz através de um esforço dedutivo, invocando a chamada adequação explicativa. Tal esforço concentra a energia crucial para o avanço da teoria linguística para além da descrição de eventos isolados. Por conseguinte, o linguista que se depara com a tarefa de construir uma gramática gerativa, de uma língua particular, inicialmente buscará aqueles elementos primários com os quais todas as gramáticas são compatíveis. A base de elementos primários é o componente elementar dessa argumentação interna, a hipótese explicativa da teoria.

Mas os dados que compõem os elementos primários, como nos é sabido, ainda não constituem a gramática gerativa de uma língua. Essas informações são apenas parte de uma hipótese explicativa acerca da *forma da linguagem*. A forma da linguagem conduz ao que há de elementar na pesquisa gerativa de qualquer língua humanamente acessível. Caso não dispuséssemos dessa *forma*, a investigação e a construção de gramáticas gerativas partiria do zero a cada língua em análise. Estamos, enfim, lidando com uma capacidade de linguagem, própria do espírito humano. A teoria da aquisição da linguagem deve ser elaborada, exatamente, por meio da referência gerada pelas condições prévias e reguladoras da forma da linguagem.<sup>1</sup>

---

1. O conceito de forma da linguagem foi elaborado em sua forma primitiva na obra de Humboldt, que perguntava sobre a variedade das línguas: “Com

Em outras palavras, o desenvolvimento da linguagem ocorre a partir de um estado inicial comum à espécie, que podemos chamar  $S_0$  ou  $E_0$ , geneticamente determinado. Do estado inicial, passamos por uma sequência de estados  $S_1$ ,  $S_2$ , (...), até que um estado estacionário seja alcançado ( $S_8$ , por exemplo). O estudo do estado estacionário revela a gramática de uma língua, interiormente representada.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, se nos concentrarmos nos dados expressos em  $S_8$ , podemos construir uma sub-hipótese sobre o caráter de  $S_0$ , sempre satisfazendo, logicamente, condições empíricas.

Ao obtermos um inventário suficiente do estado alcançado em  $S_8$ , temos então um *estado cognitivo*. A hipótese acerca de  $S_0$  deve explicar-se pela passagem até  $S_8$ , nos termos dados pelas diferentes estruturas cognitivas alcançadas. A hipótese em questão ( $S_0$ ) é relativa à função que mapeia estados cognitivos em  $S_8$ , desta forma:

para toda a escolha de  $S$  suficiente para dar lugar ao conhecimento de uma língua humana  $L$ , essa função deve atribuir um  $S_8$  apropriado, no qual a gramática de  $L$  está representada. Poderíamos designar essa função sob o nome de “teoria da aprendizagem humana no domínio da linguagem”. (Chomsky & Piaget, 1983, p.53)

A teoria da aprendizagem humana no domínio da linguagem é chamada TA ( $H, L$ ) e, com  $S_0$ , abstraímos as diferenças individuais, especificando elementos do *caráter da espécie*. Estamos, assim, no ambiente da justificação interna – construção dos elementos primários –, um problema relacionado basicamente à teoria da aquisição da linguagem. O pressuposto dessa teoria está presente na

---

efeito, não é a presença de um sistema mais ou menos completo dessas formas, sua conveniência, sua clareza, sua brevidade, as que permitem reconhecer diferenças entre as línguas?” (Humboldt, s. d., p.8).

2. Segundo Chomsky, na fase estacionária, pouco se muda na língua, que, já amadurecida, encontra, sobretudo, apenas acréscimos no enriquecimento do vocabulário. Todas as estruturas essenciais capazes de gerar as frases da língua já estão disponíveis nesse estado (Chomsky & Piaget, 1983, p.56).

atribuição de universais de conhecimento tácitos à criança. A teoria da aquisição da linguagem realiza-se, dessa maneira, com a tarefa de elencar os pressupostos iniciais acerca da natureza do conhecimento linguístico. Essa explicação não pode ser falseada pela diversidade das línguas e, simultaneamente, deve ser satisfatoriamente rica e explícita a ponto de explicar a rapidez e uniformidade da aprendizagem da linguagem humana (Chomsky & Piaget, 1983).

Quando dizemos que os elementos primários gerais são responsáveis pela aprendizagem rica e uniforme, e que estão presentes em qualquer criança, afirmamos a existência de um dispositivo de aquisição da linguagem. Esse dispositivo põe-se em relação com os dados linguísticos primários e estabelece a base empírica para a aprendizagem da linguagem. Consequentemente, “a criança que adquire a língua, deste modo, sabe, evidentemente, muito mais do que aquilo que ‘aprendeu’” (Chomsky, 1965, p.116.) Fundamentalmente, os dados exteriores ativam o dispositivo de aquisição da linguagem, porém não alteram o funcionamento desse dispositivo. A descoberta de aspectos mais densos da forma linguística insere-se, como é possível notar, no movimento entre o particular e o geral, pois não é possível estipular um dispositivo geral para a aprendizagem sem que tenhamos acesso à manifestação das línguas particulares.

Os traços de determinadas línguas podem vir a se projetar em propriedades universais da linguagem (GU), todavia, não há o imperativo de levantar todos os dados das gramáticas particulares para produzir questões no campo da adequação explicativa. Seria um contratempo inútil, tendo em vista a imensidão de informações necessárias para tal arrolamento.<sup>3</sup> O inatismo é hipotético por essa razão. Somos levados a uma possibilidade lógica na adequação ex-

---

3. Chomsky está consciente dos riscos que corre ao estipular “propriedades particulares do espírito humano” tendo como base exemplos de uma única língua, a saber, o inglês. Mas, no seu modo de ver, “tal inferência justifica-se em virtude da hipótese de que os seres humanos não estão especificamente adaptados para aprender tal língua humana e não outra, digamos, o inglês em lugar do japonês” (Chomsky, 1983, p.65).

plicativa: “É dificilmente imaginável o modo como essa possibilidade lógica poderia ser realizada em detalhe, e todas as tentativas concretas para formular uma teoria linguística empiricamente adequada deixam com certeza amplo lugar”<sup>4</sup> (Chomsky, 1965, p.119).

A constituição de uma teoria da aprendizagem como possibilidade lógica, envolve, em primeiro lugar, a seleção de um organismo (O) e de um domínio do conhecimento (D). Assim, obtemos uma teoria da aprendizagem (TA) do organismo O no domínio D. A TA conta com mecanismos de entrada (*input*) e saída (*output*). A entrada (*input*) situa-se nos elementos de um domínio de conhecimento para um organismo selecionado, a saída (*output*) é representada internamente, não está exposta ou marcada. Para cada domínio da saída, temos *estruturas cognitivas*, elementos do *estado cognitivo* alcançado por O. Depois de estabelecida uma TA, podemos chegar a uma teoria da aprendizagem aplicada à linguagem. Dessa forma, teremos uma TA (H, L), na qual O refere-se aos humanos e D ao domínio do conhecimento linguístico:

Assim, TA (H, L) – a teoria da aprendizagem dos humanos no domínio da língua – será o sistema de princípios pelos quais os humanos chegam ao conhecimento de uma língua, a partir da experiência linguística. Isto é, a partir da análise preliminar que são capazes de desenvolver, baseados nos elementos da linguagem. (Chomsky, 1975a, p.20)

A estrutura interna postulada na TA (H, L), através de notações, não indica que ela se resolva na simplicidade gráfica adotada. As estruturas cognitivas e os seus respectivos estados cognitivos alcançados, de que as estruturas fazem parte, são bastante com-

---

4. Com base nessa afirmação, não deveria causar-nos espanto o fato de que algumas propriedades não venham a se confirmar, ou seja, que sejam refutadas empiricamente ao longo da pesquisa. Segundo Chomsky, por se tratar de hipóteses de pesquisa, portanto falíveis, a teoria torna-se até mesmo “saudável”, pois tal característica mantém “viva a disciplina” (Chomsky, 2007a).

plexos. Além do mais, as dificuldades na elaboração da TA não são pequenas, pois há, especialmente, uma grande diferença de resultados obtidos na aprendizagem dos indivíduos. Chomsky admite que uma TA (O, D) pode não ser desenvolvida com uma margem temporal uniforme, o que resultará em dificuldades para apontar estados cognitivos constantes. Porém, mesmo com tais dificuldades, idealiza-se a TA como *instantânea*.

Após afastar essa dificuldade inicial, outras logo se impõem, pois ainda é necessário saber: (questão 1) o que será selecionado como domínio de conhecimento D; (questão 2) a forma pela qual O determina os elementos de D, para, então, constituir a experiência através da idealização de uma aprendizagem instantânea; (questão 3) determinar a natureza da estrutura cognitiva obtida, ou seja, definir O da maneira mais correta possível, explicando o que O atrela ao domínio D; (questão 4) depois de resolvidas as metas anteriores, finalmente resta a tarefa de determinar uma TA (O, D) como um sistema que relaciona a experiência com o que é aprendido.

A TA, destarte, relaciona a experiência com um *estado do conhecimento*, constituindo um sistema TA (O, D)<sub>s</sub>, no qual O é fixo, e D um domínio qualquer. Cada TA (O, D) engloba uma *estrutura cognitiva*. Com as diversas estruturas obtidas de TA (O, D)<sub>s</sub>, que funcionam em harmonia e de maneira conjunta para um O fixo, forma-se um *estado cognitivo*. A Figura 6 representa graficamente o processo da aprendizagem.

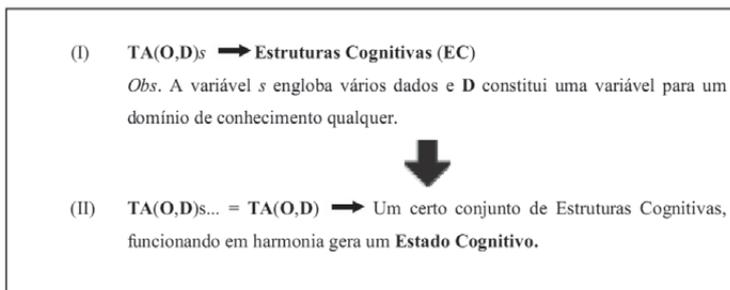


Figura 6

É fundamental apontar que as fases do esquema exposto na Figura 6, na teoria da aprendizagem, indicam “uma espécie de reconstrução lógica da investigação racional”. Para Chomsky, não faz sentido tentar relacionar dois sistemas, como a experiência e o que se aprende, sem que tenhamos antecipadamente ideia do que eles implicam (questão 1). Só é possível determinar essa relação a partir do momento em que há a noção prévia do que sabemos (hipótese falseável). Geralmente, nas formulações da teoria psicológica, “aquilo que se aprende” não é apontado com clareza. Então, D será selecionado de acordo com as habilidades inexplicáveis diante do treino; no domínio L são diversas habilidades, algumas delas notadas no capítulo sobre o problema de Platão.

Chomsky identifica no organismo uma condição prévia, da natureza do conhecimento, que indica de maneira crucial as diretrizes da pergunta sobre a aprendizagem (o que se aprende?). Porquanto, antes de tudo, estamos falando de humanos, dotados de características únicas em relação à posse da linguagem. A condição prévia oferece ao indivíduo um mundo de possibilidades. Logo, no estudo do comportamento, admite-se explicitamente, na posição investigativa, um fator qualitativo inicial. Ou seja, a experiência *amadurece* o organismo, obrigando-o a enfrentar condições exteriores, mas não altera dados essenciais como a *capacidade de linguagem*.

Pelo histórico das condições de estímulo que um organismo recebe, probabilisticamente, alguns pesquisadores consideram a existência de um mecanismo M para o comportamento. Porém, prever o comportamento através de um mecanismo M, com base em probabilidades, considerando a experiência passada e as condições de estímulo posteriores, não é central para Chomsky, pois,

não há dúvida de que aquilo que o organismo faz depende em parte da experiência, mas parece-me completamente inútil investigar diretamente a relação entre experiência e ação. Pelo contrário, se estamos interessados no “problema das causas do comportamento” como problema científico, devemos, pelo menos, analisar a relação entre a experiência e o comportamento em duas partes

distintas: primeiramente a TA, que relaciona a experiência com o estado do conhecimento, e seguidamente um mecanismo Mcs, que relaciona as condições de estímulo com comportamento, a partir do estado cognitivo EC. (Chomsky, 1975a, p.23)

A proposta de investigação da teoria da aprendizagem, portanto, aponta como sem solução a investigação isolada de M (estímulo e experiência). A primazia está em investigar a natureza da TA, indicando que estados de conhecimento podem surgir do contato do estado inicial ( $S_0$ ) com a experiência. A tentativa de estudar diretamente a relação do comportamento com a experiência levará à “trivialidade e insignificância científica” (Chomsky, 1975a). Para a investigação pretendida, surgem ainda questões cruciais: (1) Será o caso de a TA (O, D) ser sempre a mesma, quaisquer que sejam os O e D que escolhermos? (2) Haverá características significativas comuns a todas as (O, D)s? Para essas perguntas, a primeira rota de uma resposta nos aponta a condição física do objeto investigado. Temos de lembrar a postura biológica adotada no campo da linguagem:

gostaria de sugerir que as questões interessantes da “teoria da aprendizagem”, essas questões que nos poderão conduzir a uma teoria elucidativa e que fundamentalmente se relacionam de modo mais vasto com o corpo da ciência natural, aquelas para as quais a nossa primeira suposição foi essencialmente correta. Isto é, as questões interessantes, aquelas que nos permitem esperar penetrar na natureza dos organismos, serão as que surgem na investigação da aprendizagem nos domínios em que há uma estrutura não trivial uniforme para os membros de O. (Chomsky, 1975a, p.24)

A proposta de uma TA com mecanismos instantâneos envolve, dessa forma, um postulado biológico. Chomsky não vê razão para que não investiguemos estruturas cognitivas do mesmo modo que

se estudam os demais órgãos físicos. O cientista natural deverá preocupar-se, necessariamente, com a estrutura básica desses órgãos, estrutura determinada geneticamente. Por essa ótica, deve haver uma estrutura comum a todas as espécies, abstraindo aqui as dimensões de variação e do ritmo de desenvolvimento.

O postulado biológico conduz à citada idealização; nesse sentido, abre-se caminho para a resposta da questão da variabilidade dos estados de aprendizagem (questão 2). Se uma TA (O, D) é caracterizada pelo O que lhe é correspondente, então trata-se do domínio de uma espécie. Então, TA (O, D) pode ser sempre a mesma quaisquer que sejam os O e D? Para Chomsky, “evidentemente que a resposta deve continuar a ser um não bem firme”. A TA no organismo humano lida com a capacidade de linguagem, e não podemos transpor essa faculdade para qualquer modalidade de TA no mundo natural. Já que

falta-nos uma concepção interessante de TA (O, D) para as várias opções de O e D. Existem, segundo creio, alguns importantes passos possíveis para TA (H, L), mas nada comparável noutros domínios da aprendizagem humana. O que se conhece acerca dos outros animais – tanto quanto eu sei – não nos sugere qualquer resposta interessante para (2). (Chomsky, 1975a, p.25)

Consequentemente, é difícil extrapolar as conclusões. A ideia de que uma língua se desenvolve baseada em capacidades gerais de aprendizagem também pode não ser plausível, pois até mesmo na produção sensorial parecem haver adaptações ligadas exclusivamente ao organismo humano. É realmente difícil generalizar que o domínio cognitivo da linguagem é da mesma ordem de uma TA (O, D) de outro domínio, por exemplo, para ratos. Não é possível afirmar que os organismos aprendem de modo semelhante através de diferentes domínios cognitivos. O domínio TA (H, L), até o momento, é exclusivo de nossa espécie. Só o organismo humano, portanto, atrela-se ao domínio cognitivo da linguagem (questão 3):

de modo semelhante, pode-se estudar outros domínios cognitivos no homem e em outros organismos [mas] não esperaríamos certamente encontrar propriedades interessantes que sejam comuns a TA (O, D) para quaisquer O, D. Por outras palavras, não esperaríamos por certo descobrir algo a que pudéssemos chamar uma “teoria geral da aprendizagem”. (Chomsky & Piaget, 1983, p.53)

A linguagem humana, afinal, distingue-se de maneira crucial de qualquer domínio de conhecimento pertencente ao resto do mundo natural, mas, constatar propriedades como a dependência da estrutura – entre outras vinculadas ao problema de Platão – pertencentes ao domínio de  $S_0$  pode nos levar a uma *resolução* a respeito dos elementos gerais da inteligência humana? Se a TA (H, L) versa sobre um domínio específico de habilidades, próprias da linguagem, é possível extrair algo mais geral desse componente?

Nota-se que, graças à extensão da teoria da aquisição para o espírito humano, temos aí uma questão de fundamental interesse para o conceito de natureza humana. O caráter universal da aquisição agrega elementos gerais da natureza da inteligência humana, revelando, dessa forma, os produtos e realizações desta (mesmo que pontuais). Isto é, dentre as estruturas intelectuais humanas, inevitavelmente já distinguimos o dispositivo de aquisição da linguagem. Tal fato é de extrema relevância, pois a Linguística aponta qualitativamente para o modo de manifestação desse dispositivo. Mesmo que, para outros ramos da inteligência que não dizem respeito à capacidade de linguagem, não exista um discurso qualitativo satisfatório:

o dispositivo de aquisição da linguagem é apenas um componente do sistema total de estruturas intelectuais [...] a faculdade de linguagem é apenas uma das faculdades da mente. O que pode se esperar é que exista uma diferença qualitativa entre o modo como o organismo possuindo um sistema funcional de aquisição da linguagem enfrenta e trata sistemas que são semelhantes à linguagem

e o modo como enfrenta e trata outros que não são. (Chomsky, 1978, p.140)

Percebemos, no trecho citado, que o dispositivo de aquisição da linguagem é apenas um dos componentes presentes na estrutura intelectual humana (uma das faculdades da mente). Mas, afinal, como se configura esse *sistema total de estruturas* intelectuais? Chomsky indica, nesse texto escrito em 1965, que pouco sabemos sobre um sistema total, pois nem aprendemos algo de definido sobre a linguagem, uma de suas peças essenciais.

Em 1975, no entanto, quando Chomsky amplia a discussão em torno da possibilidade de uma teoria da aprendizagem humana, que inclui a linguagem como um dos seus componentes, retoma-se o tema das faculdades da mente. Surge a ideia de que, através da análise da teoria da aprendizagem humana e sua condição geral, podemos *entender* algo dos aspectos gerais das estruturas intelectuais. Até aquele momento, somente a linguagem desfrutava do melhor detalhamento qualitativo. Chomsky enfrentará a questão propondo a pergunta: “existirá uma teoria da aprendizagem que possa ser considerada a teoria da aprendizagem?”.

A resposta à pergunta sobre tal generalização da teoria da aprendizagem, se bem-sucedida, pode lançar alguma luz sobre as questões que envolvem o caráter da inteligência humana e, como veremos, dessa resolução poderemos extrair consequências imediatas para a elaboração de um conceito de natureza humana, entendido como um conjunto de esquematismos ou princípios de organização inatos que refletem o comportamento social, intelectual e individual dos homens (Chomsky, 2006a, p.72). Mas, como a linguagem possibilitaria a construção de “uma teoria da aprendizagem” tão geral? Veremos no próximo capítulo essa questão indispensável; afinal, através dela algo pode ser dito sobre a natureza humana, o que não quer dizer que *tudo* possa ser dito sobre o comportamento, que está apenas refletido na natureza humana.



# 7

## LINGUAGEM E NATUREZA HUMANA

O principal obstáculo para o estabelecimento de ligações entre a política e o estudo da linguagem está na dimensão da investigação encerrada pela Linguística, mais precisamente, em seu produto, a estrutura linguística. Vimos até agora que a Linguística considera um objeto muito específico: a faculdade de linguagem. O conjunto das propriedades e demonstrações da gramática gerativa é de ordem técnica, refere-se à capacidade humana para a linguagem dentro de uma teoria da aprendizagem. As perguntas a que chegamos, por ora, são basicamente duas, interligadas: como poderíamos extrair desse tipo de estudo da linguagem alguma consideração sobre os aspectos gerais da natureza humana (em uma TA (H, L), por exemplo)? Como seria possível encontrar relações entre o estudo da linguagem e questões de ordem política?

Para Chomsky, inicialmente, pouco pode ser dito sobre os termos físicos das propriedades estipuladas para a linguagem. Para tais propriedades, constroem-se teorias explicativas da mente e de seus fenômenos, na expectativa de uma futura redução.<sup>1</sup> O campo da Linguística dispõe dos melhores resultados no que se refere a

---

1. A redução física, aqui entendida, vincula-se aos mecanismos biológicos de causa e efeito.

teorias explicativas qualitativas, mas, segundo Chomsky, pouco desse conhecimento *técnico* produzido em Linguística pode ser alvo de reflexões que se transformem em temas políticos concretos. Afinal, a competência, por exemplo, apenas gesta a performance efetiva. As falhas de memória, a rapidez, a entonação, entre outras questões que interferem na comunicação bem-sucedida e efetiva, são abstraídas na concepção de estrutura subjacente.

Como é óbvio, não pretendemos discordar de Chomsky e introduzir à força uma “ideologia da gramática transformacional”.<sup>2</sup> A estrutura profunda não comporta tal interpretação, talvez uma teoria da performance o faça, mas Chomsky não se dedica ao tema. A relação entre política e linguagem, no entanto, não se reduz diante da incapacidade técnica de justificação da primeira. Veremos que, se a Linguística não pode oferecer uma “base profunda” para a política, pode, contudo, fornecer elementos para uma concepção de *natureza humana* capaz de soerguê-la com alguma sofisticação. Para Chomsky, tal recurso baseia-se na construção de um *modelo sugestivo*, mediado pelo conceito de natureza humana. As limitações da teoria política de Chomsky talvez estejam justamente nesse ponto: na projeção de elementos da competência em aspectos de um “modelo da ação comunicativa”, que envolve, por exemplo, o mundo da vida. Voltaremos a essa questão mais à frente.

É a partir do conceito de natureza humana que a reflexão política de Chomsky ganha sua melhor apresentação. Neste capítulo, buscaremos entender como se constrói tal concepção em relação à teoria da aquisição da linguagem. Depois de estabelecida a fundamentação da natureza humana, analisaremos as repercussões propriamente políticas do chamado *modelo sugestivo*. Partimos, desse modo, do conceito de natureza humana, pois ele oferece, ao ver de Chomsky, o melhor caminho para a consolidação de uma visão

---

2. Augusto Ponzio tece a ideia de que há uma mentalidade “burguesa” na gramática transformacional, que encara a linguagem fora do âmbito cultural das ideologias (Ponzio, 1974).

estruturada daquilo que podemos esperar dos homens. Além do mais, se a relação entre política e linguagem existe, esta se encontra mediada justamente pelo conceito de natureza humana. Veremos que é pelo estudo da linguagem que se extrai a fundamentação para a natureza humana e, dessa fundamentação, chega-se à política.

No trecho a seguir, Chomsky nos fala sobre a conexão entre Linguística e política, asseverando que a relação entre as matérias não pode ser alcançada fora da mediação estabelecida pelo conceito de natureza humana, afinal,

se há conexão é em nível abstrato. Não disponho de acesso a métodos incomuns de análise e qualquer conhecimento especial que tenha relativo à linguagem não tem correspondência imediata com temas sociais ou políticos [...] Não há ligações diretas entre minhas atividades políticas, nas quais incluo meus textos e outras ações, e o trabalho que faço referente à estrutura da linguagem, *embora de certa forma tudo talvez derive de concepções e atitudes comuns sobre aspectos básicos da natureza humana.* (Chomsky, 2007a, p.13, grifo nosso.)

Localizamos, nessa passagem, a mencionada contenção entre os estudos da estrutura da linguagem e os temas de natureza política e social. Graças a essa nuance, geralmente corre-se o risco de ver aí um fosso na obra chomskiana. Tal limitação, colocada no centro dos estudos da estrutura da linguagem, oferece aos desavisados, aparentemente, motivos suficientes para o abandono das reflexões em torno de uma teoria política relacionada ao campo da linguagem.

Todavia, não é esse o caminho escolhido por Chomsky. Apesar dos impasses, há um interstício, uma fresta para a reflexão política e social através da reflexão sobre a linguagem. Esse desenvolvimento irrompe no mesmo trecho em questão e refere-se à possibilidade de que “tudo talvez derive” dos “aspectos básicos da natureza humana”. Ora, o conceito de natureza humana é conse-

quência de um aprofundamento da leitura sobre as propriedades da linguagem (TA (H, L)). Portanto, fica claro que, ao falar sobre linguagem e política, jamais poderíamos deixar de ressaltar a devida mediação. Falar de uma ideologia política da gramática transformacional ou gerativa é descartar a complexa mediação existente.<sup>3</sup> A política, no pensamento de Chomsky, como veremos, não parte da Linguística pura, antes disso, suas elaborações políticas são recriadas na natureza humana, um conceito intermediário às disciplinas em questão. Não há, assim, o acesso direto a uma “teoria política gerativa”, pois tal afirmação não encontraria respaldo.

Para avaliarmos a extensão da mediação, podemos recorrer, mais uma vez, ao livro *Reflexões sobre a linguagem*, publicado em 1975. No prefácio, Chomsky expõe: “estas considerações sobre o estudo da linguagem serão, na sua maioria, não técnicas e assumirão um caráter de certo modo especulativo e pessoal”<sup>4</sup> (Chomsky, 1975a, p.9). Abre-se um espaço inusitado aqui, referente à reflexão sobre a linguagem, cujo caráter principal está na natureza não técnica da argumentação. Chomsky, em *Reflexões*, aspira um lugar para o estudo da linguagem que ultrapasse aquele consagrado ao estudo *técnico* encontrado na Linguística. Logo à frente, com mais detalhes, nos esclarece qual a intenção de um estudo da linguagem efetuado por meio de uma abordagem “não técnica”:

pelo contrário, prefiro analisar as características e os objetivos desse estudo, perguntar – e, segundo espero, explicar – até que ponto os resultados obtidos na linguística técnica podem interessar alguém que não se sinta *a priori* atraído pela relação que

---

3. O trabalho de Augusto Ponzio é citado pelo *Dicionário do pensamento marxista* como uma “refutação às teses inatistas de Chomsky” (Outhwaite & Bottonmore, 1996).

4. É preciso acentuar que o tom pessoal não indica um campo trivial, pois tal estudo pode desenvolver-se de um “modo adequado” apesar de não técnico, ou seja, nem toda demonstração com validade guarda relações puramente técnicas em sua elaboração.

existe entre a formação interrogativa e a anáfora. (Chomsky, 1975a, p.9)

Com essas citações, já podemos notar que existem diferenças de abordagem no estudo dos fenômenos da linguagem. Devido ao grau técnico das análises, a linguagem estudada pela ótica linguística oferece, aparentemente, pouco interesse àqueles que não sejam versados nessa disciplina científica. Pois, de fato, como a estrutura de formação de frases interrogativas ou a anáfora poderiam interessar a outros campos intelectuais? É por essa aparente dificuldade que Chomsky propõe explicar, em seu livro, “até que ponto” a leitura da Linguística pode interessar a outros ramos intelectuais.

Existe, dessa forma, a possibilidade de aproximação dos temas da linguagem com os tópicos sociais e políticos, como existe, ao mesmo tempo, distância destes em relação à Linguística e seus estudos específicos sobre a estrutura da linguagem. As estruturas linguísticas, assim dispostas pela formalização, explicam apenas parcialmente o uso infinito dos meios finitos: “um procedimento gerador incorporado na mente/cérebro pode fornecer os meios para este ‘uso finito’, mas isso nos deixa ainda distantes daquilo que os investigadores tradicionais tentavam entender: em última análise, o aspecto criativo do uso da linguagem” (Chomsky, 1981, p.23). O conjunto dessas estruturas, em relação ao conhecimento humano, revela somente na arena epistemológica algo da natureza da espécie, que poderia ter relação com a política.

As diferenças entre a Linguística e as *reflexões sobre a linguagem*, dessa maneira, podem ser marcadas aqui pela ideia de “recinto”, o conhecimento produzido na Linguística refere-se a um recinto técnico e específico. É no recinto das reflexões sobre a linguagem que poderemos extrair o caráter intelectual mais vasto da temática linguística: “uma gramática moderna geradora procura determinar os mecanismos que fundamentam o fato de que a sentença que estou agora propondo tem a forma e o significado que tem, mas nada tem a acrescentar sobre como eu a escolho e por quê” (Chomsky, 1981, p.23).

A separação por recintos, dessa forma, caracteriza diferentes problemas e abordagens para a linguagem, cada recinto engloba um gênero de abordagem. Chomsky se refere ao conceito de natureza humana como parte de uma *teoria da acessibilidade*. Em outras palavras, o conceito de natureza humana pode ser estruturado e acessado em um certo recinto, sem que se limite ao domínio técnico. Veremos, adiante, como se manifesta tal teoria da acessibilidade. Basta-nos ressaltar, até aqui, que para ultrapassarmos o recinto linguístico só mesmo através de portas de acesso. Essa porta é o que visamos no pensamento de Chomsky, e sua chave, por assim dizer, está na mediação do conceito de natureza humana.

Se formos capazes de entender a interação dos recintos e suas delimitações, teremos, então, adquirido alguma compreensão da relação entre a política e os estudos da linguagem. Essa discussão, como se entrevê, é patente logo no prefácio de *Reflexões*, no qual o autor indica-nos a possibilidade de uma abordagem não técnica da linguagem, um recinto no qual podemos selecionar uma série de questões não triviais, referentes à linguagem, porém de maneira não técnica, como na ciência linguística.

A construção de um modelo sugestivo é possível devido ao processo de articulação de recintos balizado pela natureza humana. É nesse ponto que a observação sobre a linguagem converge com temas políticos e sociais. O livro *Reflexões* dedica-se, justamente, a esse “quadro mais vasto”, onde encontramos um empreendimento filosófico sobre o objeto linguagem que ultrapassa os temas técnicos, nos levando a outras matérias mais abrangentes:

esboçarei o que me parece ser um esquema adequado no qual o estudo da linguagem possa provar ter um interesse intelectual mais vasto e considerarei as *possibilidades de construir uma teoria da natureza humana baseada num modelo deste gênero*. (Chomsky, 1975a, p.9, grifo nosso)

Uma teoria da natureza humana, portanto, pode exceder o recinto do estudo técnico da linguagem, conferindo sentido para um

arranjo de reflexões de ordem moral, política e estética. Uma abordagem genérica<sup>5</sup> das capacidades cognitivas humanas aponta para essa disposição. Ao mesmo tempo em que Chomsky seleciona capacidades criativas excepcionais, ao observar a linguagem humana, surgem indicações de intuições que estão além do controle da experiência imediata. É, pois, na linguagem que encontraremos a manifestação, de modo mais geral, de estruturas cognitivas complexas, as quais nos indicam que, “ao estudarmos as particularidades das línguas naturais, a sua estrutura, organização e utilização, podemos esperar obter algum conhecimento das características específicas da inteligência humana” (Chomsky, 1975a, p.10).

A partir de características específicas, podemos chegar ao “interesse intelectual mais vasto”? Caso a resposta à pergunta não seja satisfatória, corremos o risco de apenas especular sobre a natureza humana e os aspectos gerais da inteligência. Mas Chomsky propõe que é justamente pela capacidade de falar que podemos levantar um modelo sugestivo para outros domínios:

podemos esperar aprender algo sobre a natureza humana; algo significativo, se de fato [a linguagem] é verdadeiramente representativa e a mais notável característica das espécies. Notemos ainda que não é despropositado supor que o estudo desta realização humana – a capacidade de falar e compreender uma língua – pode servir de modelo sugestivo de investigação noutros domínios da intuição e ação humanas que não se apresentam tão convidativos à observação direta. (Chomsky, 1975a, p.11)

Existe, portanto, um “modelo sugestivo”, extraído do estudo da linguagem, referente às realizações excepcionais da inteligência humana. É da apreciação da capacidade de linguagem que se espera extrair algo sobre a natureza humana, suas habilidades e potencialidades e, desse modo, investigar outros domínios de nossa ação

---

5. Chomsky também se refere ao modelo sugestivo como “abordagem genérica”.

com base nessas características. Chomsky acentua, no entanto, que a análise do modelo sugestivo não é da mesma ordem obtida na determinação de uma estrutura linguística. Aquilo que se pode esperar do restante das capacidades cognitivas é encontrado, exatamente, pela observação da capacidade humana para a linguagem. Temos, dessa maneira, uma passagem genérica das observações sobre a linguagem para a *capacidade cognitiva humana geral*. Ou seja, a capacidade de linguagem revela certa “expressão do pensamento”, capaz de indicar a possível esfera da ação humana como manifestação de um universo “intelectual mais vasto”. Se

a faculdade de linguagem, ao ser estimulada adequadamente, construirá uma gramática; as pessoas conhecem a língua gerada pela gramática construída. Este conhecimento pode ser então usado na compreensão do que se ouve e na produção da fala como expressão do pensamento, dentro das limitações dos princípios interiorizados, de modo adequado às situações, sendo estas concebidas por outras faculdades mentais livres do controle de estímulos. *Problemas relacionados com a capacidade de linguagem e a sua utilização são os que, pelo menos para mim, dão ao estudo técnico da linguagem um interesse intelectual mais vasto.* (Chomsky, 1975a, p.19, grifo nosso)

Sabemos que a postulação de “princípios interiorizados” atribuídos ao espírito humano nos indica uma faculdade de linguagem. Conforme o estímulo recebido, tal faculdade gerará diferentes línguas (gramáticas particulares), que podem, a partir de então, ser assimiladas. A teoria da gramática universal (GU) corresponde a esse conhecimento geral utilizado para pensar e produzir a fala em diferentes línguas. Esse conhecimento, no entanto, não é diretamente acessível à introspecção (como propunha o cartesianismo clássico), pois é inconsciente e involuntário, constituindo parte do esquematismo que carregamos enquanto espécie. O fundamental, no trecho, é a indicação de que tanto a análise quanto a determinação das estru-

turas específicas da GU podem servir de apoio (modelo) para a reflexão dos problemas gerais relacionados à capacidade de linguagem.

Os elementos da capacidade de linguagem nos dão a perspectiva da existência de uma organização complexa reguladora da experiência linguística; tal perspectiva aponta para a necessidade de uma “condição prévia”, arraigada ao espírito. Dessa maneira, temos a pressuposição geral da Linguística cartesiana: os princípios da linguagem e da lógica natural são conhecidos inconscientemente, sendo, em grande parte, condição prévia da aquisição da linguagem, mais do que uma questão de “instituição” ou “treinamento” (Chomsky, 1971, p.79). O importante aqui é que Chomsky acredita poder utilizar as informações reguladoras da experiência linguística para indicar uma predisposição geral do espírito, pois os mecanismos perceptivos compõem-se da mesma uniformidade encontrada na produção da linguagem:

a percepção e a produção da fala compõem-se numa uniformidade, podemos atribuir a tal uniformidade à esfera de uma visão geral sobre a natureza humana, com ela, uma reflexão do lugar do homem no mundo e do que se espera desse, dadas suas características essenciais de produção e desenvolvimento através do conhecimento da linguagem. Segue-se, pois, que tanto os mecanismos perceptivos quanto os mecanismos de produção da palavra devem empregar o sistema subjacente de regras gerativas. É por causa da virtual identidade desse sistema subjacente na pessoa que fala e na que ouve que a comunicação pode se dar, sendo a participação em um sistema gerativo subjacente atribuível, em última instância, à uniformidade da natureza humana. (Chomsky, 1972, p.86)

Uma teoria da aprendizagem humana (TA) deve, então, levar em consideração, justamente, aqueles conhecimentos reguladores da experiência linguística presentes na faculdade de linguagem. Tal “conhecimento” exprime-se por respostas inconscientes obtidas por diferentes intuições. A verificação de uma intuição qualquer – que transcende o treinamento linguístico – envolve o que é chamado

*domínio de conhecimento* (D) dos humanos (H). Uma teoria da aprendizagem humana abarca vários desses domínios TA(H, Ds), que correspondem a faculdades do espírito, inatas. Entre os vários domínios do “conhecimento” humano, encontramos aquele vinculado à linguagem. A teorização do conjunto desses domínios, na linguagem envolve a elaboração da gramática universal (GU), que é um subproduto da teoria da aprendizagem humana, ou seja, uma teoria da aprendizagem humana para o domínio da linguagem, que corresponde à TA (H, L):

definamos “gramática universal” GU como o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo a “essência da linguagem humana”. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem dum língua deve realizar, se for bem-sucedida. A GU será, pois, um componente significativo de TA (H, L). O que se aprende, a estrutura cognitiva alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. Toda a linguagem humana deverá submeter-se à GU; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais. Se construíssemos uma língua violando a GU chegaríamos à conclusão de que não poderia ser a aprendida a TA (H, L); isto é, não poderia ser aprendida em condições normais de acesso e contato com os elementos da experiência. (Chomsky, 1975a, p.36)

A essência da linguagem, como já observamos, é estruturada por uma hipótese inatista para a capacidade de linguagem. De outro lado, o salto para um “quadro mais vasto”, referente às realizações do espírito humano, segundo nos diz Chomsky, pode ser concebido se tornarmos a “hipótese das ideias inatas” mais completa:

uma interpretação mais completa da hipótese das ideias inatas dos seres humanos especificará vários domínios pertencentes à capacidade cognitiva, a faculdade do espírito TA (H, D) para cada um desses domínios D, as relações entre essas faculdades, os seus modos de maturação e as suas interações através do tempo. (Chomsky, 1975a, p.43)

A GU é uma abordagem relacionada à “hipótese das ideias inatas”, na qual a teoria linguística é elaborada a partir do *princípio de intervenção de conceitos básicos na experiência*. Os teoremas da GU são sua teoria, essa teoria é incorporada em uma TA (H, D) geral. Na TA (H, D), encontramos outras “faculdades do espírito” capazes de construir, por exemplo, relações com as crenças em geral, o que não quer dizer, por exemplo, que a natureza de certas propriedades rebaixe os contextos. Há um limite: “as propriedades intrínsecas são suficientes para estabelecer certas relações formais entre as expressões, interpretadas como rima, vínculo e de outros modos, pelos sistemas de desempenho associados à faculdade de linguagem” (Chomsky, 1981, p.65). As palavras, aparentemente, têm propriedades relativas ao som, formato e significação, mas também possuem uma “textura aberta”, ou seja, os significados são estendidos por relações do desempenho, o que permite que sejam caracterizados e determinados de diferentes maneiras.

A teoria linguística apresenta várias especificações e regras formais para o conhecimento da linguagem e a TA (H, D) é apenas um campo de abstração geral do qual retiramos os pressupostos para a investigação técnica da Linguística. Uma abordagem mais completa da hipótese das ideias inatas pode incluir vários domínios originados na capacidade cognitiva humana. Assim, *por princípio*, podemos estabelecer uma faculdade cognitiva para cada domínio D somente se uma TA (H, D) for estipulada. Essa *forma* geral da aprendizagem segue pressupostos inatistas.

Paralelamente à faculdade da linguagem, por exemplo, podem-se projetar princípios próprios desse sistema, como um gênero na-

tural de organização intelectual. É por aí que podemos encontrar espaço para a teoria social e política, pois, segundo Chomsky,

uma hipótese genérica de “ideias inatas” incluirá também princípios que se baseiam no lugar e papel das pessoas num mundo social, natureza e condições de trabalho, estrutura e ação humana, vontade e opção, etc. Estes sistemas serão, na sua maior parte, inconscientes e nem mesmo uma introspecção consciente os tornaria perceptíveis. Para um estudo mais específico, poder-se-ia também tentar isolar as características envolvidas na resolução de problemas, formação do conhecimento científico, criação e expressão artísticas, distrações e tudo que se apresente como constituindo as categorias adequadas são estudo da capacidade cognitiva e, conseqüentemente, da atividade humana. (Chomsky, 1975a, p.42)

Uma das propriedades essenciais da linguagem, o aspecto criativo do uso da linguagem, exprime a liberdade de elaboração de pensamentos em relação ao controle dos estímulos presentes na fala. A “noção de estrutura”, que cresce na mente humana, de algum modo, fornece meios para a utilização infinita e para a habilidade de formar e compreender expressões livres. Genericamente, então, não somos simplesmente alvo do condicionamento verbal, como uma “ordem” ou “exigência” puramente exterior. Possuímos

a capacidade de pensar criadoramente e falar criadoramente, de construir expressões novas, que têm significados novos que alguém mais vai entender de uma maneira muito concreta, e de ter pensamentos novos que não tínhamos anteriormente. (Chomsky, 1988, p.184, tradução nossa)

As propriedades estipuladas para a capacidade cognitiva humana são produtos de uma *abstração racional generalizada* da TA (H, D), enquanto as regras linguísticas específicas, como a de-

pendência estrutural (DE),<sup>6</sup> incluem-se numa constatação técnica, expressa em TA (H, L). Os fatos da Linguística, assim como quaisquer regras da gramática de esquema inicial, apresentam capacidades específicas do domínio cognitivo humano. As estruturas cognitivas (ECs) do domínio específico da TA (H, L) são criadas dentro de uma capacidade cognitiva, porém só a investigação “poderá, pois, conduzir-nos a TA (H, D)s não triviais para D assim selecionado” (Chomsky, 1988, p.28).

Em outros termos, a Linguística avança em um domínio específico do conhecimento humano, revelando elementos pontuais desse domínio. Qualquer TA (H, D) deverá avançar somente se submetida a uma investigação rigorosa. A TA (H, L) é uma dessas investigações com *status* demonstrativo rigoroso. A reflexão social que surge da abstração geral da TA (H, D) não tem o mesmo aprofundamento de uma estrutura linguística presente na TA (H, L).

A construção de uma abstração racional generalizada possibilita a realização de uma teoria da aprendizagem humana. Através da abstração estrutura-se a própria teoria da linguagem (em sua composição fundamental), com a diferença de que os recintos a que chegamos são separados por uma divisão qualitativa. Isto é, a teoria da linguagem possui elementos formais e técnicos suficientes para sustentar uma disciplina independente (a Linguística), ao passo que o domínio da abstração é mais um caso de busca por inteligibilidade. Portanto, a TA dos humanos pode ganhar elementos qualitativos, caso

suponhamos que para um determinado organismo O, conseguíamos aprender algo da sua capacidade cognitiva, desenvolvendo um sistema de TA (O, D)s para várias escolhas de D com as características gerais esquematizadas anteriormente. Teríamos,

---

6. A dependência da estrutura é uma típica variedade da gramática sintagmática, indicando uma regra de reescrita fundamental, SV – V + SN (verbo + sintagma nominal), o sintagma nominal (SN) só poderá ser reescrito depois de V, pois essa é uma regra fixa de *constituição do sintagma verbal*.

então, chegado a uma teoria do espírito de O. [...] como a capacidade inata que O tem de construir estruturas cognitivas, isto é, de aprender. (Chomsky, 1975a, p.28)

O que temos diante da especificidade das estruturas cognitivas linguísticas não pode ser generalizado para outros recintos. Há, neste lugar, uma constatação técnica. Porém, a análise que podemos tomar dos elementos da TA (H, L) indica um campo geral da ação da TA (H, D). Percebemos, pela análise indireta das características da linguagem, a possível relação com outros temas da esfera humana. Só podemos chegar a um domínio específico de conhecimento se este pressupuser uma teoria geral da aprendizagem. A tese de Chomsky, nesse caso, é que a capacidade de linguagem revela algo a mais sobre a inteligência humana. Logo, se Chomsky também nos diz que há de se complicar a “hipótese das ideias inatas”, tomando-a de maneira mais completa, de tal modo, o estudo da linguagem motivará repercussão na constituição do conceito de “caráter da espécie” ou da “natureza humana”. Esse conceito não pode ser negligenciado pelos leitores da obra chomskiana, pois, além de estar presente nas reflexões epistemológicas, contribui, decisivamente, para a política.

O conceito de “natureza humana” pode ser espelhado, por exemplo, na análise do comportamento humano pela TA (H, D), cuja realização específica inclui o domínio da linguagem TA (H, L). A linguagem, como um ramo distintamente ligado ao conhecimento humano, também espelha “propriedades essenciais do espírito”. A reflexão epistemológica suscitada na análise da linguagem, apesar de seus contrapontos técnicos – a exemplo da ciência linguística –, pode alimentar uma abrangência filosófica que se ramifica nos campos da ética, da filosofia política, da estética etc., chegando até mesmo a uma teoria social.

Em contrapartida, o conceito de natureza humana localiza-se em uma posição peculiar no pensamento de Chomsky. Ao estruturá-lo, não dispomos de uma abordagem técnica e formalizada, temos apenas um procedimento de “espelhamento” ligado às ca-

racterísticas gerais da capacidade cognitiva humana. Logo, resta a pergunta pela inteligibilidade do conceito, pois como poderia manter-se? Para responder a isso, Chomsky estabelece um *valor de verdade* produzido em cada recinto. A gradação desse valor assume diferentes tonalidades a cada recinto ultrapassado.

Se não contamos com uma teoria científica para a natureza humana, ou seja, se temos nela apenas um modelo sugestivo ou genérico, a construção desse modelo espelhado, no entanto, não emerge do acaso completo, porque pode sustentar-se sobre a chamada teoria da *acessibilidade*: o conhecimento da linguagem coloca-nos diante de um aparente paradoxo, tratando-se de um conhecimento rico e complexo, que é construído de maneira uniforme (no sentido da GU). Dessa maneira, espera-se que devam existir “restrições, limitações impostas pelo ambiente biológico aos sistemas cognitivos que podem ser desenvolvidos pela mente. O âmbito do conhecimento alcançável é ligado de forma fundamental aos seus limites” (Chomsky, 2007a, p.70).

O conceito de restrição do conhecimento está presente, por exemplo, no dispositivo de aquisição da linguagem, um regulador da linguagem em sua própria possibilidade. Assim, se alguém desenvolveu uma gramática rica, apesar da limitação das evidências disponíveis, seria correto perguntar qual é o processo geral que permitiu a passagem da experiência para o conhecimento e qual sistema de restrições tornou possível esse salto intelectual (Chomsky, 2007a, p.70). Em “princípio”, é possível acessar a questão sobre as restrições gerais, pois essa é uma pressuposição “ligada de alguma forma à natureza da inteligência humana”. Na mesma medida, “podemos tentar descobrir as restrições iniciais que caracterizam essas teorias. Isso nos leva a apresentar, outra vez, a questão: qual é a ‘gramática universal’ das teorias inteligíveis, qual é o conjunto de restrições recebidas biologicamente?” (Chomsky, 2007a, p.71).

A teoria da natureza humana torna-se uma *teoria acessível*, como qualquer teoria sobre o conhecimento e suas restrições, sendo investigada aqui quanto à sua condição de possibilidade; desse modo, supõe-se,

que é possível responder a essa questão – em princípio, deve ser possível. Então, de posse das restrições, pode-se inquirir sobre os tipos de teoria a ser obtidos em princípio. Isso equivale à mesma coisa que fazemos quando perguntamos, no caso da linguagem: diante de uma teoria de gramática universal, quais são os tipos de linguagem possíveis? Vamos referir-nos à classe de teorias tornadas possíveis pelas restrições biológicas como as *teorias acessíveis*. Em outras palavras, a teoria da acessibilidade pode ser mais ou menos estruturada. (Chomsky, 2007a, p.71, grifo nosso)

O crucial para qualquer teoria acessível é sua condição de verdade. Se considerarmos a classe das teorias verdadeiras – Chomsky imagina que esse tipo de classe exista –, esta se expressa em algumas notações às quais temos acesso. Podemos perguntar, desse modo, qual é a interseção entre a classe das teorias acessíveis com a classe de teorias verdadeiras. Ou seja, quais teorias cabem, ao mesmo tempo, na classe das teorias acessíveis e na classe das teorias verdadeiras? Onde existir uma interseção de classes, o ser humano poderá obter conhecimento real sobre o tema. Ao mesmo tempo, não se pode obter conhecimento real além dessa interseção.

O fator em questão é que podemos, da mesma forma, isolar, pela acessibilidade, uma teoria ininteligível ou uma teoria inacessível da natureza humana, apesar de não dominarmos seu conteúdo real. Ou seja, não é qualquer argumento sobre a natureza humana que se tornará inteligível ou acessível, já que definir seu conteúdo não é uma questão de vontade pessoal. Qual gênero de teoria seria, por conseguinte, inacessível? Para responder à questão podemos elencar as propriedades que envolvem o uso da linguagem, propriedades abstratas que se projetam na linguagem. Em primeiro lugar, caso tenhamos tais propriedades em reflexão, não há de ser aceita a ideia da mente como a expressão da *tabula rasa*, no sentido estrito, pois

essas hipóteses empiricistas, em minha opinião, não são muito plausíveis. Não parece ser possível prestar contas do desenvolvi-

mento da compreensão de senso comum do mundo físico e social, da ciência em termos de processos de indução, generalização, abstração e assim por diante. Não existe um caminho direto desse tipo, a partir dos dados fornecidos para teorias inteligíveis. (Chomsky, 2007a, p.74)

Nesse sentido, certas hipóteses sobre a mente se tornam falhas logo de início; temos empreendimentos inúteis, que não são sequer acessíveis: “É a mesma coisa que tentar ensinar um macaco a gostar de Bach” (Chomsky, 2007a, p.74). Finalmente, no mesmo caminho, podemos colocar em consideração aqueles aspectos sociais que poderiam ser explicados, também, por uma teoria inteligível:

outro caso, análogo ao da linguagem, talvez, é nossa compreensão das estruturas sociais nas quais vivemos. Temos todos os tipos de conhecimento tácito e complexo no que se refere às nossas relações com outras pessoas. *Talvez tenhamos uma espécie de “gramática universal” de formas possíveis de interação social [...] Se temos sucesso em encontrar nosso lugar na sociedade na qual vivemos, é talvez porque essas sociedades têm estruturas que estamos preparados para seguir. Com um pouco de imaginação, podemos projetar uma sociedade artificial na qual ninguém encontraria seu lugar.* (Chomsky, 2007a, p.75)

A verificação de teorias acessíveis pode nos levar, assim, a um importante ponto de reflexão. Podemos imaginar uma sociedade na qual não conseguiríamos viver como seres sociais realizados, uma sociedade que não correspondesse às necessidades humanas. Por razões históricas, as sociedades podem ter propriedades de “clausura”, levando a diversas formas de patologia. Pela mesma fórmula, a teoria social, como qualquer teoria do âmbito cognitivo humano, pode surgir dessas observações aproximadas; recorre-se ao que não pode ser intuído e, de tal modo, se estabelecem sociedades artificiais para inferir negativamente quais são perniciosas. Há uma série de observações sobre a natureza humana, observa-

ções que são reflexo da análise da linguagem e que permitem o abandono de um ceticismo absoluto. Porém, é válido lembrar: a *acessibilidade* da natureza humana não é um domínio da ciência técnica, pois

a natureza humana ainda não está no âmbito da ciência. Até o momento, ela escapou do alcance da inquirição científica, mas acredito que em domínios específicos, como o estudo da linguagem, podemos começar a formular um conceito significativo da “natureza humana”, em seus aspectos intelectuais e cognitivos. De qualquer maneira, eu não hesitaria em considerar a faculdade da linguagem como parte da natureza humana. (Chomsky, 2007a, p.82)

O conceito de natureza humana, enquanto não passa pelo crivo da análise técnica rigorosa, torna-se “solto” e à espera de um enraizamento linguístico (*seria preciso uma gramática gerativa para esses fatos*, lembra Chomsky). É importante notar que as soluções de Chomsky (na acessibilidade) partem sempre do realismo inicial, presente na Linguística. O recurso para a abordagem política é envidado por essa ordem (valor de verdade). O que não quer dizer que a política esteja determinada pela mesma, no sentido realista.

A análise “genérica” ou do “modelo sugestivo”, assim como a posição negativa acerca da natureza humana, são frutos da expressão teórica articulada pelo *locus* realista. O conceito de natureza humana, nesse sentido, não está simplesmente num campo metafísico ou da ordem da substância cartesiana. Além do mais, esse conceito toma como medida de arazoamento questões linguísticas, “espelha-se”, por assim dizer, em considerações oriundas da linguagem. Por essa razão, Chomsky não é dogmático em considerações dessa espécie, pois não são, ainda, propriamente científicas; entram na etapa de uma elaboração científica, mas, de fato, ainda não o são.

A acessibilidade, de fato, é introduzida com o intento de atingir certa configuração para o conceito de natureza humana. São justamente as considerações libertárias de Chomsky que conservam de-

terminado “espelhamento” na natureza humana, inferida através das propriedades da linguagem e da cognição. Por essa razão, não temos apenas um conceito passageiro, mas sim uma peça fundamental pertencente ao arsenal filosófico de Chomsky. Um conceito não técnico e “inacabado”, diga-se de passagem, porém não um conceito simplesmente trivial, já que pode ser acessado como valor de verdade. A demonstração sugestiva se fortalece, portanto, nesse constituinte imediato da natureza humana, dado pela linguagem.

Em uma primeira aproximação, a “sugestão” fundamental do estudo da linguagem para a natureza humana indica-nos que a ação humana está vinculada à capacidade intrínseca de entender e produzir a fala (faculdade de linguagem). Tal uso é entendido como uma atividade criadora, que não se restringe à mera reprodução mecânica do que é ensinado. Essa capacidade, própria da faculdade de linguagem, se dissemina sugestivamente em outros domínios:

Este conhecimento instintivo ou, se se quiser, este esquematismo que permite derivar um sistema complexo e intrincado a partir de informações muito fragmentárias, é um constituinte fundamental da natureza humana. Nesse caso, acredito que se trata de um constituinte essencial por causa do papel que a linguagem desempenha não só na comunicação, mas também na expressão do pensamento e na interação entre as pessoas; e suponho isso em outros domínios da inteligência humana, em outros domínios da cognição humana e do comportamento, alguma coisa do mesmo tipo deve ser verdade. Bem, essa coleção, essa massa de esquematismos, princípios de organização inatos, que orientam nosso comportamento social, intelectual e individual a que me refiro é o conceito de natureza humana. (Chomsky & Foucault, 2006a, p.5, tradução nossa)

Chomsky defende, nesse trecho<sup>7</sup> e em outros, que o conceito de natureza humana pode, de bom grado, ampliar-se numa suposição

---

7. O presente diálogo foi extraído de um encontro entre Chomsky e Michel Foucault, realizado na Holanda em novembro de 1971, cuja transcrição apareceu

geral, entendida pela observação do comportamento linguístico e seus esquemas. Em princípio, seríamos capazes de especificar a natureza desses esquemas na cognição humana em termos de redes neurais, porém, obviamente, essa tarefa é um desafio reservado ao futuro. O esquematismo ou “conhecimento instintivo” elencado (central para a natureza humana) não dispõe de demonstrações em relação a mecanismos físicos.

Para responder à questão da dificuldade em estruturar conceitos referentes à TA (H, D), recorre-se à história da ciência. Durante certos períodos, a ciência não pôde contar com esclarecimentos para os fenômenos que se explicam em termos de “força eletromagnética”, ou seja, fenômenos que não se explicam por termos mecânicos. Para que a Física pudesse avançar, foi necessária a adoção de “conceitos organizadores” para os fenômenos. A mesma conduta está presente no estabelecimento de conceitos internalizados (tais como TA (H, D)):

penso, então, que isso nos coloca a tarefa de continuar e desenvolver esta, vamos chamá-la assim, teoria matemática da mente; refiro-me a uma teoria abstrata, articulada de maneira precisa, formulada com clareza e com conseqüências empíricas que nos permitam determinar se a teoria é correta ou não, ou se está bem encaminhada ou não, e que, por sua vez, tenha as propriedades da ciência matemática, isto é, as propriedades de rigor e precisão, e uma estrutura que nos permita deduzir conclusões à base de suposições etc. (Chomsky & Foucault, 2006a, tradução nossa)

A postura teórica de Chomsky, de “antecipação”, através de conceitos organizadores encontra, assim, respaldo na tradição cien-

---

em 2006, numa publicação em língua inglesa intitulada *The Chomsky-Foucault debate on human nature*. Michel Foucault posicionou-se contrariamente ao conceito de natureza humana, que, a seu ver, é legitimado somente pelo otimismo científico que ascendeu a certa época histórica. Chomsky redarguiu, no debate, que, sem tal presunção (da natureza humana), ficaríamos sem eixo para julgar o “círculo” criado pelas relações de poder.

tífica. Segundo Apel (2000), a presença da iniciativa pessoal do cientista é um fato importante para entender o viés da análise chomskiana. Apel afirma que Chomsky extrapolou os limites do empirismo lógico, pois seus conceitos teóricos apresentam-se em função da teoria como um todo, o que não está, dessa forma, diretamente ligado aos dados da experiência. Apel descreve o empreendimento de Chomsky como a expressão do “racionalismo crítico”:

o “racionalismo crítico” vem situar o traço característico da formação teórica clássica da física matemática da era moderna justamente na formulação de hipóteses elucidativas “carregadas de teoria”, que não podem ser confundidas com “generalizações de sintomas” meramente descritivas, mas que ousam supor uma realidade por trás dos assim chamados “dados da observação”. Em suma, o “racionalismo crítico” vê o fundamento da ciência não nos dados empíricos e na lógica, em primeiro lugar, mas sim na *formação teórica criativa*, em cujo contexto a lógica e os dados só então se tornam relevantes – e relevantes no sentido de uma formação teórica da física ou da linguística. (Apel, 2000, p.304)

Segundo Apel, por conta dessa posição, Chomsky está, em certo sentido, de acordo com a revolução copernicana de Kant, porém, “além dela”, pois há “o reconhecimento da função ‘heurística’, ‘explicativa’ e ‘científico-crítica’ de uma metafísica racionalista em estilo pré-kantiano” (Apel, 2000, p.304). A metafísica racionalista, dessa forma, será parte crucial da estratégia metodológica a ser adotada nas ciências explicativas, como a Linguística, cujas formações teóricas devem, necessariamente, passar pelo crivo do teste empírico. Ou seja, que precisam ser falsificadas. Por essa razão, não parece estranho que se suponha a possibilidade de explicação das abstrações em termos físicos, pois somente quando tivermos sorte de que um aspecto da realidade possua o caráter de uma dessas estruturas mentais, então, possuiremos uma ciência (Chomsky, 2004a). No mesmo sentido, seria válido conjecturar sobre a natureza humana e sua possível fundação biológica:

a não ser que os seres humanos sejam anjos, fora do mundo biológico, nós podemos ter certeza de que haverá um componente genético relevante em cada aspecto do seu crescimento, desenvolvimento, pensamento e ação. O problema é descobrir qual é e usar este conhecimento para adicionar ao pensamento sobre programas e políticas que afetam a vida humana. (Chomsky, 2004b, p.148)

Nesse sentido, é possível perceber a abrangência a que nos leva a Linguística cartesiana; revelamos uma tipologia de conhecimentos entre os quais estão a reflexão genérica e a científica/técnica, específica da Linguística. O entendimento dessa razoabilidade envolvida na epistemologia da linguagem parece-nos, afinal, um ponto decisivo para o esclarecimento de uma parcela das obscuridades que envolvem a Filosofia da Linguagem e a política de Chomsky. Antes de passarmos ao próximo tópico, é conveniente aproveitar a referência de Apel a Kant para nos perguntarmos sobre o papel deste na metodologia de Chomsky.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que Chomsky cita com pouca frequência a filosofia de Kant, apesar de deixar em aberto a possibilidade de referências mais profundas. Por exemplo, ao final de uma exposição sobre a Linguística cartesiana, declara: “é importante ter em mente que a visão geral aqui apresentada é muito fragmentária, sendo, portanto, em certo sentido, enganadora. Algumas grandes figuras (Kant, por exemplo) não foram mencionadas ou foram discutidas inadequadamente” (Chomsky, 1972b, p.90). Conforme Apel, Chomsky estaria além da filosofia transcendental de Kant, mais precisamente, a metodologia da Linguística cartesiana é dependente de uma ‘heurística metafísica’ pré-kantiana.

Jurgen Habermas apresentou um breve delineamento da questão em *On the pragmatics of communication*, no qual expôs algumas ideias e interpretações sobre a filosofia de Chomsky. Gostaríamos de citar essa avaliação, pois ela oferece uma concepção mais

ou menos próxima daquela posição defendida por Apel sobre o linguista.

Habermas cita Chomsky por estar interessado na construção de uma pragmática universal relativa às condições gerais da compreensão mútua. Para tanto, pretende articular a discussão em nível de desempenho. Habermas reconhece que, para se chegar ao discurso, enquanto performance, é necessário adotar uma abordagem reconstrutiva da competência linguística dos falantes/ouvintes. O objetivo final é o de transcender esse horizonte em busca de fundamentos pragmáticos do processo de comunicação. Para levar a cabo essa tarefa, Habermas reconhece que,

tal como sucede com a linguística estruturalista, delimita o seu domínio do objeto abstraíndo-se antes de mais das propriedades pragmáticas da linguagem, introduzindo subsequentemente a dimensão pragmática de tal forma que a ligação constitutiva entre os avanços gerativos dos indivíduos capazes de falar e agir, por um lado, e as estruturas gerais do discurso, por outro, não se torna visível. É certamente legítimo estabelecer uma distinção abstrativa entre a língua enquanto estrutura e a fala como processo. Uma língua será assim definida como um sistema de regras para gerar expressões, de forma a que todas as expressões corretamente formuladas (por exemplo, as frases) possam contar como elementos desta língua. (Habermas, 1992, p.17)

Ora, Habermas atribui a Chomsky uma importante distinção abstrativa, que conhecemos por competência e performance. Em boa medida, os aspectos de uma teoria do desempenho ou performance respondem pela aceitabilidade das expressões. A gramaticalidade, por seu lado, é função da competência. Por exemplo, na frase (1), temos um baixo grau de aceitabilidade e uma boa *descrição estrutural*; já em (2), temos uma frase com melhor aceitabilidade. A gramaticalidade é apenas um dos muitos fatores que determinam a aceitabilidade:

- (1) *called the man who wrote the book that you told me about up.*
- (2) *I called up the man who wrote the book that you told me about.*

Os indivíduos capazes de falar “aplicam” as descrições estruturais, esses traços são responsáveis pela gramaticalidade das expressões. Isso significa que podemos, não só produzir criativamente, como também compreender ou perceber essas expressões de forma a lhes corresponder adequadamente. Habermas adverte que a análise formal dessa abstração entre estrutura e expressão (ou língua e fala) não deve se restringir às ciências empíricas, pois deve-se proceder a uma análise formal também no campo da expressão. Esse projeto encerra a tentativa de se chegar a uma pragmática universal, capaz de reconstruir de forma adequada o momento específico de reciprocidade na compreensão de significados similares, ou, ainda, no reconhecimento de pretensões de validade intersubjetivas.

O projeto em questão firma-se sob a atitude metodológica de uma ciência reconstrutiva e não sob o paradigma das ciências empírico-analíticas, pois, afinal, “os processos reconstrutivos não são característicos das ciências que desenvolvem hipóteses nomológicas sobre domínios de objetos e acontecimentos observáveis. Pelo contrário, estes processos são característicos das ciências que *reconstroem sistematicamente o conhecimento intuitivo dos indivíduos competentes*” (Habermas, 1992, p.22, grifo do autor). Habermas adota tal modelo tendo em vista a relação existente entre observação e compreensão. A competência comunicativa pressupõe a habilidade de um intérprete que compreende o significado enquanto alguém que teve acesso a um processo comunicativo intersubjetivo. A realidade de um observador que se encontra só, mesmo sob uma experiência organizada, é estranha a Habermas, pois há uma diferença salutar entre a realidade perceptível e o “significado compreensível de uma formação simbólica”:

A diferença em termos de nível entre a realidade perceptível e a realidade simbolicamente pré-estruturada traduz-se na diferença

entre o acesso *direto* através da observação da realidade e o acesso comunicativamente mediado através da compreensão de uma expressão *relativa* a essa mesma realidade. Estes dois pares de conceitos (“realidade perceptível” *versus* “realidade simbolicamente pré-estruturada” e “observação” *versus* “compreensão”) podem ser correlacionados com um outro par, o de “descrição” *versus* “explicação”: com a ajuda de uma frase que represente uma observação, podemos descrever o aspecto observado da realidade. (Habermas, 1992, p.24)

Dessa maneira, por meio de frases, que assumem a interpretação do significado de uma formação simbólica, podemos explicar o significado da expressão. Isso não significa a eliminação dos elementos descritivos, mas revela diferentes alcances. As explicações teóricas das ciências naturais, por exemplo, serão “mais naturais” quanto melhores forem suas descrições. Isto porque, para essas ciências, o alcance da explicação depende não somente da estrutura externa acessível, mas, sobretudo, do conhecimento de estruturas profundas que se tornam acessíveis à compreensão: “a explicação dos fenômenos naturais empurra-nos numa direção oposta à da explicação do significado das expressões” (Habermas, 1992, p.25).

No caso de uma obra de arte, da ação, do gesto etc., a explicação está sujeita à orientação dos conteúdos semânticos da formação simbólica. Em outras palavras, a compreensão do conteúdo, nessas situações, lida com um emaranhado de estruturas superficiais, através de recorrentes paráfrases. Podemos vislumbrar que o conceito de natureza humana de Chomsky, ao se aproximar da descrição natural das disposições, apela para a competência, projetando a almejada vida política não nas estruturas de superfície (de conteúdo intersubjetivo). Afinal, a possibilidade de emancipação está vinculada à busca consciente de uma regra latente.

Sobre a noção de consciência das regras, Habermas adverte que as propostas reconstrutivas são orientadas para domínios pré-teóricos e não para opiniões implícitas, pois busca-se um conheci-

mento intuitivo já comprovado: “a consciência da regra dos falantes competentes funciona como um tribunal de avaliação, por exemplo, no que se refere à gramaticalidade das frases” (Habermas, 1992, p.29). Habermas se interessa pelo método reconstrutivo de Chomsky na medida em que a teoria sintática, a ética, a teoria da ciência etc. começam por frases bem construídas. Afinal, o suporte da performance deve estar vinculado à categoria primária de expressões simbólicas bem produzidas. Fora dessa condição, as pretensões de validade universal não poderiam ser estabelecidas.<sup>8</sup> Dessa forma, as pretensões de validade universal encontram-se ligadas de forma subjacente ao conhecimento pré-teórico, que Chomsky descreve com “grande mérito”, segundo as palavras de Habermas. Até aqui, não haveria problema, desde que tenhamos em conta o paradigma da análise subjacente como uma contribuição linguística e não política.

Sobre um possível viés kantiano no paradigma reconstrutivo de Chomsky, Habermas nos diz que, se identificarmos a necessidade de condições *a priori* de possibilidades de experiência, temos em jogo a chamada “análise transcendental” de Kant. Isso significa que deve existir um conhecimento transcendental dos conceitos que, em geral, antecedem a experiência. Ou seja, deve-se buscar o que está além do conhecimento empírico, como condição de estruturação dos objetos da experiência. Segundo Habermas,

a ideia subjacente à filosofia transcendental é (para simplificarmos ao máximo) a de que constituímos experiências através da objetivação da realidade a partir de pontos de vista invariáveis. Esta objetivação revela-se nos objetos de um modo geral que são

---

8. Habermas demonstra que um sistema de regras gramaticais é necessário, no sentido linguístico de que fala Chomsky, porém, a capacidade linguística deve ser analisada do ponto de vista da pragmática da comunicação humana, que a completa. Não se trata de focar a análise sobre a competência linguística, mas de descrever sua importância em relação à competência comunicativa, que regula aquela capacidade dos falantes, orientada ao entendimento. Dessa forma, enquanto discurso (social e político), uma frase sempre é formulada em relação à performance (Habermas, 1992).

necessariamente pressupostos em todas as experiências coerentes. Por sua vez, estes objetos podem ser analisados enquanto constituintes de um sistema de conceitos básicos. (Habermas, 1992, p.44)

Como é possível perceber pela citação sobre Kant, conforme acentua Habermas, o termo “transcendental”, se utilizado para descrever as categorias de Chomsky, poderia esconder a novidade da ruptura deste em relação ao apriorismo tradicional. No gerativismo, o amparo num conhecimento *a priori* ou *a posteriori* perde sentido, pois se, por um lado, a consciência da regra para o falante é um *a priori*, por outro, é inevitável que a reconstrução desse conhecimento da regra (efetuada pelo linguista) seja determinada pela utilização das estruturas superficiais dos sujeitos empíricos.

A busca do conhecimento *a posteriori*, portanto, é inevitável para a construção das hipóteses; sem essa lógica, não existiriam propostas reconstrutivas concorrentes, afinal, “o conhecimento implícito dos falantes é tão diferente da forma explícita da descrição linguística que o linguista não pode confiar na reflexão sobre suas próprias intuições de discurso” (Habermas, 1992, p.44). Em resumo, a conclusão a que se chega é que os paradigmas introduzidos tanto por Chomsky como, por exemplo, por Jean Piaget, “despertaram um tipo de investigação marcado por uma ligação característica entre a análise empírica e formal, mais do que pela sua separação clássica” (Habermas, 1992, p.45).



## 8

# LINGUAGEM E LIBERDADE

Depois de estruturarmos uma teoria da aprendizagem humana – TA (H, D) – que designa a disposição geral das estruturas mentais, demonstramos a base efetiva do conceito de natureza humana. Nesse sentido, tal como podemos compreender algo sobre línguas intoleráveis para os humanos, no esquema da TA, por afinidade é “possível conceber sistemas de organização social com sistemas de moralidade que são humanamente intoleráveis” (Otero, 1984, p.153). Diante desse quadro, resta-nos, não obstante, detalhar o conteúdo sugestivo expresso pelo conceito de natureza humana. Isto é, precisamos compreender quais são os “instintos e necessidades humanas fundamentais” que podem ligar mais diretamente os trabalhos de Chomsky em teoria da linguagem aos de política.

Logo notaremos que, se alguns conceitos são fundamentais para interpretar o conjunto da obra política chomskiana, estes, por sua vez, não figuram num campo teórico alheio à reflexão sobre a linguagem. Na crítica ao poder centralizado, por exemplo, são evocadas as necessidades humanas fundamentais que implicam o citado modelo sugestivo. Por isso, acreditamos que, ao se demarcar a obra política de Chomsky pelos conceitos de natureza humana e liberdade, pode-se encontrar sintonia com temas oriundos da linguagem. Mcgilvray (2006), por exemplo, entende que a obra polí-

tica de Chomsky dispõe de uma singular maneira de justificar racionalmente as afirmações morais e políticas em geral: é necessário ter em vista uma visão da natureza humana e de suas necessidades através de uma ciência objetiva.<sup>1</sup>

Justificamos esse diagnóstico pelo fato de haver um projeto intelectual em Chomsky que demarca certos limites para sua teoria social, que não está solta em relação ao restante da obra.<sup>2</sup> Sua posição a respeito da natureza humana e sobre a necessidade de liberdade oferece, portanto, sentido ao ativismo – nas mais diversas circunstâncias. Pode-se dizer que seu pensamento, ao constatar um princípio norteador para a natureza humana, indica um marco para a análise do plano concreto da vida, assim como para a compreensão da história. Destarte, tendo como eixo esses dois conceitos, a obra política de Chomsky revela, de um lado, o quadro geral de um projeto de teoria social (*visões e objetivos*) e, de outro, o diagnóstico crítico da sociedade presente (*perspectivas práticas*). Dessa maneira, lemos:

por visões, quero dizer a concepção de uma sociedade futura que anima o que realmente fazemos, uma sociedade na qual o ser humano decente pode querer viver. Por objetivos, refiro-me às escolhas e tarefas que estão ao alcance, que perseguiremos, de um modo ou de outro, guiados por uma visão que pode estar distante e obscura. Uma visão animadora deve se apoiar em alguma noção da natureza humana, do que é bom para as pessoas, de suas necessidades e direitos, dos aspectos de sua natureza que deveriam ser

- 
1. Convém notar que o termo “objetivo” não indica uma redução literal entre campos. O modelo sugestivo, baseado numa concepção acessível de natureza humana, por exemplo, é uma espécie de “estratégia provisória”. Serve-se de seus elementos e de sua acessibilidade sabendo da necessidade de melhor fundamentá-los.
  2. Para Carlos P. Otero, por exemplo: “Paralelamente, as estruturas e relações sociais que trata de construir o ativista social (tanto se aspira reformar ou revolucionar) estão sempre baseadas em um conceito de natureza humana, por mais vago e difuso que seja” (Otero, 1984, p.154).

alimentados, encorajados e autorizados a florescerem para o benefício próprio e dos outros. A concepção de natureza humana que fundamenta nossas visões é, em geral, tácita e incipiente, mas está sempre presente, talvez de modo implícito, se escolhermos deixar as coisas como estão e cultivar nosso próprio jardim ou trabalhar por pequenas, ou revolucionárias, mudanças. (Chomsky, 1996, p.85)

As chamadas *visões* sobre a sociedade futura vinculam-se, em grande medida, aos ideais da ilustração, juntamente, com certa postura racionalista e romântica. A confluência dessas perspectivas diz respeito à possibilidade de a razão recorrer positivamente às propriedades da natureza humana, capazes de direcionar caminhos para resoluções de ordem política. Tal busca da razão não se deixa mostrar facilmente, mas, certamente, há uma fundamentação que não se furta de um vínculo racionalmente justificado. Uma “sociedade decente”, diz Chomsky, deve satisfazer certas necessidades humanas fundamentais (*fundamental human need*), próprias da concepção racionalista da mente (Chomsky, 2004a, p.364). Num segundo plano, a própria revolução deverá ser animada por tal vínculo justificado, mesmo que de maneira simplesmente sugestiva ou provisória.

A concepção de que aspectos da inteligência conservam certa independência em relação aos estímulos nos oferece indicações sobre as limitações das formas de poder adotadas nas sociedades humanas. Em uma primeira aproximação, a sugestão fundamental que nos lega o estudo da linguagem para a natureza humana e o emprego do poder é: nossas ações estão vinculadas à capacidade intrínseca de entender e produzir a fala livremente, capacidade entendida como uma atividade criadora única do homem. Além do mais, demonstra-se aí que a aprendizagem não se restringe à mera reprodução mecânica do que é ensinado (Chomsky, 2006b). Logo, através da linguagem, temos uma base favorável ao processo de universalização das condições morais e políticas do sujeito:

Considere a linguagem, uma das poucas capacidades humanas distintas, sobre a qual muito é conhecido. Nós temos razões fortes para acreditar que todas as possíveis linguagens humanas são muito similares [...] A razão é que o aspecto particular da natureza humana que sustenta o crescimento da linguagem permite opções muito restritas. Isso é limitante? Claro. Isso é libertador? Também, é claro. São essas restrições reais que tornam possível para um sistema de expressão do pensamento intrincado e brilhante desenvolver-se de modos similares sobre a base de uma experiência muito rudimentar, dispersa e variada. (Chomsky, 2004b, p.86)

Chomsky defende que a massa dos princípios intrínsecos próprios da linguagem deve incidir de alguma maneira sobre o comportamento social e intelectual dos indivíduos. Afinal, graças à capacidade de produção infinita de sentenças obtemos a união de diferentes perspectivas cognitivas. O conceito de natureza humana pode, de bom grado, basear-se numa suposição geral alocada pela observação do comportamento linguístico. A análise do impacto político e social do chamado trabalho criativo ou da criação livre depende da apreciação genérica postulada no conceito de natureza humana, conceito, por sua vez, alçado pela centralidade da linguagem na vida humana. Segundo Carlos P. Otero, a ênfase nessa realização do sujeito através da linguagem, na relação estímulo e liberdade, é “a chave que podem utilizar os que seguem tendo dificuldade em ver a *unidade de propósito* do ativista e do descobridor da gramática gerativa. Suas ideias políticas e científicas são o resultado de ter-se perguntado, não só pelo que é a linguagem, senão também pelo que é ser humano” (Otero, 1984, p.213, grifo nosso).<sup>3</sup> O trecho a seguir esclarece melhor essa unidade de propósito:

---

3. No mesmo sentido, Macgilvray enfatiza que, por conta dessa perspectiva filosófica, “a obra política e linguística de Chomsky parece formar parte de um projeto unificado”.

Se isso for correto, como creio, que um componente fundamental da natureza humana é a necessidade de trabalho criativo, da investigação criativa, de criação livre sem as limitações arbitrárias das instituições coercitivas, se depreende que uma sociedade decente deveria elevar ao máximo as possibilidades de realização desta característica humana fundamental. Isto significa tentar a superação dos elementos repressivos, opressivos, destrutivos e coercitivos que se encontram em toda sociedade real – na nossa, por exemplo – como resíduo histórico. (Chomsky, 2006a, p.38)

Desse ponto de vista, qualquer pessoa é perfeitamente competente para abordar assuntos, argumentos ou decisões de ordem política. O universalismo linguístico, nessa estrita acepção, quando projetado sobre a política revela a necessidade de combater as barreiras sociais que se interpõem à expressão criativa dos sujeitos. Para termos um modo social defensável, a organização social deve estimular a liberdade humana, entendida como expressão autônoma das mentes, já que nas relações estabelecidas pelo sujeito com o mundo, mediante o uso da linguagem, se revela o poder de produção de orações sem o controle absoluto de estímulos específicos.

Em 1970, Chomsky publica um importante artigo em torno desse assunto, intitulado justamente “Linguagem e liberdade”.<sup>4</sup> Nesse texto, o linguista esclarece que o estudo da gramática universal já havia fixado uma faculdade essencial da mente, logo, seria de extremo interesse saber como poderíamos construir a partir daí explicações bem fundamentadas para uma série de outros fenômenos humanos. Esse salto para “outros problemas humanos” seria “natural e apropriado, desde que guardemos em mente a advertência de Schelling de que o homem não nasceu apenas para especular, mas também para agir” (Chomsky, 2008b, p.451).

O convite de Chomsky em “Linguagem e liberdade” é aberto: há pouco proveito em apontar os mecanismos da criatividade linguística

---

4. Chomsky, 2008a.

e suas possibilidades sem que analisemos a condição de liberdade ligada à realização desses mecanismos. Retomam-se diferentes leituras apoiadas em Rousseau, Descartes, Stuart Mill, entre outros, através das quais o autor oferece um interessante histórico das ideias em torno da liberdade e da natureza humana. Segundo Chomsky, Rousseau já teria estabelecido a origem e o progresso da desigualdade entre os homens pela dedução da natureza destes. Para o linguista, é a partir desse procedimento que Rousseau fornecerá elementos para a crítica de “praticamente todas as instituições sociais”, entre elas, da propriedade. Se as revoluções deveriam combater aquele poder ilegítimo por natureza, o que interessa precisamente é “o caminho seguido por Rousseau para chegar a essas conclusões, ‘apenas à luz da razão’, a começar por suas ideias sobre a natureza humana. Ele queria ver o homem ‘tal qual a natureza o criou’. É da natureza humana que devem ser deduzidos os princípios do direito natural e os fundamentos da vida social” (Chomsky, 2008a, p.452).

Rousseau, segundo a leitura de Chomsky, compreende a natureza do homem através da inteligência e da liberdade, pois se trata “do único animal dotado de razão”, o restante do mundo animal é destituído de luz e de liberdade, “portanto, a essência da natureza humana é a liberdade do homem e sua consciência dessa liberdade” (Chomsky, 2008a, p.453). Jamais poderia haver uma tendência natural à servidão, e sendo a liberdade a mais nobre das faculdades do homem, pergunta Rousseau: “‘não equivale a degradar sua natureza, a ele se colocar no nível dos animais escravos do instinto, e até ofender o autor de seu ser, renunciar sem reserva ao mais precioso de todos os seus dons [e] submeter-se a cometer todos os crimes que nos são proibidos por ele, para comprazer a um senhor feroz ou insensato?’” (Rousseau, 1964, apud Chomsky, 2008a, p.454).

A argumentação de Rousseau, segundo Chomsky, é notável, pois segue, nesse ponto, “o modelo cartesiano conhecido”. Modelo segundo o qual o homem está além dos limites da máquina engenhosa que submete os animais. A linguagem, para Descartes, está fora da explicação mecânica, o seu uso normal é criativo e livre do controle por estímulos identificáveis, e também é inédita e inova-

dora. Os pressupostos acerca dos limites da explicação mecânica, e sua incapacidade de explicar a liberdade humana, também levaram Rousseau a elaborar suas críticas às instituições autoritárias. A combinação das especulações citadas poderia desenvolver uma interessante ligação entre a linguagem e a liberdade; afinal,

a linguagem, em suas propriedades essenciais e na forma de seu uso, fornece o critério básico para determinar que outro organismo é um ser dotado de uma mente humana e da capacidade humana de liberdade de pensamento e expressão, e que tem a necessidade humana essencial de estar livre das restrições externas da autoridade repressora. (Chomsky, 2008a, p.456)

Apesar das comparações entre Rousseau e Descartes, Chomsky não deixa de comentar as diferenças existentes entre os pensamentos em questão, lembrando que a “faculdade de se aperfeiçoar” – que para Rousseau também é característica do gênero humano – não é discutida, ao que parece, por Descartes. No entanto, mesmo com as diferenças, Chomsky acredita que as observações de Rousseau podem “ser interpretadas como um desdobramento da tradição cartesiana numa direção inexplorada, e não como uma negação e rejeição dela” (Chomsky, 2008a, p.456).

A direção inexplorada surge com o argumento de que os atributos restritivos da mente podem ser o alicerce da natureza humana, evoluindo dentro dos limites estipulados pelas restrições, pois os atributos mentais oferecem exatamente a possibilidade de autoaperfeiçoamento. Ou melhor, se tais atributos trazem à tona a consciência de liberdade, então eles dão ao homem a “oportunidade de criar condições sociais e formas sociais que maximizem as possibilidades de liberdade, diversidade e autorrealização pessoal” (Chomsky, 2008a, p.457).

Sobre a capacidade de autoaperfeiçoamento a partir de uma natureza dada, Chomsky propõe uma analogia com a Aritmética: os inteiros não deixam de ser um conjunto infinito meramente por não esgotarem os números racionais, assim, o autoaperfeiçoamento

infinito em princípio não nega aquelas propriedades mentais intrínsecas que regulam (que não é o mesmo que determinar) o desenvolvimento do homem. Sua perspectiva para o conhecimento humano aponta que a manifestação de regras não esgota a realização infinita destas. A criatividade, como vimos, surge pressuposta num sistema de regras e formas determinadas,<sup>5</sup> em parte, por capacidades humanas intrínsecas e, sem tais imposições, o nosso comportamento seria arbitrário e casual, não seríamos capazes de atos criadores: “Minha impressão pessoal é que a capacidade humana fundamental é a necessidade de autoexpressão criadora, a necessidade de livre controle da própria vida e do pensamento em todos os aspectos. Uma projeção particularmente importante dessa faculdade é a utilização criadora da linguagem enquanto livre instrumento de pensamento e expressão” (Chomsky, 1969, p.37).

Se a analogia para o funcionamento do sistema de regras é de ordem matemática e se uma série finita pode gerar infinitas realizações nos números reais, nesse sentido, aparece uma interessante possibilidade para o desenvolvimento da capacidade cognitiva: o seu livre desenvolvimento suscita o florescimento de potencialidades. A criação livre desponta como possibilidade infinita, realizável sob a auto-organização descentralizada e democrática do poder, da economia e das instituições humanas em geral; assim,

suponhamos que deixam de existir as condições sociais e materiais que impedem o livre desenvolvimento intelectual, pelo menos para um determinado número substancial de pessoas. Assim, a ciência, a matemática e a arte floresceriam fazendo pressão sobre os limites da capacidade cognitiva. (Chomsky, 1975a, p.137)

---

5. Para Chomsky, a verdadeira criatividade “equivale a ação livre dentro do marco de um sistema de regras”. Sem estruturas mentais inatas, “os humanos são organismos puramente plásticos e informes, então são objetos ideais para o modelamento da conduta. Se os humanos só chegam a ser o que são mediante mudanças controladas, porque não controlar então sua sorte através da autoridade estatal, ou pelo tecnólogo behaviorista, ou por outro meio qualquer?”. (Chomsky, 1969, p.39).

Ao mesmo tempo, Chomsky adverte que não há nesse campo fundamentação científica rígida que exponha, por exemplo, a natureza humana em si através de uma regra formal, como na gramática gerativa. A objetividade a ser alcançada para a natureza humana é de outro nível. Temos aqui, simplesmente, uma categoria peculiar ou uma projeção, extraída da análise geral da linguagem como um produto do conhecimento (TA). Esse procedimento de justificação indireta da natureza humana – tocado pela teoria da acessibilidade – é também chamado de *análise negativa*. Por meio desse procedimento poderíamos estipular elementos para a “política e os programas sociais”, constituindo uma argumentação razoável, já que

o estudo das propriedades formais da linguagem revela algo da natureza do homem de uma maneira negativa: sublinha, com grande claridade, os limites de nossa compreensão daquelas qualidades da mente que são, ao que parece, exclusivas do homem e que devem imprimir seu selo em suas realizações culturais de uma maneira íntima, [mas] completamente obscura. (Chomsky, 2008a, p.556)

Se, para Chomsky, não temos uma teoria social científica comparável à gramática gerativa, obviamente, isso não quer dizer que não tenhamos nada. Algo pode ser feito *negativamente*, pode-se provar que um conjunto de princípios determinados torna-se insustentável; isso “não justifica diretamente uma filosofia social, porém a apoia indiretamente, eliminando algumas das alternativas propostas” (Otero, 1984, p.195). Ou seja, não temos o desvelamento filosófico de incompatibilidade entre dois princípios de um sistema, porém temos a demonstração da plausibilidade de certas teorias inteligíveis.<sup>6</sup>

---

6. Um caso clássico dessa refutação negativa está no polêmico artigo contra Skinner: “A review of B. F. Skinner’s verbal behavior”. Nota-se que Chomsky não está interessado em substituir uma concepção de natureza humana por

A refutação do conceito de natureza humana behaviorista, por exemplo, é pautada pela análise da impossibilidade (ou inacessibilidade) deste, como já notamos. Não há necessidade de construir um conceito de natureza humana científico para, então, refutar outros modelos (apesar de esse projeto ser altamente desejável). Não se trata da contraposição de um sistema a outro. A doutrina de um organismo vazio ou de uma natureza humana plástica pode ser descartada peremptoriamente devido à sua “inabilidade fundamental”. Da mesma forma, as especulações sobre os limites da capacidade cognitiva ganham espaço por sua demonstrada razoabilidade.

Além do mais, ao ver de Chomsky, com o uso da tese radical da *tabula rasa* para o espírito humano (o que não é tangível sequer em David Hume), advém o risco de justificação de formas coercitivas de poder. Tanto os Estados “democráticos” capitalistas quanto os chamados socialistas de Estado podem interferir na esfera crucial da natureza humana (ação/criação livre) quando adotam a doutrina do “organismo vazio” como suporte para o uso do poder, uma vez que

o princípio de que a natureza humana, nos seus aspectos psicológicos, não é mais do que um produto da história e de determinadas relações sociais retira todas as barreiras à imposição e manipulação por parte dos poderosos. Também este fato pode – a meu ver – bastar para a adesão dos ideologistas intelectuais qualquer que seja a sua convicção política. Já pus à discussão a semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico laico da natureza dos homens e das coisas. (Chomsky, 1975a, p.145)

---

outra; simplesmente infere que a concepção de Skinner não é plausível ou logicamente acessível (Chomsky, 2008b).

A capacidade cognitiva imprime um *selo* sobre as realizações humanas nas suas várias formas de expressão intelectual e indicamos, também, os limites do uso do poder. Propõe-se, então, que os espíritos criadores se aproximem dos limites dessa capacidade, aperfeiçoando-a. A capacidade cognitiva em questão, referente à natureza humana, é genericamente comparável ao processo de desenvolvimento da linguagem. Manifesta-se a necessidade de um ambiente rico e aberto para seu desenvolvimento, pois, em último caso, o organismo preserva consigo as potencialidades não estimuladas pelo mundo. Se o entorno não é favorável ao desenvolvimento das capacidades cognitivas, haverá uma situação basicamente inibidora. O conceito de *Bildung*, segundo Carlos P. Otero, pode esclarecer a função libertadora dessa filosofia:

As duas condições fundamentais dessa liberdade são a maximização do desenvolvimento do indivíduo e a diversificação das situações. Básico nesta filosofia é o conceito de *Bildung*, que tem sido interpretado como “o desenvolvimento mais completo, mais rico e mais harmonioso de todas as potencialidades do indivíduo, da comunidade, ou do gênero humano”. Isto leva naturalmente a maior “diversidade”, outro conceito-chave de sua filosofia. (Otero, 1984, p.162)

Com base nas restrições que aviltam nosso caráter, o diagnóstico político de Chomsky assinala a existência de uma “crise de modernismo”. Tal crise se configura pelo declínio acentuado do acesso aos produtos dos espíritos criadores, circunstância que se manifesta, por exemplo, na imprecisão da distinção entre “arte e quebra-cabeças”. Ao lado disso, temos o exacerbado profissionalismo da vida intelectual, tanto naqueles que produzem trabalho criador<sup>7</sup> quanto no público em geral. Dessa forma,

---

7. Cabe dizer que a “maior liberdade”, neste caso, não consiste na abertura dos mercados para o capital; a natureza humana, para Chomsky, não é caracterizada como utilitarista ou egoísta em essência; para Otero, por exemplo,

seria de esperar que, nesta fase da evolução cultural o desrespeito pelas convenções baseadas fundamentalmente na capacidade cognitiva humana se transformasse virtualmente numa forma de arte. Pode ser que algo deste gênero tenha vindo a acontecer na história dos últimos tempos. Mesmo que estejam corretas, estas considerações não levariam a negar que existe certamente um vasto potencial criador até agora por explorar, nem a ignorar o fato de que, para a maioria da raça humana, a privação material e as estruturas sociais opressivas tornam estes problemas acadêmicos, para não dizer obscenos. (Chomsky, 1975a, p.137)

A comparação genérica que Chomsky admite na relação entre os domínios cognitivos e a esfera de ação humana leva-o a uma interessante análise da produção intelectual moderna. A presença de certas condições (materiais e sociais) torna-se necessária para que se exerça pressão sobre os limites da capacidade cognitiva que, desse modo, poderia desenvolver o trabalho criador, a arte e outros produtos latentes ao espírito. Presenciamos a existência de um vasto potencial à espera de um desenvolvimento pleno. Trata-se de questionar as estruturas sociais que atuam como barreiras ao processo de desenvolvimento humano. A tirania privada das corporações do capital, em contraposição à autogestão da produção por parte dos próprios trabalhadores, é um dos exemplos das barreiras constantemente mencionadas por Chomsky. O fundo comum dessas críticas está no sentido das transformações necessárias; inclui-se como imperativo que toda cultura moral brote

única e imediatamente da vida interior da alma e só pode ser estimulada a partir da natureza humana, e nunca produzida por

---

Chomsky está mais próximo de Humboldt: “a propensão que melhor define o ser humano (que para Smith é por natureza egoísta e tem um aversão inata ao trabalho), é de caráter comercial e utilitário (o afã de lucro), ideia que tem não pouco de absurda. Pelo contrário, para Humboldt, a propensão mais definitiva é de caráter eminentemente criativo, isto é, a autorrealização pessoal” (Otero, 1984, p.161).

maquinações externas e artificiais [...] O que quer que não brote da livre escolha do homem, ou que seja apenas o resultado de instrução e orientação, não penetra em seu ser mais profundo, mas ainda permanece estranho à sua verdadeira natureza. Nesse caso, o homem não atua movido com energias verdadeiramente humanas, mas apenas com exatidão mecânica. (Chomsky, 2008b, p.83)

O estabelecimento de um potencial criativo e a justaposição de limites para seu desenvolvimento, como vemos, estipulam um núcleo ético para a ação almejada pelos homens, e, ao mesmo tempo, estrutura um campo para o julgamento político das instituições que, não cumprindo o que é potencialmente ético, se tornam entraves diretos ao desenvolvimento livre do potencial criativo.<sup>8</sup> Contra o embrutecimento da vida produtiva, Chomsky nos alerta que

os animais apenas produzem pela imposição de necessidades físicas diretas, enquanto o homem produz quando livre de necessidades físicas e só produz verdadeiramente quando completamente alheio a tal necessidade. De acordo com este critério, a história humana mal começou para a maioria da humanidade. (Chomsky, 2008b, p.138)

A crítica social de Chomsky, articulada pelo conceito de natureza humana, com claro viés epistemológico, já se manifestava nas divergências entre a doutrina empiricista e racionalista que, além de aspectos conceituais, revelaram em suas disputas um candente contexto político. Chomsky acentua que o empirismo de Locke,

---

8. Segundo Otero, “independente do que a ciência possa ou não oferecer no futuro, a questão da natureza humana (a questão da estrutura da mente/cérebro) tem um grande interesse social. Em definitivo, o conceito de natureza humana é a noção básica de toda possível teoria da sociedade. Parece razoável assumir que uma sociedade justa e decente leva à satisfação das necessidades humanas intrínsecas, a que permitam as condições materiais da época” (Otero, 1984, p.154).

por exemplo, caracterizou-se pelo enfrentamento nos debates morais e religiosos do século XVII. O empirismo, então, esteve associado ao combate do obscurantismo religioso, opondo-se àquela doutrina pessimista segundo a qual os seres humanos possuem uma natureza inalterável que os condena à servidão intelectual, como também à privação material perpetrada por instituições eternamente consolidadas. Contra isso, o empirismo pôde, portanto, ser entendido como uma doutrina de progresso e esclarecimento. Por outro lado, a adesão ao empirismo extremado esteve ligada ao sistema colonial e sua ideologia exploratória. Com o cartesianismo, todavia, a natureza humana ganha outro sentido:

O anti-abstracionismo e o anti-empirismo da filosofia cartesiana estão ligados à preocupação com a liberdade humana. Mais genericamente, o modelo racionalista de homem é concebido para defender um espírito ativo e criador que não é pressionado nem do exterior, para o interior, nem considerado adaptável [...] O pensamento cartesiano constitui um vigoroso esforço para afirmar a dignidade da pessoa humana [...] [em contraste] a concepção empirista de tábua rasa da aprendizagem é um modelo manipulador. (Bracken, 1974, p.16, apud Chomsky, 1975a, p.128)

A observação de Bracken parece exata para Chomsky, tanto do ponto de vista conceitual quanto histórico. Graças à análise negativa é possível recusar certos caminhos da configuração moral. Se afirmarmos que o organismo humano é plástico e não estruturado, se admitirá também certa direção natural para o poder:

A doutrina empirista pode ser facilmente moldada numa ideologia do partido de vanguarda que reclama para si autoridade de conduzir as massas a uma sociedade que será governada por uma “burocracia vermelha” contra a qual Bakunin nos preveniu. E será assim facilitada a tarefa dos tecnocratas liberais ou diretores coletivos que monopolizam “O vital tomar de decisões” em instituições duma democracia capitalista de estado, espandendo as

peças com o seu próprio pau, no dizer enérgico de Bakunin. (Chomsky, 1975a, p.145)

Logo, a doutrina empirista da natureza humana pode servir de esteio para a manutenção centralizadora do poder capital de tomar decisões – fator válido tanto para a vanguarda socialista quanto para as tecnocracias liberais. O homem sem direções torna-se um objeto, moldado pelo direcionamento político do mais forte. A posição epistemológica de que o organismo humano é puramente plástico e adaptável, desse modo, levanta precedentes para diferentes convicções políticas interessadas na justificação de atos escusos. Portanto, a crítica da concepção de natureza humana, bem como a própria explicitação desse debate, tornam-se cruciais para o ativista. Mesmo que a compreensão da natureza humana seja precária (do ponto de vista científico), os indícios da análise genérica, chamada também de análise negativa, são suficientes para denegar o ponto de vista de uma natureza humana plástica e maleável.

Na crítica da utilização das prerrogativas do homem plástico, encontra-se sob análise a justificação do poder, assim como seu lugar na sociedade almejada. É o poder, portanto, um dos esforços interpretativos centrais da reflexão suscitada pelo conceito de natureza humana: “é necessário entender cabalmente a natureza do poder”. Quem exerce o poder deve ter por finalidade a justiça segundo as necessidades humanas fundamentais. Há como obrigação a exposição de argumentos ou abandono da luta, ou seja, há de se justificar que a revolução social tem por finalidade a justiça, que tem por finalidade satisfazer necessidades humanas fundamentais e não somente recolocar no poder algum outro grupo com ênfase centralizadora (Chomsky, 2006a, p.83).

O exercício do poder obtém a salvaguarda da justiça<sup>9</sup> se for praticado nas circunstâncias de respeito ao que se categoriza pelo

---

9. Chomsky gradua a questão da “sociedade futura” da seguinte forma: haverá legalidade parcial ou total das instituições à medida que estas se aproximarem

caráter da espécie e seu melhor destino. A análise do exercício do poder (se é justo ou não) é indicada pela aproximação deste da realização do caráter da espécie. Por essa articulação, Chomsky chega à necessidade de crítica da vanguarda socialista, como também, por consequência, da tecnocracia capitalista. Trata-se de modelos incapazes de justificar o uso do poder pelos meios do caráter da espécie:

Já pus à discussão a semelhança impressionante das doutrinas desenvolvidas por socialistas partidários da autoridade e ideologistas do capitalismo de estado, que constituem um sacerdócio secular reclamando autoridade absoluta, tanto espiritual como laica, em nome dum conhecimento científico único da natureza dos homens e das coisas. (Chomsky, 2008b, p.145)

Seja como for, o reclame do poder e seu exercício devem estar amparados pelo princípio de justiça, forjado pela ótica criativa da natureza humana. O exercício do poder, quando não se expõe à luz da natureza humana, torna-se injusto, portanto passível de ser colocado em questão.<sup>10</sup> Temos aí, consequentemente, a estruturação

---

da realização da natureza humana; para tanto, deve-se postular uma justiça ideal, que se delineaia através de uma “sociedade ideal em nossas mentes”. Para Chomsky estamos em condições de imaginar e avançar rumo a tal sociedade com um melhor sistema de justiça (cf. Chomsky, 2007b).

10. Não basta, porém, que um grupo político encarne o uso justificado do poder, nesse ponto reside a natureza libertária/anarquista da filosofia de Chomsky, a centralização do poder na figura de organismos de mando/obediência não atende à realização criadora dos espíritos: “A visão de uma futura ordem social, por sua vez, baseia-se num conceito de natureza humana. Se de fato o homem é um ser infinitamente maleável, completamente flexível, sem estruturas mentais inatas e sem necessidades intrínsecas de caráter cultural ou social, ele é um objeto adequado à ‘moldagem do comportamento’ pela autoridade do Estado, pelo dirigente da empresa, pelo tecnocrata ou pelo comitê central. Os que têm alguma confiança na espécie humana hão de esperar que não seja assim e tentarão determinar as características humanas intrínsecas que proporcionam o arcabouço para o desenvolvimento intelectual, o crescimento da consciência moral, as realizações culturais e a participação numa comunidade livre” (Chomsky, 2008b, p.466).

de uma teoria da libertação social. O conceito de natureza humana deve fundamentar e guiar esse processo. Chomsky separa como tarefas dessa teoria as prioridades radicais e as futuras ou de longo prazo. As prioridades radicais impõem-se como aquelas ações urgentes, reformadoras e de progresso temporário, das quais não devemos nos furtar. A oposição à Guerra do Vietnã foi um exemplo de prioridade radical (pragmática) que compunha o rol de responsabilidades do intelectual. Já as tarefas de longo prazo são aquelas reguladas conceitualmente, visam a sociedades onde vigore o melhor modelo para a natureza humana (potencialmente latente) através, por exemplo, da prática ampla do poder descentralizado.<sup>11</sup>

Há nessa tarefa conceitual uma estrutura a ser seguida pela análise política; essa composição vincula-se, de modo especial, à epistemologia da linguagem. As estruturas intrínsecas do espírito estão subjacentes ao desenvolvimento de estruturas cognitivas, o caráter da espécie regula o esquema de crescimento da consciência normal, da realização cultural e até mesmo a participação numa comunidade livre e justa. As tarefas de prioridade radical devem, então, enquadrar-se num modelo maior, aquele correspondente à sociedade almejada. Na busca em questão,

por outro lado, resultados positivos deste esforço podem revelar que estas paixões e instintos talvez consigam pôr termo àquilo a que Marx chamou a “pré-história” da sociedade humana. Ao deixarem de ser reprimidas e deformadas pelas estruturas sociais competitivas e autoritárias, essas paixões e instintos podem preparar uma nova civilização científica onde a “natureza animal” é ultrapassada e uma natureza humana pode verdadeiramente florescer. (Chomsky, 2008b, p.147)

---

11. Dessa maneira, “a reconstrução radical da sociedade precisa procurar meios para liberar o impulso criativo e não para estabelecer novas formas de autoridade” (Chomsky, 2008b, p.82).

Ao mesmo tempo, é necessário esclarecer que não existiria um florescimento dependente do despertar da natureza humana em si. Para Chomsky, a linguagem superficial ou ordinária (do orador ativista) é vital para o esclarecimento dos benefícios da autogestão criativa da vida. A mesma linguagem ordinária capaz de conduzir as mentalidades de forma desastrosa, é um instrumento moral do ativista, responsável pela clareza e coerência que os homens possam vir a despertar a respeito das potencialidades e demandas de sua natureza intrínseca. A linguagem ordinária é capaz de persuadir os homens sobre condições mais ricas e amplas da existência:

Se os homens puderem ser persuadidos do valor inerente da autogestão e da vida criativa, eles também poderão avançar na direção de uma sociedade mais humana, sem passar pela violência revolucionária que “numa democracia é infinitamente perigosa”, já que pode destruir o delicado tecido da vida civilizada. (Chomsky, 2008a, p.89)

Temos aqui um paradoxo curioso, aparentemente não tratado por Chomsky. A crítica da vanguarda leninista, cujo *locus* recorre à natureza humana e suas relações com o poder institucional, reintroduz sorrateiramente a necessidade do intelectual como porta-voz do esclarecimento possível ou desejável da “autogestão e da vida criativa”. Os processos de propaganda e educação tornam-se imprescindíveis, nesse caso, para o esclarecimento da verdade revolucionária. É fato que Chomsky tenta atenuar a questão ao propor uma análise entre os interesses funcionais que alimentam a política do império e refletem-se no seu aparato ideológico, mas “é verdade que as pessoas não estão no meio da rua se revoltando – é só olhar pela porta e constatar isso” (Chomsky, 2005b, p.100). Por isso, o papel do intelectual torna-se central, de qualquer ponto que se olhe – talvez não mais para persuadir sobre a necessidade de um novo controle centralizador, mas, justamente, para esclarecer sobre a potencialidade criativa da gestão livre da vida.

Em posse dos conceitos de natureza humana e liberdade, podemos passar rapidamente a uma descrição das tarefas do intelectual concebidas por Chomsky. O campo dessas tarefas abrange uma investigação através de vários centros do poder. Portanto, convém delimitar as questões políticas aqui trabalhadas. É importante lembrar ao leitor a vastidão da obra política de Chomsky. Tal obra, nesse campo, cobre uma ampla gama de assuntos que envolvem desde a política externa dos EUA até o exame da mídia de massas naquele país. Boa parte desses textos, conseqüentemente, se caracteriza por análises conjunturais. É claro que Chomsky não trabalha com todos os problemas sociais e políticos que transcorrem em nossa época. Seu trabalho centra-se nas discussões sobre certos Estados e suas clientelas, situadas geralmente em áreas estratégicas (tal como na relação entre os EUA e Israel). O conjunto desse temário constitui-se pela variedade de informações relativas às “razões de Estado”.

Das análises conjunturais em questão surgem algumas formulações gerais, encontradas, por exemplo, no chamado problema de Orwell, ao qual nos dedicamos brevemente. Esse problema consiste em explicar por que se sabe tão pouco sobre nossas sociedades, mesmo que a evidência contrária (que em muitos casos nos é acessível) seja tão rica. George Orwell, tal como muitos dos intelectuais do século XX, ficou impressionado com a capacidade dos sistemas totalitários para infundir crenças, que são defendidas com certa estabilidade e vastamente aceitas, mesmo que não tenham qualquer fundamento. Em muitos casos, essas crenças são simplesmente contraditadas por fatos óbvios do mundo que nos cerca. Para elucidar o problema de Orwell, devem-se buscar os fatores institucionais que bloqueiam o discernimento e a apreensão em áreas cruciais da nossa vida. Ou seja, deve-se identificar aquela forma de persuasão (e seu centro de poder) contrária ao livre desenvolvimento humano.

Milhares de páginas de documentação pormenorizada demonstraram que nas sociedades democráticas liberais também surgem doutrinas de “religião de Estado”. Essas doutrinas estão

firmente arraigadas nas mentes e são largamente aceitas. Em muitos casos, a retórica produzida pela religião do Estado desafia fatos óbvios, com evidentes provas contrárias para o senso comum. A construção e propagação de doutrinas desse gênero estão, em muitos casos, associadas à *intelligentsia*, responsável pelo trabalho da manufatura do consentimento (Walter Lippman) ou da engenharia do consentimento (Edward Bernays). Essa engenharia é considerada essencial em sociedades que já não podem impor o conformismo e a obediência pela violência pura. Onde a linguagem tornou-se “livre”, por assim dizer, é indispensável uma nova configuração para aprisioná-la.

A informação contrária aos dogmas reproduzidos pela *intelligentsia*, independente de qual for a sua força, tem, em geral, um efeito quase nulo sobre os núcleos principais da vida intelectual respeitável. A religião do Estado afasta naturalmente a investigação e a compreensão do funcionamento autêntico das instituições dominantes. Um novo mandarinato constituído por intelectuais a serviço do poder do império se constitui. Com base no princípio orwelliano, temos nesse sentido a divisa: “ignorância é força”.

Chomsky nos lembra que as decisões políticas em tal cenário de manipulação, em geral, também são tomadas sobre julgamentos que têm por fundo alguma concepção de natureza humana. No mundo da manufatura do consentimento transparece o ponto de vista do mito do “homem econômico” como um agente absolutamente livre. Para Chomsky, as sociedades contemporâneas “democráticas” – o caso paradigmático em análise centra-se nos EUA, exportador desse modelo – desenvolvem sofisticadas práticas de controle dos seus cidadãos. As grandes organizações do capital, através das corporações privadas, que controlam a economia e o Estado, refreiam simultaneamente o pensamento ou questionamento possível sobre o desmesurado poder privado. Há nessas circunstâncias um deliberado controle da compreensão, exercido pela propaganda, que compartimenta as dimensões da vida em âmbitos restritos aos interesses de pequenos grupos. A proclamada economia de livre mercado, por exemplo, esconde em sua legenda situações

evidentes de excessivo controle privado. As grandes corporações do capital, nesse caso, são nitidamente subsidiadas pelo Estado através de políticas protecionistas, e temos uma espécie de “Estado de bem-estar para os ricos” que é aceito de bom grado:

Mas é um simples truísmo dizer que o Estado representa apenas um segmento do eixo de poder. O controle dos investimentos, da produção, do comércio, das finanças, das condições de trabalho e de outros aspectos cruciais da política social está nas mãos de particulares [...] a expressão bem-falante é moldada pelas mesmas forças privadas que controlam a economia. É predominantemente dominada por grandes empresas, que vendem índices de audiência aos anunciantes e, naturalmente, refletem os interesses dos proprietários e de seu mercado. Portanto, a capacidade de articular e transmitir as próprias ideias, preocupações e interesses – ou até de descobri-los – fica também estreitamente limitada. (Chomsky, 2003, p.462)

A política exterior dos EUA, em consonância a essa estrutura, se caracterizou (e ainda o faz) sistematicamente pela intervenção direta ou indireta em diversos territórios, a fim de fazer fracassar movimentos populares ou nacionais que se desenvolvessem de maneira autônoma. Buscou-se refrear a ação daqueles Estados que pudessem vir a quebrar a lógica dos “ideais” de uma economia de mercado. O desenvolvimento independente ou um tanto separado da esfera de influência doutrinária é ameaça real ao “mundo livre” que, nesses termos, podemos entender como o mundo dos negócios. As posições “idealistas” dos EUA foram e continuam a ser a obtenção do máximo de controle para que as estruturas de interesse sigam da maneira mais estável possível. Entendendo-se por estabilidade o que for necessário ao controle e acesso livre aos mercados, tanto pelos EUA quanto para seus Estados clientes.

Chomsky graceja sobre o interesse por liberdade manifesto pelos “desinteressados pacificadores de Washington”. Aqui, a expressão “liberdade de mercado” significa, a seu ver, simplesmente

“a liberdade dos ricos para atuar conforme seus desejos”. As campanhas intervencionistas renovam seus estoques de argumentos, mas o fundo estratégico permanece o mesmo pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.<sup>12</sup> Desse ponto de vista, seria mais preciso dizer que nos EUA, no fundo, “existe um único partido político – o partido empresarial – com duas facções. As coalizões mutáveis dos investidores respondem por grande parte da história política [...] o sistema ideológico é limitado pelo consenso dos privilegiados. As eleições são, basicamente, uma forma de ritual” (Chomsky, 2003, p.463).

Para Chomsky, o tratamento especializado dos comentaristas (ou mandarins) sobre acontecimentos relevantes ao público, como as guerras travadas pelos EUA, carrega frequentemente uma suposta aura de complexidade e profundidade típicas da ilusão do sistema doutrinário.<sup>13</sup> A distância e estranhamento provocados pela linguagem especializada acabam por apresentar os problemas coletivos como alheios ao interesse da população; o efeito desejado é o

---

12. Para exemplos explícitos da política externa dos EUA, conferir, por exemplo, *Contendo a democracia* e *Towards a new Cold War*. Nesses e em outros textos, encontram-se análises detalhadas que se reportam diretamente aos documentos oficiais do governo.

13. Colocar a questão tão diretamente merece no mínimo alguma referência. A argumentação de Chomsky jamais se desenvolve sem que se retire da própria *intelligentsia* seus argumentos: “A imprensa oficial do governo dos Estados Unidos é uma fonte inesgotável para a exploração do padrão moral e intelectual desse aconselhamento especializado. Em suas publicações, podemos ler, por exemplo, o depoimento do professor David N. Rowe, diretor de estudos de pós-graduação em relações internacionais da Universidade de Yale, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. O professor Rowe propõe que os Estados Unidos comprem todo o excedente da produção canadense e australiana de trigo, para que haja um surto de fome em massa na China. Eis suas palavras: ‘Naturalmente, não estou falando disso como uma arma contra o povo chinês. Ela será. Mas só incidentalmente. Será uma arma contra o governo, pois a estabilidade interna do país não pode ser mantida por um governo inamistoso ante uma situação de fome generalizada’. O professor Rowe não se atrapalha com essa espécie de moralismo sentimental que nos poderia levar a comparar sua proposta, por exemplo, com a Ostpolitik de Hitler na Alemanha” (Chomsky, 2006b, p.386).

de convencê-la de sua incapacidade para organizar seus próprios assuntos sem a tutela de intermediários. Uma das tarefas do intelectual responsável, segundo Chomsky, está em oferecer informação fidedigna e animar os indivíduos a superar a apatia: “Essas informações estão acessíveis, mas somente para fanáticos: para desenterrá-las é preciso gastar boa parte da vida na procura. Nesse sentido, as informações estão acessíveis. Mas essa ‘acessibilidade’ é pouco significativa na prática” (Chomsky, 2007a, p.38). A impassibilidade e falta de vontade são os produtos esperados da propaganda.

A diferença a que se refere Chomsky entre as sociedades totalitárias e as ditas democráticas, no campo da propaganda, é que o controle ideológico dá a impressão de que não há censura, o que é correto num sentido estritamente técnico. Chomsky lembra que, mesmo após todos os seus anos de ativismo, não chegou a ir para a cadeia por revelar fatos ou mesmo por proclamá-los para todos com quem fosse possível se comunicar. Quando foi preso durante a Guerra do Vietnã, o motivo estava no fato de ter incitado a desobediência civil, em defesa daqueles jovens que recusaram o alistamento militar. Apesar da relativa “liberdade” de expressão, contudo, os resultados do controle em sociedades democráticas “são muito semelhantes aos que existiriam se houvesse censura de verdade. A realidade social, em termos gerais, é escondida pela *intelligentsia*” (Chomsky, 2007a, p.39).

Em *O poder americano e os novos mandarins*, livro publicado em 1967, Chomsky constata a incrível uniformidade (ou manufatura) de opiniões existentes nos EUA durante a Guerra do Vietnã. Analisando os comentários da imprensa, de historiadores e políticos, Chomsky ressalta o papel crucial exercido pela *intelligentsia* na construção de valores padronizados, cuja inclinação ideológica é pautada pela verdade oficial do governo. Em 1961, por exemplo, a Força Aérea dos Estados Unidos deu início a ataques diretos contra a população rural do Vietnã do Sul, por meio de bombardeamentos pesados e desfolhação de grandes áreas. Deslindava-se então um programa que ambicionava “conduzir milhões de pes-

soas para ‘acampamentos’ seguros”. Cercados de arame farpado e de guardas armados, essas pessoas seriam ali “protegidas” da influência dos guerrilheiros, os chamados “vietcongues”, uma divisão sulista da antiga resistência antifrancesa (Vietminh).<sup>14</sup>

O pretendido programa é o que se chama de agressão ou invasão, quando empregado por inimigos dos EUA, “mas que se aplicado por nós”, torna-se imediatamente legítimo, uma verdadeira razão de Estado. Vários oficiais e analistas americanos chegaram a reconhecer que o governo instalado no Sul, pelos EUA, não era legítimo, pois tinha um precário apoio popular. A chefia desse governo foi derrubada regularmente por golpes apoiados pelos Estados Unidos, principalmente nos momentos em que se temia a recusa da intensificação da agressão americana, ou, ainda, quando as negociações de um acordo com o inimigo começavam a se estabelecer. Antes da invasão americana em larga escala, em 1962, já haviam sido mortos aproximadamente 70.000 vietcongues, numa campanha literalmente “terrorista dirigida pelos Estados Unidos”.

Logo depois, por volta de 1965, o número de mortos elevou-se para o dobro, segundo estimativas oficiais. Após 1962, os americanos continuaram a dificultar as tentativas de acordo político. A “diplomacia” americana tornou impossível a neutralização do Vietnã do Sul. Em 1964, iniciaram-se os preparativos para intensificar a guerra. Já no começo de 1965, sucederam-se ataques simultâneos contra o Vietnã do Norte, Laos, e, mais tarde, até mesmo contra o Camboja. A visão unilateral desses eventos tem sido sistematicamente abordada por Chomsky:

Durante os últimos 22 anos, tenho procurado, em vão, encontrar nos principais jornais e trabalhos de investigação americanos, *uma única* referência a uma “invasão” americana do Vietnã do Sul ou a

---

14. Vietminh foi uma organização política (Liga para a Independência do Vietnã) formada em 1941 por nacionalistas que apoiaram o movimento comunista da Indochina até 1951.

uma “agressão” americana ao Vietnã do Sul. No sistema doutrinal dos Estados Unidos não existe tal acontecimento. (Chomsky, 1994, p.269)

No auge da objeção à guerra, apenas uma ínfima parte dos intelectuais americanos podia reconhecer, por uma questão de princípios, a ilegitimidade da guerra. Chomsky notou, com profunda surpresa, um largo espectro de uniformidade nas opiniões da maioria dos “críticos”, que só se opuseram à guerra “muito depois de os círculos principais de negócios o terem feito, com base na questão ‘pragmática’ de que os custos eram demasiado elevados” (Chomsky, 1994, p.269). A pergunta de Chomsky persistia, afinal, fatos como esse deveriam fazer-nos refletir seriamente: “Como se conseguiu esta subserviência surpreendente ao sistema doutrinal?”.

Curiosamente, o desdém não se estabeleceu por ocultação dos fatos, as fontes citadas sobre os eventos, em muitos casos, são do próprio governo. A questão era o quadro geral em que esses “fatos” eram apresentados. Um grande número de teses, manuais escolares e meios de comunicação – com raras exceções – adotaram a asunção de que a postura americana era *a priori* defensiva, embora talvez fosse uma reação exagerada, até mesmo imprudente. Mas a legitimidade da invasão em si mesma jamais foi confrontada. Os mecanismos de doutrinação transparecem no debate que opunha os falcões às pombas. Os falcões eram aqueles que, como o jornalista Joseph Alsop, apostavam que a guerra podia ser ganha, desde que houvesse dedicação suficiente. Na alegação das chamadas pombas, concordava-se com a opinião de Arthur Schlesinger de que, possivelmente, a guerra não podia ser ganha, embora, tal como Schlesinger, admitisse que “todos nós rezamos para que o Sr. Alsop tenha razão”. Em resumo:

todos rezamos para que os Estados Unidos tenham êxito na agressão e no massacre; e se assim acontecer, de acordo com o que Schlesinger disse num livro que o consagrou como um “líder anti-guerra” (Leslie Gelb) aos olhos dos comentaristas mais impor-

tantes, “podemos todos saudar a prudência e a diplomacia do governo americano”, por ter conduzido uma guerra que estava transformando o Vietnã numa “terra de ruína e de destruição”. (Chomsky, 1994, p.270)

Na tese padrão, aceita pelos aparatos doutrinários, a guerra foi uma cruzada falha, empreendida por motivos nobres, ainda que ilusórios. A posição adotada pelos pombos *versus* falcões esboça uma importante tese de Chomsky sobre o caráter dos sistemas democráticos de controle do pensamento. Nas sociedades democráticas, que não podem apelar à estrutura de violência desvelada, forja-se, na prática, uma espécie de religião de Estado:

Os sistemas democráticos de controle do pensamento têm um caráter radicalmente diferente. A violência é rara, pelo menos contra os sectores mais privilegiados, mas exige-se uma forma de obediência muito mais profunda. Não basta obedecer à doutrina estatal. Mas, considera-se necessário assumir o espectro total de discussão – nada pode ser imaginado para além da Linha do Partido. As doutrinas da religião oficial são, muitas vezes, omitidas, sendo antes pressupostas como enquadramento da discussão entre os indivíduos bem intencionados, o que é uma técnica de controle do pensamento muito mais eficaz. O debate deve travar-se, pois, entre as “pombas” e os “falcões”, os Schlesingers e os Alsops. A ideia de que os Estados Unidos estão envolvidos numa agressão e de que essa agressão é ilegítima deve continuar a ser impensável e omitida, com referência ao Santo Estado. Os “críticos responsáveis” dão um contributo apreciável a esta causa, pelo que são tolerados e mesmo respeitados. Se até os críticos adotam tacitamente as doutrinas da religião oficial, quem pode questioná-la? (Chomsky, 1994, p.271)

Chomsky verifica que o espaço para a dissidência real também está limitado nas sociedades “democráticas”. Ele passa então a produzir um longo e denso trabalho de crítica à doutrina de Estado.

No caso, a política externa americana é o foco das buscas. Nesse caminho, através de comentários enviesados e fragmentários (pois, em geral, seu trabalho político centra-se na análise da argumentação oficial do império americano, em seus diversos modos de manifestação), Chomsky chega a algumas conclusões gerais de um projeto político para nossa época, que possa nos livrar das tiranias privadas de toda espécie, tal como da “lavagem cerebral”.

Dessa maneira, Chomsky combate o conceito de *homem econômico*, característico da doutrina liberal contemporânea, que visa à maximização do poder individual, representada por formas auto-cráticas de gerenciamento da vida por parte do capital. Essa concepção gera a distorção do conceito de liberdade como utilização livre e criativa das próprias capacidades. A acumulação e dominação, nessas práticas, impedem o florescimento do trabalho livre e criativo. Com o individualismo possessivo no padrão proposto pela noção de homem econômico levanta-se uma barreira ao consumo orientado ao bem comum. Na esteira dessa concepção, “em 1690, Locke sustentou que a busca da fortuna (propriedade) é um dos direitos básicos dos seres humanos, junto com a vida e a liberdade. Em 1776, Smith pensava que a natureza humana mostra certa ‘propensão’ a ‘permutar, trocar e intercambiar algumas coisas por outras’” (McGilvray, 2006, p.251). Smith acreditava que essa propensão, junto da fala e da razão, distinguiria radicalmente os homens dos animais.

Com David Ricardo e Malthus, a acumulação e a dominação não eram, pelos menos visivelmente, parte dos objetivos essenciais dos valores econômicos. Para que houvesse satisfação no trabalho, valorizava-se a liberdade de oportunidades. O conceito de homem econômico só é concebido em função da acumulação e dominação, e de maneira mais precisa, com a paradigmática política dos EUA, desde os seus primeiros tempos. James Madison, quarto presidente americano, chegou a definir o direito de propriedade como acima das pessoas. Pois, afinal, corria-se o risco de a “vontade da maioria” ameaçar os direitos de propriedade de uma “minoridade opulenta”. O novo escravismo salarial, em conjunção com as invioláveis leis do

mercado, no entanto, não podem controlar as crescentes tensões entre as classes sociais. As medidas que formaram o *New Deal*, já no século XX, são um exemplo da incorporação das demandas sociais com o intuito de arrefecer as ameaças causadas pela vontade da maioria.

Desde a Grande Depressão, segundo Chomsky, a elite econômica e administrativa americana compreendeu que “qualquer coisa semelhante a capitalismo de livre mercado é um desastre total”. A rígida intervenção governamental na economia se faz necessária para protegê-la de forças hostis, geradas principalmente pela competição excessiva. Sem o suporte do Estado, as empresas privadas tendem a uma queda de rendimento e, no conjunto da economia, esse fracasso pode levar a um intermitente ciclo de depressões. Por essa razão, as economias industriais exigem a maciça presença de um setor estatal: “o modo como o nosso maciço setor estatal funciona aqui nos Estados Unidos é principalmente por meio do sistema militar” (Chomsky, 2005b, p.105). A transferência de subsídios públicos aos setores de tecnologia de ponta ocorre, por exemplo, através de órgãos como a Nasa ou o Pentágono, que cumprem o papel institucional de repassar os investimentos em pesquisa ao mercado. A retórica liberal se expressa, assim, pelo cinismo da política econômica real:

De fato, se olharmos as partes da economia americana que são internacionalmente competitivas: temos a agricultura, que recebe maciços subsídios do Estado; temos o problema da indústria de alta tecnologia, paga pelo Pentágono; e a indústria farmacêutica, fortemente subsidiada por meio do financiamento público às ciências – essas são as partes da economia que funcionam competitivamente. E o mesmo vale para qualquer outro país [...] isso é verdade desde o início da Revolução Industrial: não há uma única economia na História que tenha se desenvolvido sem extensa intervenção do Estado, com altas tarifas protecionistas, grandes subsídios, e assim por diante. (Chomsky, 2005b, p.106)

Como aponta Chomsky, dificilmente encontraremos um único elemento da indústria de tecnologia avançada nos EUA que não esteja ligado ao sistema do Pentágono. Os gastos públicos (financiado pelos contribuintes), feitos através de estímulos keynesianos, revelaram uma concordância geral entre o empresariado e os planejadores da elite: precisava-se de uma canalização dos fundos públicos para a economia. Uma economia eficiente e competitiva deve subsidiar a livre empresa. A pergunta que marca esse objetivo, no final da Segunda Guerra é: “O governo deveria efetuar gastos militares ou gastos sociais? Bem, deixou-se rapidamente muito claro nessas discussões que o rumo que os gastos governamentais iam ter que tomar eram militares” (Chomsky, 2005b, p.109).

Como é claro, a disposição pelos gastos militares não estimula a tomada de decisões num sentido democrático amplo. A palavra “subsídio” pode ser rapidamente substituída por “segurança”, isto é, se quisermos que o público não interfira nos procedimentos, tem-se que “manter um simulacro de constantes ameaças à segurança”. Em nome da segurança, a razão de Estado do Executivo torna-se superior ao próprio Legislativo. Os movimentos populares nos anos 1960, contrários a Guerra do Vietnã, esbarraram de maneira profunda nessas questões. Mas, por uma série de motivos, a sublevação não tomou fôlego suficiente para a reversão dessa política. Para Chomsky, as discussões sobre a retirada do Vietnã, naquele período, que eram importantes como tarefa imediata, caíram rapidamente na periferia do problema. O sistema de poder em questão (que envolve a economia, os setores administrativo e da *intelligentsia*) é o que lhe parece essencial. As mudanças institucionais de grande escala deveriam tocar o centro dessa questão: lidar com os problemas em seu âmago exigirá, “em última análise, chegar à fonte do poder e dissolvê-lo”.

Afinal, se é contra a fabricação do consenso que Chomsky se insurge, não parece haver dúvida da necessidade dos referidos conceitos fundadores de sua teoria social para a estruturação dessa crítica, tal como da resolução do problema de Orwell. Segundo Carlos

Otero (1984, p.213), “a ênfase na liberdade e na responsabilidade individual exige o máximo respeito às convicções pessoais íntimas não incompatíveis com o bem comum universal”. O discurso do intelectual, segundo afirma Chomsky, não é sofisticado porque temos aí apenas um convite crítico às pessoas normais, dotadas de inteligência normal.<sup>15</sup> “O que é perfeitamente possível – você pode chegar a documentos liberados, pode copiá-los e compará-los, e então fazer alguma anotação” (Chomsky, 2005b, p.136). As barreiras institucionais opressoras devem ser quebradas, de baixo para cima, a fim de libertar os impulsos criativos básicos, e não os anulando. Por isso,

outras opções têm de ser abertas para as pessoas – tanto subjetivamente quanto, na verdade, concretamente, significando que se possa fazer alguma coisa com isso, sem grande sofrimento. E esse é um dos principais objetivos do socialismo libertário, eu acho: atingir um ponto em que as pessoas tenham a oportunidade de decidir livremente, por si mesmas, quais são suas necessidades e não só ter as “escolhas” impostas a elas por algum sistema arbitrário de poder. (Chomsky, 2005b, p.275)

É por essa via que Chomsky se alinha à procura de um ideal de sociedade, cujo projeto se encontra na sua visão anarquista ou socialista libertária: “O anarquismo é o ideal máximo de que a sociedade deve se aproximar” (parafrazeando Bertrand Russell). Mas, para os tempos atuais, Russell considerava alguma variante do socialismo cooperativo de guildas como uma projeção razoável para as sociedades industriais avançadas – com o controle das indústrias pelos trabalhadores, um conselho democrático representando a

---

15. Sobre a inteligência normal, Macgilvray comenta: “todo o mundo está dotado de sentido comum, com um pouco de ceticismo e uma atitude mental aberta, o único elemento adicional que faltará às pessoas é a informação. Em análises de assuntos sociais e políticos basta encarar os fatos e estar disposto a manter uma linha de argumentação racional. Só se requer o bom senso cartesiano, que está repartido por igual” (McGilvray, 2006, p.248).

comunidade, algumas formas estatais restritas de gestão, a garantia das necessidades materiais de uma existência decente para todos e a organização de cidadãos por grupos de interesse. A imagem de um público esclarecido pela necessidade de descentralização do poder é recorrente para Chomsky. Essa frágil via é obtida pela simpatia do público, no tecido social de uma democracia direta, fortemente descentralizada. Portanto, essa solução é delicada, já que não se escora sobre a violência e coerção:

Estes grupos estariam determinados a preservar sua autonomia no que tange aos assuntos internos, além de dispostos a resistir a interferências por meio de greve, caso necessário, mantendo um poder suficiente (tanto no poder dos grupos em si mesmos, quanto num poder obtido por apelo à simpatia do público) para bem resistir às forças organizadas do governo sempre que sua causa for julgada justa. (Russell, apud Chomsky, 2008a, p.90)

Mas a distribuição da riqueza de forma igualitária, por decreto de Estado, não fornece garantia de que os impulsos criativos serão liberados; a manutenção da autonomia desses pequenos grupos locais deve ser mantida por uma gestão federativa do poder. A nova sociedade demanda a distribuição de riquezas sob uma organização política descentralizada; a simples alocação de recursos pelo “Estado do povo” não é o socialismo da chamada evolução espiritual das massas: “O socialismo [libertário] trata da libertação do impulso criativo e da reconstrução da sociedade para este fim. A riqueza pode ser distribuída de maneira equânime numa prisão, os recursos podem ser alocados racionalmente por uma ditadura ou por uma oligarquia cooperativa” (Chomsky, 2008a, p.91). Se tivermos em vista a amplitude do conceito de liberdade oriundo da natureza humana, poderemos perceber com nitidez que o controle da gestão é coessencial ao conjunto das concepções sociais de Chomsky. Dessa forma:

O socialismo só será alcançado na medida em que todas as instituições sociais, especialmente as industriais, comerciais e financeiras que atuam na sociedade moderna, forem submetidas ao controle democrático de uma república industrial federativa do tipo que Russell e outros vislumbraram, com conselhos de trabalhadores funcionando ativamente ao lado de outras unidades de auto-organização no interior das quais cada cidadão – para utilizar as palavras de Thomas Jefferson – será “um participante direto no governo dos negócios”. (Chomsky, 2008a, p.92)

Assim, proposta do socialismo libertário, coerente com o restante da obra política de Chomsky, é guiada pela necessidade de florescimento das potencialidades criativas. Tais potencialidades são alcançadas pela organização da produção e da distribuição de riquezas, assim como pelo planejamento social e econômico, que deve estar subordinado ao controle democrático direto, no próprio local de trabalho e em meio à comunidade. Esse esboço do socialismo indica ao mesmo tempo a necessidade de movimentos revolucionários espontâneos: “os movimentos revolucionários têm, de modo bastante geral, se transformado num sistema de conselhos cuja meta é colocar os trabalhadores no controle direto da produção e criar um novo espaço público para a liberdade, constituído e organizado durante o próprio andamento da revolução que é levada a cabo” (Chomsky, 2008a, p.92).

A tomada do Estado e a manutenção de sua forma centralizadora é a antítese do sistema de gestão operária. Seria, ao mesmo tempo, a derrocada da revolução no sentido que temos exposto. O socialismo de Estado e o capitalismo, segundo Chomsky, não se enfrentam num embate tão distinto como se apresenta normalmente, pois ambos se caracterizam por formas semelhantes de controle autocrático da produção. Houve no período da Guerra Fria, por exemplo, “a convergência dos grandes sistemas industriais na direção de alguma forma de capitalismo ou socialismo de Estado” (Chomsky, 2008a, p.94). Ou seja, o controle burocrático é algo que se insere como constante (de certa forma) tanto nas economias

socialistas quanto nas capitalistas. No sentido das metas da natureza humana, também caberia aí uma severa rejeição:

Meio século depois, podemos ver ainda mais claramente a extrema similaridade entre o comissário bolchevique e o magnata dos trustes americanos, ambos, imbuídos da importância dos mecanismos como um fim em si mesmo e igualmente certos de suas posições como detentores da chave que faz os mecanismos funcionarem [...] Com frequência, de modo similar, o partido de vanguarda é um partido com uma alma. Em ambos os casos, aqueles que insistem em afirmar que os homens se submetem às regras dessas autocracias benevolentes podem, com justiça, ser suspeitos de compreender mal a natureza humana e de desejar transformar os homens em máquinas. (Chomsky, 2008a, p.94)

Se a concepção humanística de Chomsky, assim como a de Humboldt, realmente estiver correta, se a natureza humana caracterizar-se pelo investigar e criar sob as condições da liberdade capaz de despertar uma atividade espontânea, o partido de vanguarda é uma forma real de obstrução. Portanto, a análise da clivagem comunismo *versus* capitalismo, que de forma geral assentou a propaganda dessas potências na era da Guerra Fria, parece, ao menos do lado comunista, algo insólito, pois, a seu ver,

não houve nada, em lugar algum, que possa ser descrito de modo otimista como vitória do socialismo, pelo menos não no seu sentido libertário. Em várias partes do mundo subdesenvolvido, onde a maior parte da população vive naquilo que um poeta chinês certa vez chamou de “grau zero da vida”, mudanças dramáticas e animadoras estão em curso sob a liderança daquele que tanto o Ocidente quanto o Oriente chamam de “comunista”. (Chomsky, 2007a, p.143)

A burocracia dominante em tais regimes não foi apenas parasitária, pois também se estruturou como parte da organização social

estabelecida. Fica evidente que tais esforços não têm conduzido a uma sociedade de produtores livres que organizam a produção e a distribuição sem uma autoridade externa coercitiva. Em suma, mantêm-se sob distância os controles democráticos nessas instituições. A crítica ao comunismo asiático acompanha esse diagnóstico:

Uma vez reconhecido esse fato, permanece um sério erro achar que o comunismo asiático representa um modelo para a sociedade industrial avançada, por mais que devamos, na minha opinião, simpatizar com muitas de suas aspirações e por mais que devamos admirar sua resistência heroica à violência e ao terror imperialistas. (Chomsky, 2008a, p.97)

Mesmo sob as condições históricas pelas quais passou a Rússia, para Chomsky, permanece estranho classificá-la como socialista, pois “pode-se debater até que ponto a tirania do Estado russo deriva da doutrina bolchevique ou mesmo das circunstâncias de seu desenvolvimento. Mas descrever a tirania como ‘socialista’ é uma piada cruel” (Chomsky, 2008a, p.98). A crítica ao poder centralizado que atravanca a realização socialista em seu sentido libertário revela, nesse sentido, que o socialismo deve passar pelo crivo da análise das necessidades fundamentais da natureza humana. Essa análise mostra, de modo inegável, o papel nefasto da centralização do poder.

Para Chomsky, a crítica anarquista do autoritarismo socialista é uma herança de Bakunin, que deve ser entendida através da visão de natureza humana aqui descrita. Por outro lado, em relação aos Estados Unidos, o Pentágono tem sido descrito de modo preciso como a segunda maior administração estatal do mundo. Embora detalhes precisos necessitem de elaboração, ainda assim há poucas dúvidas de que “o poder econômico privado se encontra maciçamente concentrado e que seus representantes dominam o poder executivo, o qual vem crescendo substancialmente em termos de poder nos anos pós-guerra” (Chomsky, 2007a, p.43).

A força e interferência do poder econômico em instituições estratégicas como o Pentágono são um exemplo da chamada ditadura eletiva ou despotismo eletivo. Até mesmo análises liberais são contundentes em relação a essa caracterização:

Tem-se sempre utilizado nos EUA um expediente de tempo de guerra para resolver a questão da república em termos de uma “ditadura constitucional”, para não dizer transformando-a em Estado totalitário. Confere-se, assim, uma massa de poderes extra constitucionais ao executivo. Essa necessidade vem se tornando permanente, embora o Congresso tenha mais de uma vez lutado contra a tendência, contínua e frequentemente recaindo em que-relas inúteis. (Chomsky, 2008a, p.100)

A construção de uma ideologia anticomunista recebeu forte apoio do aparato militar, científico e tecnocrático do mundo liberal. Através desse aparato, “a ideia de primazia irrestrita das necessidades estratégicas e militares” ganha a sociedade. Essa estrutura levaria a uma supressão gradual do dissenso e deslocaria os Estados Unidos para mais perto de uma sociedade do tipo descrito por Orwell em 1984. O que parece central na observação de Chomsky é a articulação das corporações de capital, e sua relação de cumplicidade com esse aparato:

Para corrigir um sério desequilíbrio em tais observações, devemos enfatizar que a coalizão de dirigentes é, na realidade, dominada por representantes de interesses corporativos, um ponto que é frequentemente ignorado. Para completar o quadro, deve-se ainda ressaltar que esses interesses corporativos têm alcance internacional. K. W. Weddeburn escreve a respeito dizendo que a organização dominante da próxima década será a empresa internacional ou multinacional, e cita um ministro do gabinete britânico que dizia, em 1968, que os governos nacionais, “inclusive o governo britânico”, serão reduzidos à condição de conselho paroquial ao

lidarem com as grandes companhias internacionais que cruzam o mundo. (Chomsky, 2005b, p.231)

O sistema de controle centralizado, exercido por esse sistema está amplamente coberto pelas análises de Chomsky. A organização Standard Oil Company, de Nova Jersey, por exemplo, que controla o sustento de meia dúzia de países estratégicos, além de ser uma das principais forças políticas atuando nos Estados Unidos, com sua própria agência de inteligência e redes paramilitares, fornece regularmente pessoal capacitado para altos cargos executivos no governo e exerce sobre a vida social, política e econômica americana um forte impacto. Citamos aqui uma ínfima parte das denúncias que nos aparecem através de uma miríade de análises. Parece-nos, afinal, que, em grande parte dessas constatações, os conceitos de liberdade e natureza humana são centrais para o exercício dos juízos críticos do ativista. As raízes do amplo projeto de emancipação encontram-se, assim, atreladas à tentativa de estabelecer uma teoria da liberdade e as condições desta.

Na perspectiva chomskiana, a natureza do *homo loquens* vem ao encontro da história, não pode ser, afinal, apenas produto da história, apesar de ser, também, aperfeiçoada no processo histórico. O estudo da faculdade de linguagem, um dos elementos constitutivos da natureza humana, permite-nos formular esse conceito ao menos de maneira significativa em seus aspectos intelectuais e cognitivos. Podemos notar, destarte, que grande parte do ativismo de Chomsky expressa juízos conceituais calcados na reflexão sobre a linguagem segundo a mediação da natureza humana. A discussão sobre a linguagem mesmo com seus limites técnicos, não parece completamente separada do restante de sua obra. As ressonâncias são visíveis, conforme notamos em casos específicos. Aponta-se a tarefa fundamental (e inacabada) de aprofundamento, investigação e se possível demonstração dessa teoria social na práxis humana. Mas só no futuro poder-se-á dizer se tal tarefa coincidirá de fato com a história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chomsky, através do racionalismo crítico, parte para a constituição de uma análise política e social; como observamos, o florescimento das potencialidades criativas depende da livre organização da produção pelos trabalhadores, bem como da distribuição igualitária da riqueza. Com isso, temos uma teoria social orientada por uma via justificada, dada uma concepção acessível da natureza humana.

Nessa articulação epistemológica e política revela-se o “pressuposto da separação estrita entre sujeito e objeto do conhecimento – efetivamente imprescindível para todas as ciências naturais” (Apel, 2000, p.305). Isso significa, para Apel, “a ruptura da comunicação com a natureza, ou seja, a renúncia à ‘compreensão’ de intenções de sentido, [que] foi o pressuposto assumido pelas ciências naturais da era moderna”. A posição de Habermas em relação ao pensamento de Chomsky também nos parece acertada, no que tange à crítica de projeção da política sobre uma base conceitual alheia à esfera intersubjetiva. Independente da análise que tenhamos que fazer sobre a ideia da natureza humana, parece-nos, afinal, que as leituras políticas de Chomsky merecem ao menos um lugar nas considerações daqueles que pretendem entender as instituições sociais em nossa época.

É nítida a intenção de Chomsky em falar da liberdade como a autoexpressão genuína dos homens, partindo de um conteúdo de valores internos ao sujeito linguístico. A posse intrínseca desses valores serve de lastro às necessidades humanas fundamentais: “como o sujeito poderia reagir à sociedade fascista como o único meio ou fator de condicionamento operante?”. O conceito de natureza humana deverá ser a medida dos limites do mundo político. Nesses termos, a sociedade futura possuiria um horizonte claro e distinto. O combate à hierarquia e ao centralismo estatal se compõe pela mesma ordem lógica.

É certo que uma teoria do discurso passa ao largo dessa discussão; estamos no campo da competência, fundadora da liberdade. A dignidade do apelo ao sujeito em seu instinto de revolta está circunscrita, conceitualmente falando, a esse âmbito que se lança para todo círculo mundano. Há uma espécie de comunicação direta dos aspectos da liberdade de criação para a vida em geral, como se nota na linguagem ordinária. Apesar das dificuldades constatadas pelo próprio Chomsky, esse procedimento não conta, é claro, com interferência real do mundo da vida e de suas condições de comunicabilidade, apesar de estas existirem no reconhecimento da performance.

Jurgen Habermas foi, notoriamente, quem melhor expôs esses problemas. Acreditamos que Habermas soube tratar a questão, reconhecendo o valor da obra de Chomsky e situando-a em sua merecida área de abrangência: a competência. Já a competência comunicativa (performance), lembra Habermas, em nada afeta a noção de estrutura ou de regras postuladas pela competência elaborada em Chomsky. Tais concepções podem subsistir, porém, sempre associadas à validação comunitária. O campo normativo da ideia de liberdade, questão discursiva por excelência, deve se submeter invariavelmente à pragmática universal da comunicação humana. A posse de conhecimentos subjacentes é genuína, mas o alcance dessa tese compõe apenas parte da realidade. A distinção feita por Habermas entre competência comunicativa e competência linguística, portanto, nos parece esclarecedora nesse sentido.

De acordo com Cornelius Castoriadis, nessa direção, a “ideia de uma igualdade social e política substantiva dos indivíduos não é nem poderia ser uma tese científica [...] Ela é uma significação imaginária social, e, mais exatamente, uma ideia e um querer político, uma ideia que envolve a instituição da sociedade enquanto comunidade política” (Castoriadis, 2002, p.337). O conceito socialista libertário de Chomsky, calcado na natureza humana, jamais poderia ser transportado de uma ordem de constatação imediata e a-histórica, ou positiva, para, desse modo, fundamentar a teoria política (parece ser essa a vontade do linguista).

Na avaliação de Castoriadis, o espelho da natureza estaria irremediavelmente quebrado, só poderíamos recolher *todos* os seus cacos no campo discursivo em virtude do desejo político, direcionado pela coletividade. O que, além do mais, não garante uma moldagem bem-sucedida ou absolutamente formal, pois, nesse ato, nos colocamos no campo da performance (campo social-histórico), em que qualquer pureza cristalina rapidamente desvanece. Afinal, por qual rota resolveríamos a primordial condição da performance nesse quadro político? Parece-nos que as preocupações da virada linguística não são legítimas para Chomsky.

A ideia de *liberdade* postulada por Chomsky, que não separa valores de igualdade para a espécie humana, se conecta de maneira indispensável ao princípio de natureza humana como condição não desejada. O único desejo é o de reter o conceito de liberdade em um quadro involuntário, ou seja, trata-se do desejo de “gramaticalizar” a natureza humana. Essas duas dimensões, filosófica e política, apesar de carregarem apresentações interdependentes, revelam profunda conexão. Nesse caso, a filosofia da natureza humana procura fundamentar a política em razão do esquema ideal da sociedade futura, que atende aos direitos humanos fundamentais. Essa argumentação se estabelece pelo eixo de uma teoria acessível para a natureza humana.

De outro lado, é surpreendente notar que o itinerário dessa fundamentação política não se fecha numa circunferência perfeita, apesar da pretensão. Afinal de contas, como adverte Chomsky,

a teoria da acessibilidade é apenas uma estrutura racionalmente adequada, que consta como uma etapa na elaboração científica. Quaisquer que sejam as visões que tenhamos sobre a natureza humana, por mais aproximadas que forem, ainda não são ciência propriamente dita. Tal fato coincide com o exercício da refutação negativa dos conceitos de natureza humana, concorrentes ao de Chomsky. A refutação negativa se apresenta como não sistemática, embora seja eficiente e razoável. A esperança acha-se sempre em razão da possibilidade de fundar as bases da refutação negativa de maneira definitiva, se possível pelas ciências naturais. Como esse horizonte não é imediato nem sequer definido, a separação entre hipóteses concorrentes (em sua lógica interna) é suficiente para estruturar os argumentos provisoriamente dispostos.

Chomsky insiste nesses recursos de reflexão política, apesar dos problemas que possam conter, pois considera que a natureza humana é um aspecto imprescindível da reflexão social: “Estou bem ciente de que tais ideias são consideradas absurdamente ingênuas nos círculos intelectuais atualmente em moda, mas isso é uma outra questão: sobre a moda intelectual – no meu entender, sobre sua patologia” (Chomsky, 2004b, p.149).

Se a política não se configura através de uma ciência natural, isso se deve mais por insuficiência de provas do que pela vontade do linguista. A escolha de um horizonte político para a sociedade pós-industrial continua a ser aquele que almeja um conceito de natureza humana legítimo. Tal seria o caso do liberalismo clássico, que aponta a necessidade da ação livre dos sujeitos sobre tal base. Por essa razão, a lógica da política de Chomsky (re)encontra sua raiz na realização da tradição liberal clássica pré-industrial e nos seus continuadores libertários, da era pós-industrial. O fator decisivo é que, para se fechar o círculo político, deve-se fundar o conceito de natureza humana. Logo, nota-se que esse projeto não poderia apartar-se do suporte original permitido pela análise genérica da faculdade de linguagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, Karl-Otto. *Transformação da Filosofia 2: O a priori da comunidade de comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BARSKY, Robert. *Noam Chomsky: a vida de um dissidente*. Trad. Rosalind Mobaid. São Paulo: Conrad, 2005.
- BLOOMFIELD, Leonard. A set of postulates for the science of language. In: JOOS, Martin. *Readings in Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos linguísticos de la ciencia*. Madri: Taller de Ediciones, 1973.
- BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v.3, São Paulo: Cortez, 2004. p.93-129.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- BRACKEN, Harry M. *Berkeley*. Londres: MacMillan, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. Londres/Paris: Mouton, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1965.

- CHOMSKY, Noam. *Cartesian Linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. Nova York: Harper & Row, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Topics in the generative grammar*. Paris: The Hague, 1966b.
- \_\_\_\_\_. *Sobre política e Linguística*. Trad. José Cano Tembleque. Barcelona: Anagrama, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Sobre política y Linguística*. Trad. José Cano Tembleque. Barcelona: Anagrama, 1970b.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e pensamento*. Trad. Francisco M. Guimarães. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Language and mind*. 2.ed. aumentada. Chicago: Harcourt Brace Javanovich, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Linguística cartesiana*. Trad. Francisco M. Guimarães. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1972b.
- \_\_\_\_\_. *Processo contra Skinner*. Trad. Nuria Pérez de Lara. Barcelona: Anagrama, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a linguagem*. Trad. Isabel Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1975a.
- \_\_\_\_\_. *Reflections on language*. Nova York: Pantheon Books, 1975b.
- \_\_\_\_\_. *Language and responsibility*. Nova York: Flammarion, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. José Antônio Meireles e Eduardo P. Raposo. 2.ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Diálogos com Mitsou Ronat*. Trad. Álvaro Lorencini e Margaritha Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Regras e representações: a inteligência humana e seu produto*. Trad. Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Language and problems of knowledge*. 1.ed. Cambridge, Mas.: MIT Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1994. (Coleção Universitária)
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Trad. Lúcia Lobato. Brasília: Editora UnB, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Contendo a democracia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Language and politics*. 2.ed. Oakland: AK Press, 2004a.

- CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. Trad. Felipe Corrêa et al. São Paulo: Imaginário, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Trad. Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora Unesp, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Para entender o poder*. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *O poder americano e os novos mandarins*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *Sobre natureza e linguagem*. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006c.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e responsabilidade*. São Paulo: JSN, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *O governo no futuro*. Trad. Maira Parula. Rio de Janeiro: Record, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Problemas do conhecimento e da liberdade*. Trad. Paulo G. Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Record, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Razões de Estado*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e mente*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- \_\_\_\_\_, FOUCAULT, Michel. *Debate: on the human nature*. Nova York: New Press, 2006a.
- \_\_\_\_\_, MILLER, George. *El analisis formal de los lenguajes naturales*. Madri: Alberto Corazon, 1972.
- \_\_\_\_\_, PIAGET, Jean. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CORRÊA JÚNIOR, Ramiro. *Ética no sistema de ideias de Noam Chomsky*. 299f. Campinas, 2003. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DESCARTES, René. *Correspondence*. Trad. L. C. Rosenfield. *Annals of Science*, v.I, n.I, 1936.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros et al. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

- DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad. Alice Kyoko Miyashiro et al. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GARDNER, Howard. *A nova ciência da mente*. São Paulo: Edusp, 2003.
- HABERMAS, Jurgen. *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- HARRIS, Zellig S. *Methods in Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago, 1951.
- HARMAN, Gilbert et al. *Sobre Noam Chomsky: ensayos críticos*. Trad. Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madri: Alianza, 1981.
- HUMBOLDT, Wilhem von. *Sobre el origen de las formas gramaticales y sobre su influencia en el desarrollo de las ideas*. Barcelona: Anagrama, s. d.
- KIGNT, Chris. Decoding Chomsky. *European Review*, n.12(4), p.581-603, 2004.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 19.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- LIMA JR., Jayme Benvenuto. Noam Chomsky e o poder da retórica global em face das intervenções humanitárias. *Lua Nova (São Paulo)*, n.73, 2008.
- LYONS, John. *As ideias de Chomsky*. Trad. Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1970.
- LEES, Robert B. Review of *Syntactic Structures*. In: HARMAN, Gilbert. *Sobre Noam Chomsky: ensayos críticos*. Trad. Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madri: Alianza, 1981.
- MCGILVRAY, James. *Chomsky: lenguaje, mente y política*. Trad. José Luis Gil Aristu. Pamplona: Laetoli, 2006.
- OTERO, Carlos P. *Introducción a la Linguística transformacional*. México: Siglo XXI, 1973.
- OTERO, Carlos P. *La revolución de Chomsky: ciencia y sociedad*. Madri: Tecnos, 1984.
- OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, T. B et al. *Dicionário do pensamento social no século XX*. Trad. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

- PECK, James. *The Chomsky reader*. Nova York: Pantheon, 1987.
- PESCADOR, José Hierro S. *La teoría de las ideas innatas en Chomsky*. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.
- PONZIO, Augusto. *Gramática transformacional e ideologia política*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- RAI, Milan. *Chomsky's politics*. 3.ed. Nova York: New Left Books, 2000.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. Da teoria de princípios e parâmetros ao programa minimalista: algumas ideias-chave. In: CHOMSKY, Noam. *O programa minimalista*. Trad. Eduardo Paiva Raposo. Portugal: Caminho, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. In: MASTERS, R. D. (Org.). *First and second discourses*. Nova York: St. Martin's Press, 1964.
- RYLE, Gilbert. *El concepto de lo mental*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- RUWET, Nicolas. *Introdução à gramática gerativa*. Trad. Carlos Vogt et al. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SEARLE, John. La revolución chomskyana en la lingüística. In: HARMAN, Gilbert. *Sobre Noam Chomsky: ensayos críticos*. Trad. Violeta Demonte e Juan Carlos Moreno. Madri: Alianza, 1981.
- SMITH, Neil V. *Chomsky: ideas y ideales*. Trad. Izaskun Fuentes. Madri: Cambridge University Press, 2001.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Linguística*. Trad. Marcos Bagno. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- WILKIN, Peter. *Noam Chomsky: on power, knowledge and human nature*. 203p. Londres: Macmillan Press, 1997.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 43,4 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14  
2013

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

Tulio Kawata

ISBN 978-85-7983-432-5



9 788579 834325

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**   
*Editora*